

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL PARA HOMENS DE NEGOCIOS
ANO IX — N° 90 — Maio/78 — Cr\$ 25,00

Nesta edição:

O problema da
isenção do ICM

Bicho-da-seda —
um projeto esquecido

O empresário deve
participar da política?

O RN no rol
dos cafeicultores



DOM NIVALDO MONTE

**«Nosso modelo econômico
é anti-cristão»**

409



Passat. Tudo o que você espera de um carro para o nosso tempo.

Revendedores autorizados:

MARPAS S/A

Av. Tavares de Lira, 159



**DIST. DE AUTOMÓVEIS
SERIDÓ S/A**

Av. Salgado Filho, 1669

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente-Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Rogério Cadengue
José Ari
Hélio Cavalcanti
Edilson Braga
Marcílio Farias
Orlando Rodrigues
Carlos Morais
Luciano Herbert

Fotografias

João Garcia de Lucena

Diagramação

Fernando Fernandes

Fotocomposição e Montagem

Antônio Barbalho
Fortunato Gonçalves
João da Cruz Bezerra

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvamar Furtado, Dom Antônio Costa, Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Domingos Gomes de Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Joanilson de Paula Rego, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jomar Alecrim, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC N° 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. CGC N° 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 25,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 200,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 30,00.

Reportagens

Dom Nivaldo Monte afirma:

“Nosso modelo econômico é anti-cristão”..... 8

Distrito Industrial

Um velho projeto está bem perto de tomar forma..... 10

Política

As opiniões se dividem acerca da participação dos empresários..... 14

Reflorestamento

Mais uma chance de conseguir o dinheiro-fácil dos incentivos fiscais..... 17

Incentivos Fiscais

A prorrogação da dedução do ICM continua sendo uma incógnita..... 19

Sericicultura

Ainda é cedo para falar..... 32

O projeto do bicho-da-seda

visto por quem o viu nascer..... 34

Minérios

Governo do Estado define e delimita potencialidades do RN..... 38

Eletricidade

Finalmente o RN vai ter eletrificação rural..... 41

Agricultura

O Rio Grande do Norte no rol dos cafeicultores..... 46

Agroindústria

Sisal ainda longe do ponto de equilíbrio..... 50

Transporte

O trem urbano será uma boa solução para Natal..... 55

Secções

Homens & Empresas..... 4

Agenda do Empresário..... 6

Direito Econômico..... 7

Artigo

Hélio Galvão

Princípios da Indústria Naval no RN..... 53

BANDERN APLICA Cr\$ 1 BILHAO

O Banco do Rio Grande do Norte, neste primeiro quadrimestre do ano, já ultrapassou a casa de Cr\$ 1 bilhão de aplicações, meta que era planejada para ser atingida somente no final de junho. O diretor-presidente do **BANDERN**, José Dantas, está otimista com os resultados deste exercício, quando inclusive deverão ser abertas mais três agências do Banco no interior do Estado.

SOUZA CRUZ FAZ DOAÇÃO À UNIVERSIDADE FEDERAL

A Cia. Souza Cruz está doando ao Museu Câmara Cascudo da UFRN todo o patrimônio e acervo da empresa Santa Mônica Industrial S/A (SAMISA), que se encontra em fase de liquidação. Esta doação foi proposta pelo advogado Diógenes da Cunha Lima, designado liquidante da SAMISA, e imediatamente autorizada pela Souza Cruz, detentora de mais de 99% do seu capital social. A razão de ser da sugestão de Diógenes foi o fato de que técnicos ligados ao Museu Câmara Cascudo estão desenvolvendo pesquisas de produção acelerada de algas marinhas em reservatórios de água do mar, faltando-lhes porém uma área própria para este tipo de trabalho. E as áreas da SAMISA, projeto que com o apoio da SUDENE visava criar peixes e camarões em regime de cativeiro, são excelentes para tal fim. O reitor Domingos Gomes de Lima recebeu com satisfação a notícia. O valor aproximado dessa doação é da ordem de Cr\$ 10 milhões.

NOVO AUMENTO DE AUTOMÓVEIS

As vendas de automóveis começam a se intensificar, a partir da notícia de que em fins de junho as fábricas colocarão em vigor um novo aumento de preços que deverá ficar na faixa dos 8 a 10%. Gilson Lima, diretor de Marpas S/A, informa que, passado o impacto do último aumento verificado em abril, o mercado de carros novos volta à normalidade, esperando-se para todo o mês de junho um movimento de vendas bem maior. Nas lojas de Marpas, a novidade agora é o novo lançamento da Volkswagen: o Passat Surf.

LINHA DE ÔNIBUS VENDIDA POR Cr\$ 130 MILHOES

Numa transação que ultrapassou os Cr\$ 130 milhões, a Empresa Nápoles — que mantém a linha Natal-Recife — adquiriu 100 ônibus da Empresa Barros Ltda., ou seja, todos os veículos mantidos por ela nas linhas de transportes urbanos de Natal. A Empresa Barros continuará existindo, com linhas regulares apenas para o interior do Rio Grande do Norte. Os ônibus comprados pela Nápoles vão mudar de cor.

RECEITA FEDERAL TERÁ CENTRO ADMINISTRATIVO

Todas as repartições do Ministério da Fazenda, em Natal, dentro de no máximo dois anos passarão a funcionar num mesmo edifício. Para atender esse plano, a Receita Federal já adquiriu por Cr\$ 3 milhões um grande terreno na rua Ceará Mirim, proximidades do Hospital da Polícia Militar.



M. MACEDO PLANEJA NOVA INCORPORAÇÃO

Manoel Macedo, um dos mais tradicionais corretores imobiliários do RN, precursor em Natal das construções de edifícios por incorporação, planeja dar início nos próximos dias a um prédio residencial de 10 andares, dentro desse sistema. O prédio ficará localizado no bairro do Tirol, em terreno de 1.500 metros quadrados, e terá apenas um apartamento por andar. Macedo espera apenas completar o número de dez compradores para dar início à obra, que não recorrerá a financiamento do BNH. O preço dos apartamentos girará em torno de Cr\$ 1 milhão, pois deverão ser vendidos sem lucro.



COBRÁS FAZ VENDA DE Cr\$ 5 MILHÕES NA PB

A COBRAS — Mecânica Industrial Ltda. acaba de fechar negócios da ordem de Cr\$ 5 milhões com a CIDAGRO (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba). A transação envolve o fornecimento de perfuratrizes fabricadas pela Prominas. Sivaldo Coelho, diretor da COBRÁS, afirma que neste ano de 1978 o ritmo das vendas de máquinas e implementos agrícolas é satisfatório.

RN PODERIA PRODUZIR MAIS ABACAXI DO QUE O ESTADO DA PARAÍBA

A Agrorocha S/A, empresa agropecuária com apoio da Sudene, possui terras contínuas nos municípios de Ceará Mirim e Ilmo Marinho onde, entre outras atividades, desenvolve a cultura do abacaxi, já tendo alcançado a produção anual de 2 milhões de frutos, toda ela destinada ao mercado interno, especialmente São Paulo. Agora, a Agrorocha vai erradicar as plantações de abacaxi porque o Governo Estadual, através da Secretaria da Fazenda, fixou em Cr\$ 3,00 o valor de pauta para efeito de cobrança do ICM, por unidade dessa fruta, valor que é considerado altamente desestimulante, pois o vizinho Estado da Paraíba pautou o abacaxi em Cr\$ 1,00. Afirmando os diretores da Agrorocha que, se houvesse algum tipo de incentivo ao invés de desestímulo, o Rio Grande do Norte poderia vir a ser um dos maiores produtores brasileiros de abacaxi, superando mesmo a Paraíba, que destina quase toda sua produção ao mercado externo.

CESMETAL ASSINA CONTRATO COM M. MACEDO

A Cesmetal — César Metalúrgica Ltda. — assinou contrato no valor de Cr\$ 480 mil com a imobiliária M. Macedo, para instalação de todas as esquadrias de alumínio do Center Hotel, obra que já começa a entrar em fase de acabamento e que poderá ser inaugurada ainda este ano. A Cesmetal é uma empresa coligada ao grupo César S/A, enquanto que o Center Hotel está sendo construído totalmente com recursos próprios pelo corretor Manoel Macedo.

CAERN E LAGOSTEIROS NÃO SE ENTENDEM

A direção da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN — está cobrando às empresas lagosteiras de Natal uma elevada taxa de esgotos, contra a qual muitos argumentos existem mas não são considerados. Baseados no próprio regulamento da CAERN, as empresas lagosteiras não usam os esgotos, daí porque protestam contra o pagamento das taxas. Ademais, reclamam contra a má qualidade da água fornecida pela Companhia que, para ser utilizada no beneficiamento da lagosta, tem obrigatoriamente de se submeter a novo tratamento, a cargo das próprias empresas.

SUPERINTENDENTE DO DIGUAR ESTÁ NO IRAQUE

O antigo Superintendente do Distrito Potiguar da PETROBRÁS, Carlos Augusto Cavalcanti Guerreiro, foi cedido pela direção da empresa para ir gerenciar, pelo prazo de dois anos, a BRASPETRO, no Iraque. Em seu lugar, está Antônio José Torres Dourado.

DIA DA INDÚSTRIA COMEMORADO COM JANTAR

A passagem do Dia da Indústria (25 de maio) foi comemorado em Natal com um jantar promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, reunindo cerca de 400 empresários e autoridades. O jantar foi realizado nas dependências do Centro Integrado SESI/SENAI, obra de 16 mil m² de área coberta, em construção, que foi devidamente mostrada aos convidados.

BANORTE TEM SUA DÉCIMA EMPRESA

O Grupo Banorte coloca à disposição do Rio Grande do Norte mais um serviço: o de seguros. Para isto, foi constituída e já está em pleno funcionamento a Seguradora Banorte S/A, a décima empresa vinculada ao Sistema Financeiro Banorte, com sede em Recife. A notícia foi fornecida por Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, diretor de programas habitacionais do grupo.

RIONORTE FINANCIA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES

A Rionorte — Crédito, Financiamento e Investimento, empresa financeira vinculada ao Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, acaba de conceder um crédito no valor de Cr\$ 1,5 milhão à Transportadora Santos Reis Ltda. para aquisição de duas carretas e um caminhão simples. A empresa financiada é ligada à Distribuidora de Bebidas Potiguar Ltda., representante da cerveja Brahma no Estado.

CIDADE SATÉLITE SÓ DEPOIS DA PONTE

Circulam rumores de que a Prefeitura de Natal só permitirá a construção da Cidade Satélite do INOCOOP em terreno que se localiza do outro lado do rio Potengi. Esse projeto habitacional, cuja implantação a preços de hoje custaria Cr\$ 1,2 bilhão, prevê a construção de quase 5 mil casas para pessoas de bom poder aquisitivo, sendo considerado um dos maiores e mais ambiciosos projetos de todo o país. A ser verdadeira a notícia da decisão da Prefeitura, a Cidade Satélite poderá se constituir num grande fracasso, pois a classe média natalense (a quem o projeto se destina) dificilmente concordará com a idéia de morar depois da ponte. E quem muito perde com isso é a economia do Estado.

RN-ECONÔMICO TEM LUCRO DE Cr\$ 1 MILHÃO

Encerrado o balanço referente ao exercício de 1977, a Editora RN-ECONÔMICO Ltda. apresentou um lucro líquido da ordem de Cr\$ 1 milhão. Com o aproveitamento de reservas e de lucros de exercícios anteriores, a empresa deverá elevar o seu capital social para Cr\$ 4 milhões. Novos investimentos já começam a ser feitos na área de máquinas e equipamentos gráficos para o RN-ECONÔMICO.

DATANORTE AMPLIA ÁREA DE ATENDIMENTO

A Datanorte, empresa de processamento de dados pertencente ao Governo do Estado, já presta os seus serviços de computação aos seguintes órgãos públicos e da iniciativa privada: Secretaria da Administração, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado — IPE, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Natal — IPREVINAT, Prefeitura Municipal de Natal, Companhia de Águas e Esgotos do RN — CAERN, Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, Banco do Estado de São Paulo S/A e Departamento Estadual de Trânsito. Com os seus computadores (IBM-360-30) instalados no Centro Administrativo, a Datanorte mantém sua administração na rua Jundiá. Os seus trabalhos hoje ocupam a mão-de-obra de 98 funcionários, número que logo será elevado em função do aumento de clientes.

QUEIROZ OLIVEIRA ABRE ABRE NOVA LOJA

O grupo Queiroz Oliveira inaugurou a sua nova loja de Mossoró, localizada à rua Cel. Gurgel, em pleno centro comercial da maior cidade do Estado. As instalações de Mossoró, seguem as mesmas linhas da loja principal da organização, em Natal, sendo, portanto, a maior e mais moderna casa de materiais para construção daquela cidade. À frente dos negócios da empresa em Mossoró está Damião Queiroz, enquanto Miguel Oliveira cuida dos interesses de Queiroz Oliveira em Natal.

DIRETOR DO BNH ELOGIA O TRABALHO DA COHAB-RN

Hélio Lopes, diretor do Banco Nacional de Habitação (área de programas de natureza social), revelou que até hoje o BNH destinou ao Rio Grande do Norte recursos no valor de Cr\$ 901,7 milhões, para construção de 14.497 unidades habitacionais. Desse total, mais da metade se refere aos últimos quatro anos, o que bem mostra a eficiência e a intensidade dos trabalhos da atual diretoria da COHAB-RN, encabeçada por Ezequias Pegado Cortez. Hélio Lopes elogiou de forma entusiástica o "projeto Amarante", idealizado pela COHAB-RN e hoje imitado pelo país inteiro. Por esse projeto, a COHAB faz a urbanização de terrenos e financia aos adquirentes a compra do material necessário à construção das casas pelos próprios interessados.

Agenda do Empresário

OBRIGAÇÕES PARA O MÊS DE JUNHO

Dia 10 — Último dia para recolhimento PIS/Faturamento do mês de dezembro de 1977

— Recolhimento PIS/Folha de Pagamento dez/77.

— Último dia para entrega da DRC solicitando os DIPIS para cadastro dos empregados admitidos em maio e ainda não cadastrados.

— Remessa ao IBGE das 2ªs. vias das notas fiscais das operações estaduais do mês anterior.

Dia 15 — Último dia para as empresas comunicarem à Delegacia do Trabalho as dispensas ou admissões de empregados no mês de maio.

Dia 18 — Último dia para as empresas entregarem documentos do PIS, referentes aos empregados admitidos em maio.

Dia 30 — Último dia para entrega da relação dos empregados, inclusive para firmas e autônomos, mesmo sem empregados, que deverão fazer declaração negativa.

— Recolhimento do Imposto de Renda descontado na fonte, dos empregados e dos rendimentos pagos a título de comissão, honorário, etc., no mês de maio.

— Último prazo para empresas que encerraram balanço em 28 de fevereiro realizar a correção monetária do ativo imobilizado.

— Último dia para efetuar depósitos sobre importância correspondente às remunerações pagas em maio ao FGTS.

— Recolhimento ao Banco do Brasil do Imposto Único sobre Minerais referente a abril.

— Fim do prazo para recolhimento ao INPS das importâncias descontadas em folha de pagamento dos empregados, acrescidas da contribuição patronal sobre as remunerações pagas ou devidas em maio.

— Recolhimento ao Banco do Brasil do ISTR sobre transportes de passageiros e cargas.

PRORROGADO PRAZO PARA REGISTRO DE CONTROLE

Em Ajuste/SINIEF nº 1, de 21.03.78, foi prorrogado até 31 de dezembro de 1979, o disposto do Ajuste/SINIEF 02, de 23.11.72, disciplinando a escrituração do Livro Registro de Controle e Produção e do Estoque (modelo 3), durante o exercício de 1973.

PROMISSÓRIAS SEM DATA

Conforme Orientação Normativa Interra, em atendimento à solicitação de Orientação nº 71/77, o Coordenador do Sistema de Tributação aprovou entendimento de que não cabe penalidade para a falta de indicação da data da emissão de nota promissória, nos casos em que ela tenha logrado registro, quando não tenha sido verificada qualquer adulteração relacionada com os requisitos essenciais do referido título.

CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DAS PESSOAS JURÍDICAS

O ministro da Fazenda baixou portaria de nº 18, de 20.03.78, fixando os coeficientes de correção monetária aplicáveis ao cálculo de manutenção do capital de giro próprio das pessoas jurídicas referentes aos balanços encerrados em março/78:

Mês do início do exercício financeiro ou (1) encerramento do balanço anterior	Coeficientes
1976	
Maio	1.707
Junho	1.658
Julho	1.611
Agosto	1.570
Setembro	1.528
Outubro	1.479
Novembro	1.428
Dezembro	1.386
1977	
Janeiro	1.356
Fevereiro	1.333
Março	1.307
Abril	1.278
Maio	1.242
Junho	1.203
Julho	1.165
Agosto	1.134
Setembro	1.112
Outubro	1.096
Novembro	1.081
Dezembro	1.065
1978	
Janeiro	1.045
Fevereiro	1.023
Março	1.000

COEFICIENTES DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEIS AOS DÉBITOS FISCAIS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anos	Trimestre Civil	Coeficientes de Correção Monetária
1977	4º	1.000
	3º	1.072
	2º	1.124
1976	1º	1.195
	4º	1.311
	3º	1.391
1975	2º	1.517
	1º	1.652
	4º	1.796
1974	3º	1.915
	2º	2.032
	1º	2.141
1973	4º	2.275
	3º	2.392
	2º	2.506
1972	1º	2.844
	4º	3.050
	3º	3.168
1971	2º	3.280
	1º	3.370
	4º	3.490
1970	3º	3.604
	2º	3.704
	1º	3.816
1969	4º	4.003
	3º	4.152
	2º	4.358
1968	1º	4.637
	4º	4.852
	3º	5.057
1967	2º	5.365
	1º	5.528
	4º	5.718
1966	3º	6.031
	2º	6.398
	1º	6.549
1965	4º	6.824
	3º	7.170
	2º	7.539
1964	1º	7.959
	4º	8.562
	3º	8.968
1963	2º	9.328
	1º	9.756
	4º	10.366
1962	3º	10.995
	2º	11.819
	1º	12.854
1961	4º	14.512
	3º	15.386
	2º	16.064
1960	1º	16.803
	4º	19.060
	3º	22.603
1959	2º	25.541
	1º	

PREFERÊNCIA AOS INDUSTRIAIS E COMERCIANTES DO RN

A preferência, em igualdade de condições, a industriais produtores e comerciantes do Rio Grande do Norte, para fornecimento ao Estado, coloca-se como tema controvertido, a partir da edição da lei 3.970, de 16 de julho de 1971 (já revogada), cujo modelo fôra transposto da Paraíba.

Entende o Estado, que a legislação era inconstitucional. Na verdade, a questão jurídico-fiscal é complexa, envolvendo ângulos diversos. Pode-se, à primeira vista, admitir que signifique a concessão dessa preferência, incentivo ou favor fiscal com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias, determinando redução direta do respectivo ônus tributário. A sistemática da Lei 3.970/71 estabelecia que, para comparação de preços, os órgãos estaduais deduziriam da cotação global ofertada pelo licitante, parcela correspondente ao ICM que deveria ser pago ao Estado do Rio Grande do Norte e/ou ISS a ser recolhido às Prefeituras Municipais. Na hipótese de aquisição de bens, a dedução seria de 12% (doze por cento), no caso de bens produzidos no Estado e vendidos diretamente pelo industrial ou produtor e 6% (seis por cento), bens vendidos através de revendedores. Quando se tratasse de serviços, a dedução seria de 5% (cinco por cento), de acordo com a alíquota incidente do ISS.

A lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, em seu artigo 100, dispõe que os convênios, celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, constituem normas tributárias complementares (inciso IV). No caso de convênios envolvendo o ICM, regula a matéria a Lei Complementar nº 24, de 07.01.1975.

A indagação basilar é sobre a necessidade ou não de convênio, para a concessão da preferência definida na Lei estadual 3.970/71.

O contato com a matéria, tanto no exercício cotidiano da advocacia econômica, quanto por termos sido um dos subscritores da Lei 3.970/71 (a época na condição de Secretário de Justiça), conduzem-no à convicção da desnecessidade do convênio, por tratar-se de mera dedução no ato da licitação, sem repercussões, direta ou indireta, na incidência e recolhimento futuro do tributo.

Note-se que a legislação prescrevia **dedução** e não **redução**. Deduzir, *in casu*, é excluir, **para efeito exclusivo de comparação de preços**, a parcela correspondente ao ICM que deve ser pago ao Estado. O princípio é, portanto, regulador de uma simples dedução, sem projetar prejuízo ao fisco. Pelo contrário, preserva o erário, na medida em que considera preferencial a proposta de preço, **desde que em igualdade de condições**, descaracterizando completamente qualquer imputação de redução na base de cálculo.

Redução, sob a forma de incentivo, favor fiscal ou financeiro-fiscal, somente se verifica, quando traduz eliminação, direta ou indireta, do ônus tributário respectivo (art. 1º, § único, inciso IV, da LC nº 24/75). O sistema preferencial, instituído pela Lei Estadual 3.970/71, não estabelecia, portanto, a redução na base de cálculo do ICM, mas tão somente a **dedução** já referida e com fins específicos.

O aspecto pertinente a isonomia (igualdade de todos perante a lei), arguido como base da presumida inconstitucionalidade, associa-se diretamente a distinção jurídica demonstrada. Na medida em que não se tipifica a redução da base de cálculo do ICM, infere-se, por conclusão, a inexistência de privilégio em favor dos industriais produtores e comerciantes do Rio Grande do Norte. Isto porque, os licitantes que se estabeleceram no Estado, fixando os seus negócios através de filiais devidamente instaladas, passarão a gozar da dedução no ato licitatório. Logo, a igualdade de todos perante a lei, somente estaria ferida, se a lei estadual instituisse vedações obstativas à prática do comércio ou da oferta de serviços para aqueles que não fossem instalados no Estado e registrados no Cadastro de Contribuintes da Secretaria da Fazenda.

A preferência, em igualdade de condições, a industriais produtores e comerciantes do Estado do Rio Grande do Norte significará, caso acolhida pelo Governo do Estado, apoio objetivo e pragmático às atividades dos produtores e comerciantes de todo o território nacional aqui instalados, que desejem fornecer ao Estado e dessa forma contribuir para o nosso efetivo desenvolvimento econômico-social.

Dom Nivaldo Monte:

«Nosso modelo econômico é anti-cristão»

Dom Nivaldo Monte, arcebispo de Natal, participante hoje de todas as grandes decisões do episcopado brasileiro, explica porque a Igreja é obrigada a se envolver com a política. Ele aponta para as injustiças sociais como um desrespeito aos desígnios de Deus e afirma que o nosso modelo econômico é anti-cristão.

A Igreja no Rio Grande do Norte tem se caracterizado pelo seu pioneirismo no trabalho de promoção humana e na abordagem dos sérios problemas sociais da região. Nessa linha é que a Arquidiocese de Natal foi a primeira do país a se envolver diretamente com o sindicalismo rural, a educação através do rádio, a orientação política do povo, o cooperativismo e com vários outros empreendimentos que sempre vão além da assistência espiritual.

Dom Nivaldo Monte, 60 anos, voz pausada de quem reflete sobre cada palavra que pronuncia, comanda como arcebispo todo o trabalho de apoio ao desenvolvimento comunitário, realizado entre nós pela Igreja. Avesso a todas as formas de radicalismo, mas extremamente firme na defesa do ponto de vista de que o trabalho pastoral deve extrapolar o campo religioso, ele contesta o atual modelo econômico brasileiro, considerando-o anti-cristão.

MUITO PARA UNS, NADA PARA OUTROS — A falha maior do sistema, segundo Dom Nivaldo, é a imensa desigualdade social que ele está criando. A pobreza é quase o estado geral do povo. A marginalização nas cidades faz crescerem as favelas. A desagregação familiar, estimulada pela precariedade econômica, assume proporções alarmantes, gerando o abandono da infância, a prostituição e tantos outros males que só fazem afastar sempre mais o povo dos princípios morais do cristianismo. Afirma o arcebispo:

“A base teológica para o trabalho de promoção humana que nós desenvolvemos na Arquidiocese está no fato de que o homem merece respeito, pois foi na condição de homem que Cristo veio ao mundo. Por isso, condenamos todas as formas de desrespeito ao ser humano, principalmente a marginalização e a miséria. Cada vez que se obsta a realização do homem, se está freando os desígnios de Deus”.

E prossegue:

“O nosso modelo econômico incorre nesse erro. Desrespeita o homem, pela má distribuição da renda, dando muito a uns e nada a outros. Por isso, esse modelo é anti-cristão e precisa ser reformulado”.

CAPITALISMO OU SOCIALISMO? — Embora reconheça de imediato que não é um “expert” em economia, não se sentindo pois em condições de sugerir um modelo econômico completo, Dom Nivaldo Monte afirma que entre o capitalismo e o socialismo ele escolheria uma síntese dos dois sistemas, pois a prática tem demonstrado que nem um nem outro atendem satisfatoriamente aos anseios sociais. Mas, no seu entender, aproveitando-se os pontos positivos de cada um, poder-se-ia construir uma sociedade mais justa.

Ele vê a iniciativa privada como a forma certa de se obter o desenvolvimento mais rápido. Mas, ao mesmo tempo, reconhece a necessi-

dade da interferência do Estado na economia para assegurar ao povo os bens essenciais, como a saúde, a alimentação, a educação e o trabalho remunerado com justiça. E declara:

“Não se pode analisar o problema sob o ângulo de capitalismo ou do socialismo. Ambos estão superados como sistemas econômicos. Precisamos partir para a síntese do que os dois possuem de positivo, até

porque uma das metas da Igreja é somar esforços para alcançar o bem comum”.

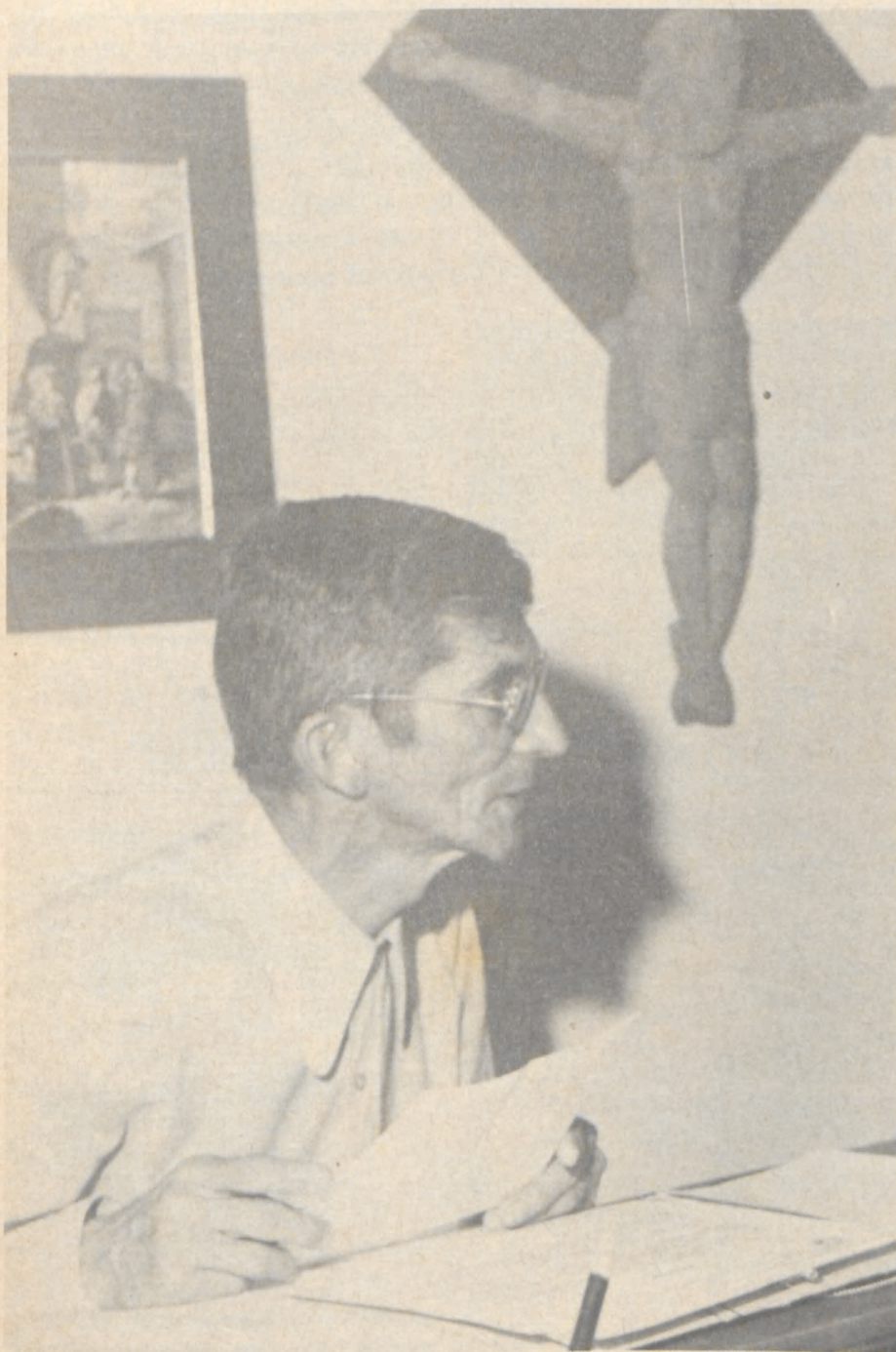
O TRABALHO SOCIAL — Já houve época em que o trabalho social da Arquidiocese foi taxado de subversivo e já houve ocasiões em que o arcebispo, padres e leigos atuantes foram vítimas de incompreensões, calúnias e críticas duras,

até por meio da imprensa. Dom Nivaldo Monte recorda esses episódios como coisas do passado que não afetam em nada o ritmo do trabalho de hoje. Prudente por natureza, evitando o confronto e a luta, ele tem conseguido superar todos os impasses, garantindo à Igreja a posição de equilíbrio e de moderação indispensável ao cumprimento das suas missões.

Certamente, a participação da Arquidiocese no trabalho social vem permitindo a Dom Nivaldo Monte a presença em todas as grandes decisões da Igreja no país. Hoje, ele é membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e constantemente está sendo solicitado a comparecer a encontros internacionais onde sua palavra é ouvida e tem peso.

Os órgãos arquidiocesanos executores dos programas de cunho social são o SAR (Serviço de Assistência Rural), o MEB (Movimento de Educação de Base) e a Cáritas. A linha de ação desses órgãos se propõe a atingir dois objetivos: 1) formar a consciência social do homem, através da percepção realista dos problemas das comunidades e das estruturas sociais; e 2) criar condições de melhoria real do nível social e econômico das pessoas.

O SAR se volta especificamente para o homem do campo, desenvolvendo programas de educação política, incentivo a atividades comunitárias, melhoria habitacional, incentivo à produção agrícola, assessoria aos centros sociais, educação cooperativista, programas para os quais vem contando com apoio financeiro de organismos nacionais e internacionais, como o Ministério da Educação, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Governo do Estado, a Oxfan (da Inglaterra), a Adveniat, a Miserior e a Zentralstelle fur Entwicklunghilfe (da Alemanha), a Cáritas Brasileira, o Ceris, o Ibrades, a Vastnaktie (da Holanda), a CRS — Catholic Relief Services (dos Estados Unidos), o Ministério da Agricultura, a Fundação LBA, a Cebe-



Dom Nivaldo afirma que lideranças novas precisam ser estimuladas, sob pena do país vir a ficar nas mãos de uma geração despreparada para a vida pública.

mo, a Fetarn e Prefeituras Municipais.

O MEB, que na sua fase inicial cuidava de alfabetizar a população rural, hoje se preocupa com a educação supletiva e continuada, utilizando o rádio. Esse tipo de educação visa dar ao homem a conscientização política, condicionando-o para uma participação responsável no processo de desenvolvimento. Seu trabalho é coordenado em Natal por uma equipe de 15 pessoas, e como o SAR, recebe apoio de várias entidades nacionais e estrangeiras.

A Cáritas é uma organização que atua quase sempre nas situações de emergências, como no caso de secas ou inundações. Ela motiva o povo a construir, pelo regime do mutirão — por exemplo — as soluções para os seus problemas de habitação, de transportes, de produção. Para isso, ela distribui gêneros alimentícios, medicamentos, e outros bens necessários às comunidades pobres, em troca do esforço que as pessoas possam empregar no trabalho em favor da solução dos seus próprios problemas. Agora mesmo, a Cáritas está atuando na comunidade de Serinha (município de João Câmara), em convênio com a SUNAB. Os moradores daquele lugarejo estão abrindo estradas, construindo casa de farinha, aumentando as suas plantações, fazendo escolas, tudo em regime de mutirão, com a assistência da Igreja.

O POVO E A POLÍTICA — Dom Nivaldo Monte diz que sempre se preocupou com a ausência do povo nas decisões políticas. Por isso, em 1972 a Arquidiocese resolveu partir para a execução de um programa de conscientização, onde seria ressaltado o valor do voto nas eleições e explicada a maneira de se aquilatar o valor do trabalho dos políticos. Tudo começou em Natal, com a pregação nas igrejas e a distribuição de

folhetos em que se levava ao povo uma mensagem contrária à venda do voto e de crítica à demagogia. O exemplo de Natal logo se alastrou por dez outras Dioceses nordestinas. Hoje, seis anos depois, a conscientização política do povo é uma meta de mais de 100 Dioceses brasileiras e um objetivo nacional, conforme está assinalado no documento dos bispos ("Exigências Cristãs de uma Ordem Política"), lançado em Itaici, em 1977.

"Eu não diria que os movimentos que hoje se fazem no país a favor das reformas sejam decorrentes unicamente desse trabalho de conscientização da Igreja" — explica Dom Nivaldo. "Mas — continua — tenho certeza de que nós contribuímos, ao pregarmos sem descanso a necessidade de democracia plena e consciente".

No seu entender, falta agora a oportunidade para que surjam novas lideranças políticas, especialmente

entre os jovens. Essas lideranças precisam ser estimuladas, sob pena de dentro de mais alguns anos o país vir a ficar nas mãos de uma geração despreparada para o exercício da função pública.

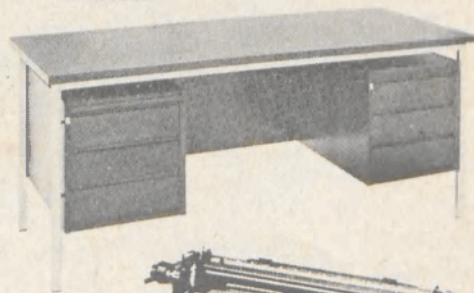
O arcebispo chega a propor a criação de um curso especial, de possível de nível superior, para preparar os jovens para a política. Diz ele que para todas as profissões as pessoas têm que passar por um período de aprendizagem, enquanto que para o desempenho da função pública, muito mais cheia de responsabilidade, as pessoas aparecem inteiramente despreparadas.

Por último, falando de reformas, de abertura política, Dom Nivaldo Monte pensa um pouco e lança a frase: *"que isso tudo não fique só nas conversas e que a abertura estimule o aparecimento de novas lideranças"*.

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Mesa "ESTIL"
Linha 90



Cadeira "ESTIL"
Linha Diretor



Máquinas de
escrever "REMINGTON"



RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.

MATRIZ: - Rua Dr. Barata, 242
FILIAL: - Praça Augusto Severo, 91
FONES: - 222-1467 - 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Pça. Vigário Antonio Joaquim, 99
MOSSORÓ - RN - FONE: 321 1330

UM VELHO PROJETO ESTÁ BEM PERTO DE TOMAR FORMA

A criação de um distrito industrial em Natal é um assunto muito velho: tem pelo menos 10 anos de discussão e de desencontros. A idéia vem dos idos da COFERN, no governo do monsenhor Walfredo Gurgel, quando os empolgados técnicos daquele órgão perdiam horas e horas debatendo sem objetividade o problema de localização. No governo de Cortez Pereira foram dados os primeiros passos realistas na definição de uma área para concentração de indústrias. E agora, finalmente, são conseguidos os primeiros recursos necessários à sua implantação, ao longo da Rodovia RN-160, que liga Natal à cidade de Extremoz.

O secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Benivaldo Alves de Azevedo, revela um evidente regozijo quando é instado a falar sobre a implantação do distrito industrial de Natal, principalmente porque esta é uma das metas do atual Governo que está em vias de se transformar em realidade. Para ele, o "polo", que é como ele denomina o distrito, já significa algo concreto. E assegura:

"O plano diretor do polo químico-metalúrgico de Natal já está concluído. Atualmente, estão sendo desenvolvidos os projetos executivos desse plano, mas ao mesmo tempo em que estamos nos movendo no âmbito desses projetos executivos, estamos também nos mobilizando junto a órgãos federais para a obtenção de recursos. O presidente Geisel acolheu favoravelmente a exposição de motivos do ministro Reis Veloso (de número 33/78), liberando recursos da ordem de Cr\$ 30 milhões para a implantação da infra-estrutura do polo industrial de Natal. Já apresentamos o nosso plano de aplicação e estamos esperando apenas a liberação da primeira parcela desses recursos para aplicá-los na desapropriação das terras escolhidas para o polo, no município de Extre-



Benivaldo Azevedo informa que já existem os recursos para a implantação do distrito industrial.

moz, à margem da Rodovia RN-160".

RECURSOS — Embora a primeira parcela dos recursos (Cr\$ 15 mi-

lhões) para aplicação na primeira etapa dos serviços de implantação do distrito industrial não tenha sido ainda liberada, afirma Benivaldo Alves de Azevedo que os trabalhos já

foram iniciados. O sistema de captação e tratamento d'água, segundo ele uma coisa fundamental para a consecução do projeto, já está sendo construído. Isso, de fato, significa o começo real da obra, se bem que outras providências importantes também já foram tomadas. Por exemplo, a ponte sobre o rio Potengi ligando os municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante, que facilitará a movimentação viária e o fluxo de tráfego nas circunvizinhanças do distrito industrial, já está com inauguração marcada para julho, tendo a sua construção a cargo do DER.

Detendo-se no cronograma da implantação, o secretário da Indústria, Comércio e Turismo explica as diversas fases em que se dividirá o trabalho e estabelece a divisão dessas etapas:

“Na sistemática da implantação haverá três momentos distintos. Na primeira fase, o Governo do Estado desapropriará a faixa de terra ao longo da RN-160. Esse trecho foi

escolhido para facilitar e evitar gastos excessivos com a abertura de novas estradas. Como a região de Extremoz está bem servida de boas estradas, bastará apenas agora desapropriarmos as terras necessárias. A partir daí, serão iniciados os serviços de infra-estrutura. Na segunda fase, complementaremos os setores de arruamento e vias secundárias. E na última fase, instalaremos o pátio ferroviário, a central de serviços, ultimaremos a sinalização e duplicaremos a Rodovia RN-160”.

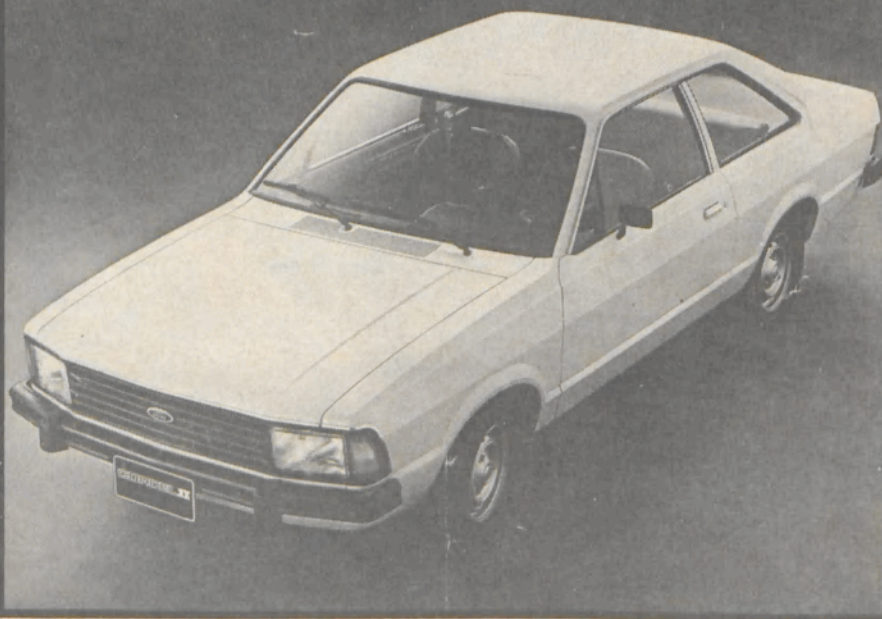
CONTRA AS PRESSÕES — Ultimamente, a imprensa sulista tem dado ênfase à movimentação de políticos e empresários daquela região contra a tendência de descentralizar a indústria brasileira, tendência esta fortemente sentida em certas áreas do poder central, em Brasília, e já oficializada através de uma Resolução do CDE. Somente através de medidas que dificultem ao máximo a proliferação de indústrias ao redor dos grandes centros

(como São Paulo), se pode esperar o sucesso da política de criação de novos polos industriais no interior do país. E as lideranças paulistas, principalmente, se insurgem contra o que elas chamam de “tentativa de esvaziamento”. Mesmo assim, considera Benivaldo Alves que a descentralização é um fato consumado. Ele afirma:

“O empresário paulista, no caso, defende apenas interesses seus e nada mais. Não haverá interferência que venha a representar perigo para o polo planejado para o Rio Grande do Norte. O nosso polo industrial aproveitará as vocações naturais do Estado e tratará de desenvolvê-las. Não há sentido algum nessas pressões dos empresários do Sul, uma vez que é óbvio o fato de São Paulo estar se tornando um centro urbano inviável. A descentralização industrial é uma atitude normal que só irá beneficiar o Nordeste, e conseqüentemente o próprio país, pois diminuirão os desníveis regionais e novas perspectivas serão desperta-

Corcel II LDO, questão de opção

O Corcel LDO é o clássico da linha do Corcel II. Um carro com luxo e conforto para as pessoas realmente exigentes. Nele tudo é personalizado: o painel tem aplicações em madeira e combina com a cor do estofamento, que já vem em tecido e vinil. Todo o interior é entonado com a cor externa. O LDO tem todas as inovações do Corcel II, mas é um carro para quem quer um modelo próprio, diferente. Corcel II LDO questão de opção em DUATO VEÍCULOS.



DUATO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

das. Todos os contatos que mantivemos no Sul indicam que há um forte interesse pelo futuro econômico do nosso Estado, e uma satisfação cada vez mais crescente pelos êxitos que estamos alcançando na implantação de um polo químico-metalúrgico no Rio Grande do Norte”.

EXISTE 'AMEAÇA'? — O diretor-presidente da CDM/RN (Compa-

nhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais), Joir Valle dos Santos, acha que existe uma ameaça no ar contra a política federal de descentralização da indústria. Recentemente, a CDM/RN, que é filiada à ANEDI (Associação Nacional de Entidades do Desenvolvimento Industrial), recebeu deste órgão um documento onde estão relacionadas

todas as críticas e objeções dos empresários paulistas à Resolução 14/77 — a que estabelece a descentralização. Depois de ler atentamente a matéria, Joir chegou à seguinte conclusão pessoal:

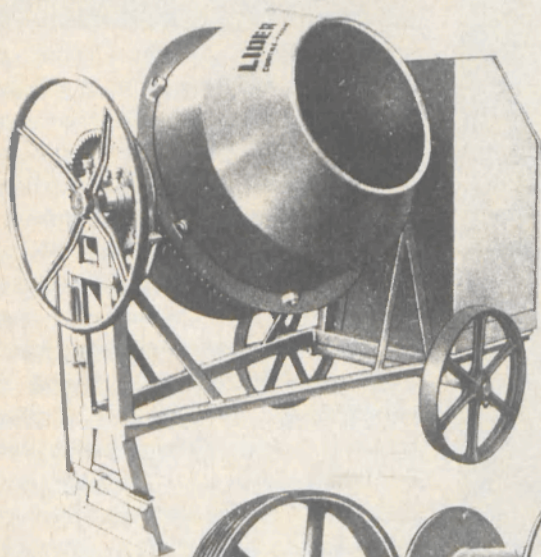
“O polo industrial de Natal está seriamente ameaçado diante das pretensões dos paulistas de reter e deter todo o investimento industrial novo na área do grande São Paulo. Se a Resolução 14/77 não for seguida haverá um afastamento cada vez maior do investidor (estrangeiro ou não) das regiões Norte/Nordeste”.

EXEMPLO DA FIAT — Lembra Joir Valle que algumas semanas atrás o presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo, Bernardino Pimentel Mendes, pedia enfaticamente ao Governo Federal a suspensão da Resolução 14/77 do CDE. Dizia ele que a concentração industrial em São Paulo era uma necessidade lógica, pois é lá que estão a melhor mão-de-obra e os incentivos tecnológicos e científicos mais qualificados do Brasil.

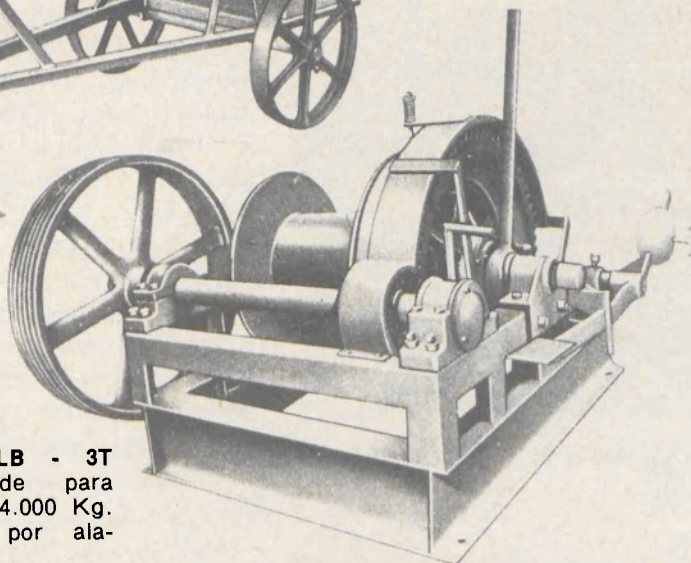
O presidente da CDM/RN diz que esse tipo de argumento não procede, pois incentivos igualmente valiosos também podem ser dados ao investidor que, por exemplo, escolha outra região como campo de investimento. E afirma:

“Todos estão lembrados da luta que foi a instalação da FIAT em Minas Gerais. Se a Resolução do CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico) for revogada, é lógico que os atrativos oferecidos pelo Sul vencerão o páreo. Mantendo-se a Resolução, porém, haverá uma oportunidade extremamente valiosa tanto para a formação de uma mão-de-obra mais especializada como para a incorporação de incrementos científicos e tecnológicos em outras áreas do país. Para cuidarem disso, existem órgãos especializados, como SENAI e SENAC e tantos outros, que estão aí funcionando. Mas, se não existir uma motivação, é claro que tais órgãos não serão dinamizados”.

DISTRIBUIDORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL.



BETONEIRA MANUAL
— Motor elétrico de 3HP. Base de giro sobre rolamentos. Equipada com rodas de ferro ou pneumáticas.



GUINCHO GLB - 3T
— Capacidade para pesos de até 4.000 Kg. Acionamento por alavanca manual.



QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Av. Rio Branco 185 - Tel PABX 222-2056
Natal - Rio Grande do Norte -

Rua Felipe Camarão, 257 Fone: - 321-206
Mossoró Rio Grande do Norte —

AS OPINIÕES SE DIVIDEM ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

Qual a posição que o empresário do RN deve tomar, diante do seu engajamento, ou não, na política? As opiniões são as mais diversas, pois muitos defendem a necessidade do homem de empresa não se voltar apenas para os seus negócios, uma vez que a comunidade exige a presença de representantes de todas as classes na vida pública, ponto de vista que não é compartilhado por outros, que afirmam ser a política para os políticos e os negócios para os empresários.



João Olímpio: *“É preciso fazer política e estar consciente da sua importância”.*

As lideranças políticas do Rio Grande do Norte estão convocando as classes mais representativas do Estado para se integrarem ao processo político estadual. E os mais procurados estão sendo os homens de negócios e muitos já estão sendo picados pela mosca azul. RN-ECONÔMICO levanta o problema, ou-

vindo o Presidente da Associação Comercial, João Olímpio Filho; um futuro candidato, Radir Pereira; além de João Coutinho da Motta, Eustáquio Medeiros, Osório Dantas e Adauto Medeiros, todos integrantes do primeiro time dos responsáveis pela vida empresarial do Estado.

COMODISTA E INDIVIDUALISTA — O Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, João Olímpio Filho, é a favor. *“Acho que o empresário deve estar presente em toda parte, principalmente dentro da política. Ele não pode se abster da política. Temos empresários, como Jessé Freire, com sucesso na política e na empresa”.*

João Olímpio, representando o órgão que preside, participou de reunião com o senador Petrônio Portela, na fase do diálogo político em favor das reformas, e aproveitou a oportunidade para defender o engajamento da classe. *“Ao Senador Portela fiz ver que o empresário deveria se movimentar com a finalidade de mandar seus representantes para o Senado e Câmara Federal, para uma maior convivência com o Poder de decisão, defendendo não os interesses próprios mas da comunidade que representar. E esta minha posição foi resultante da constatação de que muitos políticos sobrevivem com o expediente da demagogia, utilizando teses que se destinam única e exclusivamente para adquirir simpatias e garantir nova eleição”.*

“O empresário — continua — deve se preocupar mais em ter seus representantes, em Brasília, e também, nas Assembleias Estaduais.



Radir Pereira, Ozório Dantas e João Motta opinam sobre a presença do empresário na política.

Infelizmente, o homem de empresa é muito comodista e individualista. Se ele soubesse entender o que representa, deveria se movimentar mais e se voltar mais para as entidades classistas. Não entendo como se possa contribuir sem que haja espírito de classe e de unidade. O importante não é a tarefa humilde que cada um executa, pois o que interessa é a construção global da obra. Só se pode fazer alguma coisa com unidade e sem espírito de classe, o empresário não pode dar sua grande contribuição para o desenvolvimento do País e do Estado. Ninguém ainda pesou a responsabilidade que tem com estas soluções. É preciso fazer política e estar consciente de sua importância''.

EMPRESÁRIO É EMPRESÁRIO
— Ozório Dantas, dirigente do Cotonifício Dantas Ribeiro, não compartilha com a idéia do empresário na política. *''Sou contra. Absolutamente contra. Nós não devemos nos envolver nisso. Empresário é empresário. Político é político. E quem*

quer ser político que siga esta profissão. Sim, considero como uma profissão, como também é a do industrial e a do comerciante. Acredito que a ocupação nas duas atividades é prejudicial tanto para a empresa como para a política, pois são interesses antagônicos. Cada um deve desenvolver o seu setor, sem política''.

EM SÃO PAULO, NÃO. NO RN, SIM — De uma família tradicionalmente política, o diretor do Curtume São Francisco, João Coutinho da Motta só vê necessidade do entrosamento nos Estados pobres. *'Eu não sei até que ponto possa conflitar. Sou independente e nunca participei da política. Acho que o industrial pode ficar absolutamente divorciado da política em São Paulo ou em Minas Gerais, mas em nosso caso — Estado pobre e carente — o industrial deve participar da política, como necessidade precípua e como responsabilidade que ele tem com relação à comunidade. Na aldeia restrita nós não podemos ficar indiferentes. E praticamente uma*

imposição. Sou absolutamente contrário a política e dificilmente poderia enverdar nela, mas esta é uma realidade''.

OMISSÃO É ERRO — O empresário Radir Pereira, diretor do Grupo A Sertaneja, que tem seu nome cogitado para disputar uma vaga no Congresso, nas eleições parlamentares de 15 de novembro, tem a seguinte opinião:

''Acho que o empresário deve participar da política, como qualquer homem de vida pública, desde que sinta coragem de prestar seus serviços ao povo. E ninguém melhor que o empresário, que já participa da política financeira, de trabalho e salarial. Acho que o grande erro é a omissão dos homens de responsabilidade. Devemos participar. Realmente prejudica o dia a dia de nossas atividades, mas é uma participação em favor do desenvolvimento coletivo. Devemos nos dividir em torno do bem comum, através de uma política sadia e de trabalho''.

GRANDE, SIM. PEQUENO, NÃO — Já Adauto Medeiros con-

diciona a presença do empresário na política ao porte e à dinâmica da empresa. E ele explica:

“Os grandes empresários devem, porque os seus negócios são de interesse do próprio país. O político tem que ser profissional. Um grande empresário pode colocar sua empresa de lado, entregando a auxiliares de confiança, e tratar de problemas políticos. Agora, o empresário médio e pequeno deve é cuidar de sua empresa. Querer fazer política e cuidar da empresa, não acredito que faça bem feito, por ser impossível fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Mattarazo, José Ermírio de Moraes ou em nosso caso, Jessé Freire, têm condições de participar da vida pública. Os outros têm que escolher, entre dirigir sua empresa ou se dedicar a política”.

É UMA NECESSIDADE — O comerciante Eustáquio Medeiros também defende a participação do em-



Adauto Medeiros: “Cuidar de empresa e fazer política é impossível”.

presário na política. Para ele “é um somatório e união de esforços em benefício do desenvolvimento. A política partidária também influi na vida do homem de empresa e a participação é correta e necessária. As classes produtoras e o Governo têm que somar esforços. Os empresários têm que possuir representatividade, participando direta e indiretamente dos problemas e do desenvolvimento do seu país”.

NAVONA É FIAT MAIS PERTO DE VOCE

— O PADRAO FIAT SOMENTE NO SEU REVENDEDOR AUTORIZADO

Você já tem o Carro do Ano, pelo preço de fábrica e com todas as garantias, no seu revendedor autorizado FIAT de Natal.

NAVONA, enquanto constrói suas instalações definitivas, está atendendo já com o padrão FIAT, em uma loja bem no centro da cidade e em uma oficina autorizada pela fábrica, com a garantia de peças originais.

NAVONA tem financiamento direto e recebe o seu carro usado como parte do negócio.

NAVONA É FIAT MAIS PERTO DE VOCÊ.



NAVONA

Concessionário FIAT — Rua Ulisses Caldas, 120/122 - Natal

MAIS UMA CHANCE DE CONSEGUIR O DINHEIRO-FÁCIL DOS INCENTIVOS FISCAIS

De repente, o empresariado do Rio Grande do Norte está despertando para mais uma oportunidade de conseguir o dinheiro-fácil dos incentivos fiscais. Agora está na moda o projeto de reflorestamento, para o qual o Governo Federal acena com os recursos do Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais). Vários projetos já estão aprovados, enquanto dezenas de outros aguardam vez. O reflorestamento com a utilização do coqueiro é o mais imaginado, se bem que existam projetos também para plantar cajueiros.

Preocupado com o desequilíbrio ecológico do Nordeste, o Governo Federal abriu a possibilidade de que os recursos do Fiset também pudessem ser aplicados, através das delegacias regionais do IBDF, nos projetos de reflorestamento da região. A partir de então, muitos empresários locais informados das benesses asseguradas por esse programa, têm procurado participar dele.

Segundo Clidenor Galvão, delegado do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) no Rio Grande do Norte, até agora ele já remeteu 72 cartas-consultas à presidência do órgão, tendo sido todas elas aprovadas, a partir do que muitas empresas já partiram para elaborar projetos de reflorestamento, alguns deles já em implantação.

SISTEMÁTICA — Explica Clidenor Galvão que, depois de aprovado o projeto, ele passa a ser atendido pelo Banco do Brasil, que é o agente financeiro do Fiset. O Banco libera recursos por etapas, à proporção que o projeto vai sendo implantado, isto para evitar a repetição dos erros da SUDENE no tempo do 34/18, quando as liberações desordenadas e a falta de fiscalização ao emprego de recursos gerou tan-



Clidenor Galvão: "Até agora já foram aprovadas 72 cartas-consultas para projetos de reflorestamento no Rio Grande do Norte".

tos projetos-fantasmas e tanta corrupção por este Nordeste.

Agora, além dos recursos serem liberados em parcelas, o IBDF faz a fiscalização direta dos investimentos, enviando relatórios por menorizados à presidência do órgão, de forma que novos recursos só saem após a comprovação de que a

etapa anterior do projeto está concluída satisfatoriamente.

PIONEIRISMO — O empresário Hemetério Fernandes Gurgel, que pode ser considerado um "expert" em matéria de trabalhar com incentivos fiscais do Governo (já implantou vários projetos apoiados pela

SUDENE, tanto na área industrial como na agropecuária, todos hoje transferidos a terceiros), foi o pioneiro no Rio Grande do Norte, em termos de reflorestamento.

O Fiset está financiando para Hemetério Gurgel três grandes projetos que alcançam o expressivo valor de Cr\$ 85 milhões: o "Patrícia", o "RN" e o "Ômega", todos ligados à empresa Reflorecultura S/A, a qual também é dirigida por Oscar Schmidt, sócio de Hemetério.

Os três projetos são para plantio de coco-da-baía e estão sendo desenvolvidos nos municípios de Guamaré e São Bento do Norte. Paralelamente aos projetos, a Reflorecultura montou um "viveiro" de sementes de coco que deverá produzir, este ano, nada menos de 500 mil mudas, todas selecionadas e cientificamente plantadas, segundo os seus dirigentes.

DIMENSÃO DO TRABALHO —

Oscar Schmidt diz que "o reflorestamento do Nordeste visa o aproveitamento direto da mão-de-obra do rural" e revela que "somente no projeto Patrícia, implantado no município de Guamaré, a empresa chegou a ter 1.200 homens contratados".

Explica Hemetério Gurgel que "no projeto Patrícia foram plantados 130 mil coqueiros, numa área de 1.300 hectares, estando este projeto praticamente concluído. Já o projeto RN, que tem uma área de 1.600 hectares, localizada entre São Bento do Norte e Guamaré, contará com 160 mil coqueiros. O projeto Ômega somente será executado a partir de 1979, numa propriedade que conta com 2.000 hectares onde serão plantados 220 mil coqueiros".

PLANOS FUTUROS — Para aprimorar a cultura do coco-da-baía nas suas terras, a Reflorecultura pretende firmar convênio até o fim deste ano com a Universidade Federal de Viçosa-MG, visando adquirir nova tecnologia que permita maior produtividade e melhor qualidade. Com esse mesmo fim, estão



Hemetério Gurgel, "expert" em trabalhar com incentivos fiscais do Governo, é o pioneiro em reflorestamento, com projetos no valor de Cr\$ 85 milhões.

sendo mantidos contatos com algumas organizações internacionais, como a *Central Coconut Research Station*, da Índia, a *Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization*, da Austrália, e com a *Tropical Products Institute*, da Inglaterra.

Diz ainda Hemetério Gurgel que, a partir de 1979, quando começará a colheita de coco da Reflorecultura, a empresa implantará uma indústria de beneficiamento do produto, cuja comercialização será feita tanto no Brasil como no Exterior. Essa indústria deverá se localizar mesmo em São Bento do Norte e representará um investimento, a preços de hoje, da ordem de Cr\$ 5 milhões. "Com recursos próprios" — assinala o empresário.

O QUE É O Fiset? — O Fiset, como o FINOR, é formado por recursos do Imposto de Renda, de que

o Governo Federal abre mão, canalizando-os para investimento em programas estratégicos entregues a empresas privadas que se capacitam a implantá-los pela apresentação de projetos técnicos e econômicos.

O Fiset financia, especificamente, projetos na área da pesca, do turismo e do reflorestamento. No primeiro caso, tais projetos devem ser encaminhados à SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca); no segundo, à EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo); e no último, ao IBDF.

Os recursos desse Fundo são administrados pelo Banco do Brasil S/A, o qual cobra a comissão de 0,5% a 1,5% sobre valor de qualquer ordem de liberação de recursos, a título de remuneração dos seus serviços. Outro tanto de comissão também é cobrado pelo órgão que emitir a ordem de liberação.

A PRORROGAÇÃO DA DEDUÇÃO

DE ICM CONTINUA SENDO UMA INCÓGNITA

O governo do Rio Grande do Norte vai manter ou não os atuais benefícios fiscais do ICM para que as empresas invistam em sua própria expansão?

A dúvida continua existindo porque, até agora, nenhuma resposta foi dada aos apelos feitos em memorial ao governador Tarcísio Maia, há quase seis meses. Os empresários solicitavam a prorrogação dos incentivos e, na ocasião, as fontes governamentais explicavam que essa medida não poderia ser tomada isoladamente pelo nosso Estado, pois se trata de matéria da competência do Conselho de Política Fazendária.

Ocorre que o memorial procurava exatamente demonstrar, com argumentos jurídicos, que a decisão pode e deve ser local, o que dá a impressão de que talvez o documento não tenha sido lido com cuidado. Sem desânimo e decididos a ir até o fim, os industriais continuam sua luta já contando com apoio em vários Estados nordestinos. Enquanto isso, o prazo dos incentivos está se esgotando.

Os empresários do Rio Grande do Norte, cujas indústrias se beneficiam diretamente da dedução para investimento, de um percentual do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias), continuam em expectativa quanto ao pleito para que esta isenção seja prorrogada, já que este é, para muitas empresas, o último ano em que ela está em vigor.

Conscientes de que a continuidade da isenção parcial é fundamental para o desenvolvimento do Estado, a classe empresarial elaborou um documento reivindicatório ao governador Tarcísio Maia, que tem pareceres favoráveis de setores técnicos do governo e adesões dos Secretários de Fazenda dos Estados do Ceará, Alagoas, Maranhão e Paraíba.

Entre as empresas de grande e pequeno porte, quarenta e oito se beneficiam da dedução do ICM, a partir do ano de 1960, gozando dos benefícios que a Lei permite.

INÍCIO DA LUTA — A luta dos empresários, pela continuação da



Os empresários ainda acreditam que Tarcísio Maia possa prorrogar as isenções

dedução do ICM para investimentos, teve início com a elaboração de um memorial, com o assessoramento técnico de um economista e de um jurista de alto nível, e que foi entregue ao governador Tarcísio Maia há quase seis meses. O documento se destina a convencer o Poder Público Estadual de que a isenção parcial do imposto deve continuar em vigor, pois nada existe contra isso, quer na esfera legal ou sócio-econômica, e deixa claro que o governador do Estado pode dar a solução, uma vez que a Lei não o impede de assim proceder.

Contando com o apoio da Federação das Indústrias, os empresários foram ao governador, que recebeu o memorial e o encaminhou para estudo de sua viabilidade, mas afirmando que não tinha meios para, sozinho, decidir a questão.

Ainda os empresários, atendendo sugestão do próprio governador, intensificaram a luta procurando, de imediato, torná-la de âmbito regional, e enviaram telegramas aos governadores do Nordeste e Presi-



Artur Nunes, Telmo Barreto e Benivaldo Azevedo, todos vêm com simpatia a prorrogação do incentivo fiscal.

dentes das Federações das Indústrias da região, pedindo solidariedade ao movimento.

ALGUMAS POSIÇÕES — A respeito do problema, algumas posições já são conhecidas. O Secretário da Fazenda, Artur Nunes de Oliveira Filho, não é contrário a prorrogação do incentivo fiscal do ICM. Ele chegou a afirmar:

“Não resta dúvidas que é muito importante a concessão desse incentivo, pois com ele teremos não somente o fortalecimento das empresas como também a elevação do índice de progresso da região; agora, as alegações de que o governo do Estado tem poder de decisão local sobre o assunto, não têm fundamento, uma vez que a própria legislação não permite que o governador tome, de iniciativa própria, uma decisão dessa natureza”.

É ainda o secretário quem afirma:

“Volto a dizer que não sou contra, pessoalmente, a prorrogação do incentivo, mas realmente não vejo como ela poderá ser concedida nas circunstâncias atuais e da maneira como desejam os empresários”.

Outra posição firmada é a do secretário da Indústria e Comércio,

Benivaldo Azevedo. Para ele, a Lei Complementar nº 24 é clara no que dispõe sobre convênios para concessão de isenções do ICM, principalmente quando estabelece que as decisões deverão ser tomadas, por unanimidade, de assembléia nacional do CONFAZ, daí ficar exposto o Estado a sofrer sérias sanções em caso de decisões fora do que estabelece a Lei. Declara Benivaldo:

“Sinceramente, eu desejo uma decisão favorável aos nossos empresários, e continuo sendo favorável, achando que nossas empresas realmente necessitam da prorrogação do incentivo fiscal do ICM. Mas tudo deverá ser feito dentro do que estabelece a Lei Complementar e dela não poderemos fugir”. Os empresários, no entanto, continuam firmes nos seus pontos de vista e um deles é o Presidente da Associação das Indústrias de Confecções do Rio Grande do Norte, Telmo Barreto, que nada acrescenta de novo no que já disse e continua afirmando que, sem o benefício, pouquíssimas serão as empresas que sobreviverão e se expandirão. Para ele, *“somente as empresas muito bem estruturadas terão meios para isso. Aquelas que na atualidade começam a se consolidar, passarão por um*

período de estagnação e as pequenas empresas, fatalmente, fecharão suas portas’ E prossegue Telmo Barreto: *“Ainda sou de opinião de que não se deve acabar o que vem dando certo e por isso mesmo não acredito em sucedâneos. Acho difícil a criação de outra forma de incentivo, e que esta possa obter bons resultados”.*

No grupo Guararapes, Raimundo Nonato da Costa e Nilson Rocha defendem o mesmo ponto de vista de Nevaldo Rocha de que o governo tem obrigação de dar o que as empresas precisam. Desejam a diferença para justificar e para contrabalançar as desvantagens locais; se isso não for conseguido, a sua empresa, por exemplo, terá que se transferir, para que não seja transformada em um negócio anti-econômico.

ESTADO ATUAL — Depois da entrega do memorial ao governador, telegramas pedindo solidariedade aos governadores e presidentes de Federações das Indústrias do Nordeste, contatos pessoais com grandes empresas de outros Estados, com autoridades ligadas ao problema, principalmente com secretários da Fazenda nordestinos, pouca coisa mudou com relação ao estágio an-

terior do prolema. "No momento, o que existe de real" — segundo afirma o secretário da Indústria e Comércio, Benivaldo Azevedo — "são as adesões já confirmadas, à causa dos empresários do Rio Grande do Norte, dos Secretários da Fazenda dos Estados do Ceará, Alagoas, Maranhão e Paraíba". Isso, todavia, é muito pouco, segundo o secretário, para que possa acontecer a esperada prorrogação do benefício do incentivo do ICM, já que é necessária uma votação de *unanimidade nacional* dos secretários de Fazenda, considerada muito difícil.

A propósito desse fato, o secretário da Fazenda Artur Nunes procura deixar bem claro que o caso somente não foi levado ainda para exame da assembléia do CONFAZ (Conselho de Política Fazendária) porque não está no tempo devido. E ele explica:

"Toda matéria que é apresentada numa assembléia do CONFAZ e que não é aprovada — pois para isso é preciso unanimidade dos votantes — somente poderá retornar à nova assembléia para debate, dois anos depois. Por esta razão, e por sabermos de antemão que não contamos ainda com a adesão, pelo menos dos secretários da Fazenda de todo o Nordeste, resolvemos, acreditado em favor das nossas próprias empresas, não levar ainda o problema para apreciação do CONFAZ, e esperar uma oportunidade adequada, quando pudermos ter chances de lograr êxito".

Já o secretário da Indústria e Comércio acredita que agora, conseguir novas adesões é um trabalho de bastidores, silencioso e eficaz, onde tudo conta pontos: amizade, prestígio, entendimento, explicações, enfim, tudo que possa servir de argumento para conseguir novos aliados nessa luta que vai continuar ainda por um longo tempo. Segundo afirma Benivaldo Azevedo, o governo não está de braços cruzados. Ele continua estudando o problema, procurando efetivamente um meio de revolvê-lo.

LEGISLAÇÃO NORDESTINA LN JURISPRUDENCIA

As mais completas revistas de leis editadas no Brasil. Levamos até você matéria FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, sempre atualizadas com a legislação em vigor. Tudo isso em excelente apresentação gráfica. Torne-se o assinante mais atualizado do Brasil.

... ○ ○ ● ○ ○ ...

Contratos, em Natal, com RN-Econômico, pelo fone 222-0806 ou escreva para Editora Legislação Nordestina Ltda., atenção do Sr. Nelson Ramos de Souza — Av. Conde da Boa Vista, 250 — Conj. 411 — Fone (081) 222.3781 — Recife-PE

Divemo S.A. apresenta um caminhão que nunca passa apertado no centro da cidade.



Mesmo com as suas 6 toneladas de peso bruto total admissível - ou 9 toneladas de capacidade máxima de tração -, o caminhão que nós temos para lhe oferecer ainda consegue ser ágil.

Estamos falando do Mercedes-Benz L-608D, Mercedinho, o caminhão mais adequado para trafegar nas ruas estreitas e no trânsito intenso das cidades. Porque seu tamanho é compacto, possui grande facilidade de manobra e pode estacionar nas vagas mais apertadas. Seu círculo de viragem é comparável ao do menor

automóvel brasileiro.

Venha conversar com os nossos especialistas em transporte diesel.

Eles vão mostrar a você que, além da agilidade, o Mercedinho é também econômico, seguro, confortável e, sobretudo, versátil: pode ser equipado com muitos tipos de carroçaria, o que permite a sua utilização em um número maior de negócios.

Estas vantagens, aliadas às características próprias de todos os veículos Mercedes-Benz, tornam o Mercedinho altamente rentável.

O investimento feito na sua aquisição retorna rapidamente com juros e lucros. Muitos lucros.

Mercedes-Benz L-608D, a solução simples para os problemas complexos do transporte urbano.

Venha conhecê-lo.



Mercedes-Benz

Divemo S.A. - Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101 — Km 5 — Parque Vale do Pitumbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1358, 231-1359 e 231-1360 — Natal-RN.
Filiais: Av. Alexandre de Alencar, 561 — Alacrin — Fone: 222-2822 — Natal-RN — Rue Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN

C.G.C. M.F. 08.418.634/0001-70 — INSCRIÇÃO ESTADUAL 200.115.29-4

RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETOR

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, encaminhamos à deliberação dessa Augusta Assembleia, o Relatório do Conselho Diretor, o Balanço Patrimonial e a respectiva Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1977.

1. Desenvolvimento do Programa Estadual de Habitação Popular (PEHAP)

NOME DO PROJETO	Nº DE UNIDADES	LOCALIZAÇÃO	FASE EM QUE SE ENCONTRA				VALOR DO INVESTIMENTO		
			CONCLUIDA	EM CONST.	EM APROV. NO BNH	EM PLANEJ. COHAB	HABITACIONAL	INFRA-ESTRUTURA	TOTAL
JIOUI	623	Natal	623	-	-	-	18.971.114,00	4.302.319,00	23.273.333,00
POTENGI	379	Natal	379	-	-	-	11.131.486,00	1.836.733,00	12.968.219,00
LAGOA NOVA II	174	Natal	174	-	-	-	6.312.726,00	168.998,00	6.481.724,00
TERRENO PRÓPRIO I	187	Natal, Mossoró, Macau, Macaíba, Eduardo Gomes, Extremoz e outros	187	-	-	-	14.537.600,00	-	14.537.600,00
IGAPÓ	113	Natal	113	-	-	-	6.983.272,00	1.522.130,00	8.505.402,00
MARECHAL DUTRA	72	Pau dos Ferros	72	-	-	-	2.072.290,00	332.545,00	2.404.835,00
ALFREDO MESQUITA I	55	Macaíba	55	-	-	-	2.022.089,00	269.852,00	2.291.941,00
PANORAMA I	260	Natal	260	-	-	-	16.045.649,00	2.303.300,00	18.348.949,00
ABOLIÇÃO I	430	Mossoró	430	-	-	-	25.553.012,00	9.690.443,00	35.243.455,00
SOLEDADE	540	Natal	540	-	-	-	34.953.440,00	5.483.174,00	40.336.614,00
AMARANTE	648	São Gonçalo do Amarante	648	-	-	-	9.501.229,00	3.000.878,00	12.502.107,00
PANATIS	1.123	Natal	-	1.123	-	-	81.734.703,00	9.720.882,00	91.455.585,00
PIRANGI	2.100	Natal	-	2.100	-	-	183.056.289,00	15.249.940,00	198.306.229,00
MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÕES	460	Natal	460	-	-	-	5.818.799,00	-	5.818.799,00
ABOLIÇÃO II	600	Mossoró	-	600	-	-	41.100.519,00	10.191.993,00	51.292.512,00
PANORAMA II	80	Natal	-	80	-	-	5.499.529,00	-	5.499.529,00
SANTA CATARINA	2.200	Natal	-	2.200	-	-	120.473.090,00	25.058.505,00	145.531.595,00
TERRENO PRÓPRIO II	600	Natal, Mossoró, Macau, Macaíba, Eduardo Gomes, Caicó, Extremoz, Açu, Currais Novos, Nísia Floresta e outros	17	683	-	-	52.730.599,00	-	52.730.599,00
ALFREDO MESQUITA II	40	Macaíba	-	40	-	-	2.641.528,00	1.848.998,00	4.490.526,00
JANDUÍ I	100	Açu	-	100	-	-	9.086.000,00	3.209.629,00	12.295.629,00
REFORMA DA CASA PRÓPRIA I	1.000	Natal, Mossoró, Currais Novos, Pau dos Ferros, Eduardo Gomes, Caicó, Macaíba, Extremoz e outros	882	118	-	-	45.430.000,00	-	45.430.000,00
LIBERDADE	3.000	Mossoró	-	-	3.000	-	218.346.000,00	25.968.000,00	244.314.000,00
MURIU	14.000	Natal	-	-	14.000	-	1.018.948.000,00	121.184.000,00	1.140.132.000,00
ABOLIÇÃO III	600	Mossoró	-	-	600	-	43.669.200,00	5.193.600,00	48.862.800,00
NOVA MACAU	400	Macau	-	-	400	-	29.112.800,00	3.062.400,00	32.175.200,00
			4.840	6.944	-	18.000	2.005.630.963,00	249.998.219,00	2.255.629.182,00

Na qualidade de Órgão executor do Programa Estadual de Habitação Popular — PEHAP, que é parte do Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, lançado pela Presidência da República, todo o trabalho da COHAB-RN, é no sentido de cumprir a meta do Governo que é atender no período 1975/78 12.830 famílias, com construção, melhoria e ampliação de casa própria em diversas cidades do Estado.

Perseguindo essa meta, a COHAB-RN, tem contado com o permanente e integral apoio do Governo Estadual através de uma perfeita integração dos seus mais variados órgãos, cada um executando o que é de sua responsabilidade, bem como, com a cooperação das Prefeituras Municipais das diversas cidades em que tem atuado, tudo isso de par com o Crédito de Confiança do Banco Nacional de Habitação (BNH).

2. ESTRUTURA FÍSICA

No decorrer do exercício de 1977 a COHAB-RN, após consolidação de sua posição empresarial para um melhor cumprimento do papel que lhe é reservado no Sistema Financeiro de Habitação, procurou dar maior atenção ao bem-estar do seu quadro funcional, através das modificações a seguir relacionadas, processadas na sua estrutura física, visando um maior índice de produtividade, bem como um melhor atendimento a sua clientela.

- Reforma, ampliação e melhoria do edifício-sede, situado na Praça Augusto Severo, 264/66, o qual passou de 835m² para 1.924m² de área construída;
- Aquisição e restauração da sede própria do Escritório Regional de Mossoró-RN, situado na Av. Dix-Sept Rosado, 273;
- Construção da sede própria do Escritório Regional de Caicó-RN, situado no Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco;
- Construção da sede própria do Escritório local de Pau dos Ferros-RN, situado no Conjunto Habitacional Marechal Dutra;
- Construção do Posto de Venda da Gerência de Comercialização de Materiais de Construção — GEMAC, no Bairro do Potengi — Natal-RN;
- Escritório do Posto de Venda da Gerência de Comercialização de Material de Construção — GEMAC — no conjunto Jiqui — Natal-RN;
- Construção do Posto de Venda da Gerência de Comercialização de Material de Construção — GEMAC, em São Gonçalo do Amarante-RN.

Para o próximo exercício a mesma metodologia de ação será mantida, com a construção da sede própria do escritório local de Macaíba, Escritório Regional de Currais Novos e Escritório Local de Açu-RN.

3. ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES

A COHAB-RN fez realizar no exercício de 1977 as Assembleias Gerais e reuniões dos Conselhos, Diretor e Fiscal constantes do quadro a seguir, valendo ressaltar que as reuniões do Conselho Diretor tiveram como consequência direta, a emissão de 53 resoluções relativas as mais variadas atribuições estatutárias que lhe são pertinentes:

3.1 Assembleias Gerais	
3.1.1 Ordinárias	01
3.1.2 Extraordinárias	03
3.2 Reuniões do Conselho Diretor	51
3.3 Reuniões do Conselho Fiscal	02
Total	57

4. EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS/INFRA-ESTRUTURA

Pelas suas características, merece especial destaque o cumprimento da orientação governamental que a COHAB-RN vem levando a termo, no sentido de reinvestir os resultados alcançados, cujo êxito tem sua explicação no Programa de Obras Especiais que está sendo desenvolvido paralelamente ao Programa Estadual de Habitação, e através do qual a COHAB-RN objetivando a melhoria da qualidade de vida nos seus conjuntos habitacionais, está fazendo executar construções civis, principalmente equipamentos comunitários e urbanização dos seus conjuntos residenciais, com recursos próprios gerados por sua forma de gestão, pela execução de convênios com órgãos de administração pública e pelo desenvolvimento de outras atividades estatutárias.

Perseguindo as metas estabelecidas nesse Programa de Obras Especiais a COHAB-RN fez no ano de 1977, com recursos

próprios, as realizações a seguir.

- Centros Comerciais (edificação financiada pelo BNH)
 - Concluído — Centro Comercial do Jiqui com 20 boxes e 01 lancheiros
 - Em fase de conclusão
 - Centro Comercial de Abolição — Mossoró-RN
 - Centro Comercial de Lagoa Nova — Natal-RN
 - Centro Comercial de Potengi — Natal-RN
 - Centro Comercial de Alfredo Mesquita — Macaíba-RN
 - Centro Comercial de Janduí — Açu-RN
- Unidades de Saúde para operação pela Secretaria de Saúde Pública
 - Concluídas
 - Unidade de Saúde Santa Luzia — Conjunto Habitacional Jiqui — Natal-RN
 - Unidade de Saúde do Amarante — São Gonçalo do Amarante-RN
 - Unidade de Saúde da Cidade da Esperança — Natal-RN
 - Em conclusão
 - Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Mons. Walfrado Gurgel — Mossoró-RN
 - Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional — Pte. Castelo Branco — Caicó-RN
- Centros Sócio-Culturais para operação pela FUNBERN e Conselhos Comunitários
 - Concluídas
 - Centro de Integração Comunitária — CÍCOM — do Conjunto Habitacional Jiqui — Natal-RN
 - Centro Sócio-Cultural Câmara Cascudo — Conjunto Habitacional Cidade da Esperança — Natal-RN;
 - Centro de Promoção Social — Conjunto Habitacional Pte. Castelo Branco — Caicó-RN;
 - Centro Recreativo do Conjunto Habitacional Potengi — Natal-RN.
 - Em conclusão
 - Centro de Integração Comunitária — CÍCOM — Conjunto Habitacional Lagoa Nova II — Natal-RN.
- Unidades Policiais para operação pela Secretaria de Segurança Pública
 - Concluídas
 - Unidade Policial do Projeto Amarante — São Gonçalo do Amarante-RN;
 - Unidade Policial do Conjunto Habitacional Pte. Castelo Branco — Caicó-RN;
 - Unidade Policial do Conjunto Habitacional Mons. Walfrado Gurgel — Mossoró-RN.
 - Unidades Escolares para operação das Secretarias de Educação e Cultura do Estado e Municípios
 - Concluídas
 - Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Panorama — Natal-RN
 - Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Igapó — Natal-RN
 - Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Soledade — Natal-RN
 - Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Abolição — Mossoró-RN
 - Unidade Escolar do Projeto Amarante — São Gonçalo do Amarante-RN
 - Unidade Escolar do Conjunto Habitacional Mons. Walfrado Gurgel — Mossoró-RN
 - Quadras Múltiplas de Esportes para administração dos Conselhos Comunitários
 - Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Cidade da Esperança — Natal-RN;
 - Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Pte. Castelo Branco — Caicó-RN;
 - Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Lagoa Nova II — Natal-RN
 - Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Alfredo Mesquita — Macaíba-RN;
 - Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Potengi — Natal-RN;
 - Quadra Múltipla de Esportes do Conjunto Habitacional Jiqui — Natal-RN.
- Abrigos para Passageiros de Transportes Coletivos

Foram construídos no exercício de 1977, abrigos nas principais paradas de ônibus dos Conjuntos Habitacionais — Jiqui, Potengi, Soledade, Cidade da Esperança e Lagoa Nova I.

4.8 Urbanização

No tocante a urbanização foram pavimentadas no exercício em tela, 20 ruas do Conjunto Habitacional Cidade da Esperança, em Natal-RN, totalizando 9.290,00m² de paralelepípedos e 1.236,00m² de meio-fio.

4.9 Restauração de Unidades Residenciais

De par com execução das obras até então relacionadas, a COHAB-RN tem a preocupação constante de procurar manter a recuperação e melhoria das unidades residenciais integrantes dos seus conjuntos habitacionais. Assim sendo, no exercício de 1977 foram recuperadas e melhoradas 80 unidades do Conjunto Habitacional Santa Maria Goretti, em Currais Novos-RN e 74 unidades do Conjunto Habitacional Pte. Castelo Branco, em Caicó-RN.

5. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1 Capital Social
Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 02/12/76 e 04/11/77, foi aprovado o aumento do capital Social da COHAB-RN, de Cr\$ 1.015.000,00 para Cr\$ 17.473.583,00, o que significa, em termos percentuais um acréscimo de 58,83% (reduzido na emissão de 6.458.583 ações ordinárias. O referido aumento teve como base legal as seguintes fontes de recursos:

- Reservas Estatutárias;
- Reserva para Manutenção do Capital de Giro Próprio;
- Rescissões para futuros aumentos de Capital;
- Parte do saldo dos recursos existentes no Fundo Nacional de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — FUNDHAP-RN.

5.2 Índices Financeiros

Índice de Liquidez Corrente	1,20
Índice de Liquidez Geral	1,02
Índice de Liquidez Instantânea	0,48
Índice de Liquidez Seca	0,80
Grau de Solvência	1,09
Grau de Endividamento	0,92
Lucro Líquido por Ação	0,08

5.3 Resultado

No exercício de 1977 a COHAB-RN apresentou um resultado final de 3.353.896,05, tendo superado o do ano anterior em Cr\$ 1.472.580,47.

Em acordo com o novo conceito da Nova Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15.12.1976) o lucro líquido final foi de Cr\$ 1.072.590,97.

Para o próximo exercício será mantida, pela COHAB-RN, as mesmas orientações governamentais programadas nos exercícios anteriores, no sentido de que:

- as metas de produção e melhoria de habitações, definidas no Programa Estadual de Habitação Popular — PEHAP, sejam executadas e realizadas;
- os resultados sejam reinvestidos em acordo com suas normas estatutárias, na melhoria de vida de seus conjuntos habitacionais;
- a consolidação de sua posição empresarial seja mantida, visando sempre um melhor cumprimento do papel que lhe é reservado no Sistema Financeiro de Habitação.

6. AGRADECIMENTOS

Fazemos questão de registrar os nossos permanentes agradecimentos a todos os órgãos da administração que se relacionam e apoiam o programa habitacional desenvolvido pela COHAB-RN, direta ou indiretamente, numa plena demonstração da unidade governamental, em todos os níveis, hierarquizados, e em especial, ao Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa Arca, pela Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, agente coordenador do PLANHAP-RN.

Natal, 31 de dezembro de 1977

ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO
Diretor-Presidente

JOÃO EUDES FERREIRA
Diretor Administrativo e Financeiro

ELIAS FERNANDES NETO
Diretor Técnico

Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN

C.G.C. M.F. 08.418.634/0001-70 — INSCRIÇÃO ESTADUAL 200.115.29-4

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO		1976	1977	PASSIVO		
DISPONIVEL		4.201.845,51	2.828.585,13	NAO EXIGIVEL		
Caixa	141.789,03	122.630,25	Capital	21.451.598,87	25.623.318,20	
Depósitos Bancários à vista			Reservas	11.011.000,00	17.473.583,00	
Bancos de Movimento	4.040.933,04	2.687.551,16	Recebimentos para Futuro Aumento de Capital	1.638.063,63	3.198.818,60	
Bancos de Vinculada a Obras	19.123,44	18.403,72	Fundo de Variações da Correção Monetária do SFH	4.201.077,76	1.077,96	
REALIZAVEL		201.613.489,79	379.672.109,72	Lucros Suspensos	712.431,52	712.431,52
Devedores por Vendas Compromissadas			Fundos para Aplicações Especiais	720.209,81	1.072.590,97	
De Projetos Habitacionais	94.168.691,19	195.206.986,26		3.164.816,15	3.164.816,15	
Devedores por Contratos e Financiamentos			EXIGIVEL			
Devedores por Projetos em Terreno Próprio	7.319.440,06	11.483.873,79	Empréstimos do BNH	190.988.598,62	376.143.670,77	
Devedores por Créditos Repassados	4.999.572,59	5.894.091,23	Fornecedores e Prestadores de Serviços	184.541.711,60	361.927.082,46	
Devedores p/ Ampliações e Melhorias	352.960,57	11.333.170,31	Impostos, Contribuições e Consignações a Recolher	2.523.839,46	4.279.849,49	
Terreno			Depósitos p/ Benefícios do Decreto-Lei 1358/74	339.589,01	487.514,84	
Destinados a Edificação ou Urbanização	11.911.276,34	2.245.482,14	Outros Valores Exigíveis	1.028.242,87	2.184.282,43	
Projetos Destinados à Venda			Outros Valores Pendentes Passivos	2.555.215,68	6.258.833,55	
Conjuntos Habitacionais	81.872.335,30	149.599.426,83	Provisão para o Imposto de Renda	—	1.006.108,00	
Equipamentos Comunitários			PENDENTE			
Estoques	47.752,61	45.862,65	Receitas Diferidas	1.566.644,82	3.157.814,93	
Títulos, Valores Imobiliários e Depósitos	898.618,43	606.350,78	Recebimentos por Conta de Sinistros em Liquidação	60.612,54	60.612,54	
Adiantamentos	42.842,70	1.119.347,72	Outros Valores Pendentes Passivos	545.056,95	1.629.836,07	
Outros Valores Realizáveis	—	84.999,33		960.975,33	1.467.366,32	
IMOBILIZADO		2.229.788,01	4.843.459,37	OBRIGAÇÕES E VALORES DE ATIVIDADES ESPECIAIS		
Imobilizações Técnicas	291.357,00	855.857,00		1.771.525,86	5.076.107,29	
Imobilizações Administrativas	2.113.152,62	3.802.323,98	CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVAS			
(—) Depreciações Acumuladas	(233.740,61)	(233.740,61)		188.866.118,49	—	
Imobilizações Financeiras	59.019,00	419.019,00	TOTAL GERAL			
PENDENTE		5.941.729,06	17.580.649,68			
Despesas Diferidas e Antecipadas	54.456,00	50.688,00		404.644.486,66	410.000.911,19	
Movimentação de Seguro — SFH	(89.976,91)	(202.715,89)				
Outros Valores Pendentes Ativos	5.977.249,97	17.732.677,57				
BENS E VALORES DE ATIVIDADES ESPECIAIS		1.791.515,80	5.076.107,29			
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVAS		188.866.118,49	—			
TOTAL GERAL		404.644.486,66	410.000.911,19			

ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO
Diretor-Presidente

JOÃO EUDES FERREIRA
Dir. Adm. e Financeiro

ELIAS FERNANDES NETO
Diretor Técnico

JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Contabilidade
Contador — CRC-RN nº 2099

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, em 30.12.77

DESPESAS		1976	1977	RECEITAS		
DESPESAS FINANCEIRAS E FISCAIS				RECEITAS FINANCEIRAS		
Despesas Financeiras de Empréstimos				Receitas de Vendas Compromissadas	984.431,81	1.350.325,21
De Empréstimos Gerais do BNH	4.482.589,68	997.633,02	Receitas de Contratos de Financiamentos	42.993,67	97.259,58	
De Empréstimos do BNH p/ Repasse	260.251,92	315.037,19	Receitas de Recursos Repassados	207.675,59	293.907,31	
De Empréstimos de Outras Entidades	32,26	164.045,79	Outras Receitas Financeiras	249.258,43	52.808,47	
Despesas Financeiras c/ Benefício Fiscal DL 1358/74	141.357,59	384.976,81	RECEITAS COMPLEMENTARES DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PROJETOS			
Despesas Tributárias	58.592,59	531.966,85		3.699.170,53	8.897.685,23	
Outras Despesas Financeiras e Fiscais	—	13.380,66	RECEITAS DE CORREÇÃO MONETARIA DE VALORES ATIVOS			
DESPESAS COMPLEMENTARES DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PROJETOS		2.971.575,82	2.059.586,21		38.123.769,23	77.814.917,51
DESPESAS DE CORREÇÃO E DE VARIAÇÃO CAMBIAL DE VALORES PASSIVOS		31.646.821,01	72.112.147,17	TAXAS DE SERVIÇOS E DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				Taxas de Serviços	2.533.815,15	2.885.867,32
Despesas de Pessoal	3.867.705,18	7.782.216,17	Taxa de Ocupação de Imóveis	1.371.520,14	2.961.001,33	
Encargos Sociais	1.533.707,23	3.151.796,52	RECEITAS PATRIMONIAIS			
Despesas com Material	588.388,98	1.440.148,19	Contribuições e Doações Recebidas	2.000.000,00	17.500,00	
Serviços de Terceiros	1.398.645,98	3.341.195,67	Receitas de Aplicações em Títulos e Depósitos	541.698,75	976.549,33	
Outras Despesas Administrativas	57.249,82	911.990,57	Outras Receitas Patrimoniais	157.174,76	1.279.245,94	
ENCARGOS DIVERSOS	1.043.464,36	218.119,92	RECEITAS DE ATIVIDADES ESPECIAIS			
DESPESAS DE ATIVIDADES ESPECIAIS	2.725.223,87	5.962.426,14		2.745.213,81	6.113.295,70	
TOTAL DAS DESPESAS	50.775.606,29	99.386.666,88	TOTAL GERAL			
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.881.115,58	3.353.696,05		52.656.721,87	102.740.362,93	
TOTAL GERAL	52.656.721,87	102.740.362,93				

ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO
Diretor-Presidente

JOÃO EUDES FERREIRA
Dir. Adm. e Financeiro

ELIAS FERNANDES NETO
Diretor Técnico

JOSE MARIA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Contabilidade
Contador CRC-RN nº 2099

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB-RN, em reunião desta data às 14 horas, no edifício-sede desta Companhia, examinou o balanço geral desta entidade, em 30 de dezembro de 1977, inclusive a

Demonstração de Resultados e o Relatório da Diretoria. Tendo encontrado o Relatório da Diretoria e as contas na devida ordem, é de parecer que sejam aprovados pela Assembléia Geral para esse fim convocada.

SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Contador

JOMAR DE ANDRADE ALECRIM
Economista

ELINALDO RENOVARO DE LIMA
Economista

FRIGONORTE

A REABILITAÇÃO DE UMA EMPRESA EM QUE NINGUÉM CONFIAVA

Criado pela iniciativa privada, o FRIGONORTE S/A apresentou-se durante muitos anos aos olhos do consumidor e do fornecedor natalenses como um fracasso. As suas crises administrativas e financeiras chegaram a tal ponto que a Prefeitura Municipal resolveu assumir o controle acionário da empresa, a fim de evitar o seu fechamento. Mas, nessa ocasião a falência já estava praticamente consumada. Quando a atual diretoria do FRIGONORTE assumiu, encontrou apenas os destroços de uma empresa.

Salomão Borges de Oliveira, diretor-presidente do FRIGONORTE, conta como foi a luta para reerguer e reabilitar uma empresa desacreditada e cheia de dívidas. Ele explica o que foi feito para que, pela primeira vez em muitos anos (mais de dez), o FRIGONORTE apresente um balanço com lucro. Lucro superior a Cr\$ 1 milhão. Sem maiores problemas.

Quando a atual diretoria do FRIGONORTE S/A assumiu o controle da empresa viu-se diante de um desastre financeiro dos mais absolutos. Mais do que isso, encontrou pela frente uma verdadeira falência. Isso, em 7 de julho de 1975. E o quadro geral culminava com um débito de Cr\$ 1.446.813,32; além de muitas outras contas irregulares, todas a serem pagas, num volume incalculável de duplicatas vencidas e muitas protestadas, máquinas, veículos de entrega de carne (Kombi e caminhões) e todos os prédios, hipotecados. As suas contas bancárias estavam encerradas por ordem do Banco Central; a maquinaria do frigorífico totalmente imprestável, necessitando de urgentes reparos. A peça principal de todo o complexo, uma caldeira ATA-12

(sem que a qual é impossível o funcionamento de um frigorífico) não tinha condições de operar.

De julho de 75 até hoje, o FRIGONORTE sofreu uma mudança radical de comportamento. A nova diretoria, nomeada pelo Prefeito Vauban Bezerra de Faria para "sanear" e reerguer a empresa, conseguiu não só reestruturar todo o negócio, bem como deu uma feição realmente empresarial ao investimento, tanto que hoje, pela primeira vez em sua história, o FRIGONORTE S/A entrega o seu relatório anual com lucro apreciável.

Salomão Borges, diretor-presidente, chama de uma "verdadeira batalha" a reabilitação da empresa, que hoje goza de excelente conceito não só frente ao fornecedor natalense,

mas perante os exigentes fornecedores do mercado sulista. Para Salomão, o FRIGONORTE é agora uma empresa digna de todo o respeito.

"Tratamos, imediatamente após termos assumido a direção, de providenciar uma rigorosa contenção de despesas em todos os sentidos, procurando corrigir os inúmeros defeitos e a quase falência que havíamos encontrado. Por exemplo, no setor das obrigações sociais (INPS, FGTS, Funrural e Pasep) havia um enorme atraso que se refletia de imediato na desorganização funcional que encontramos, uma desordem, um desmazelo geral. Hoje, as obrigações sociais estão praticamente regularizadas, graças aos parcelamentos que fizemos e que vêm sendo pagos rigorosamente em dia".

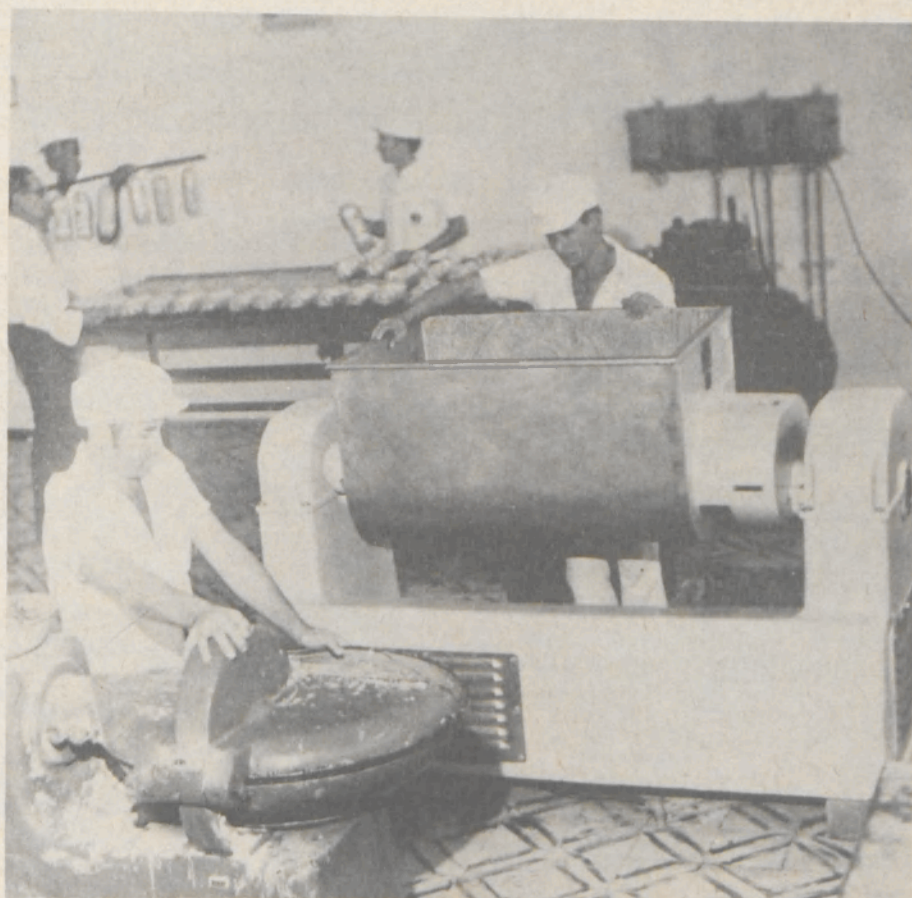
Continua Salomão Borges:

“Em nossa primeira fase de trabalho, recuperamos a caldeira ATA-12, que se encontra hoje funcionando em perfeitas condições. Mais ainda, adquirimos outra caldeira (ATA-8), uma vez que a empresa passou a se expandir de maneira inesperada. Sendo assim, uma caldeira só era insuficiente. Foi também recuperado, pelo mesmo motivo, o Digestor de Farinha de Carne. No setor de suínos, onde o processo de tratamento era manual, adquirimos uma máquina de depelagem, proporcionando assim, por meios mecânicos, a depelagem automática de 50 cabeças por hora. Compramos, e já se encontra funcionando plenamente, uma balança rodoviária para pesagem de caminhões até 30 toneladas (elemento indispensável a qualquer frigorífico e que inexplicavelmente não existia). Construimos também para atender ao aumento crescente da chegada de bovinos, caprinos, ovinos e suínos, um total de 12 currais: 10 para caprinos, suínos e ovinos, e dois para bovinos. No salão de matança, dado as suas precaríssimas condições, aumentamos o Tendal para guarda de carne e reconstruímos todo o piso, em concreto. Além de todas as aquisições já citadas, instalamos ainda na empresa, por se tratarem de elementos indispensáveis, as seguintes maquinarias: um guincho DROPPE para esfolar, três viaturas para entrega de carne, uma centrífuga para lavagem de buchos e 1 virador de tripa”.

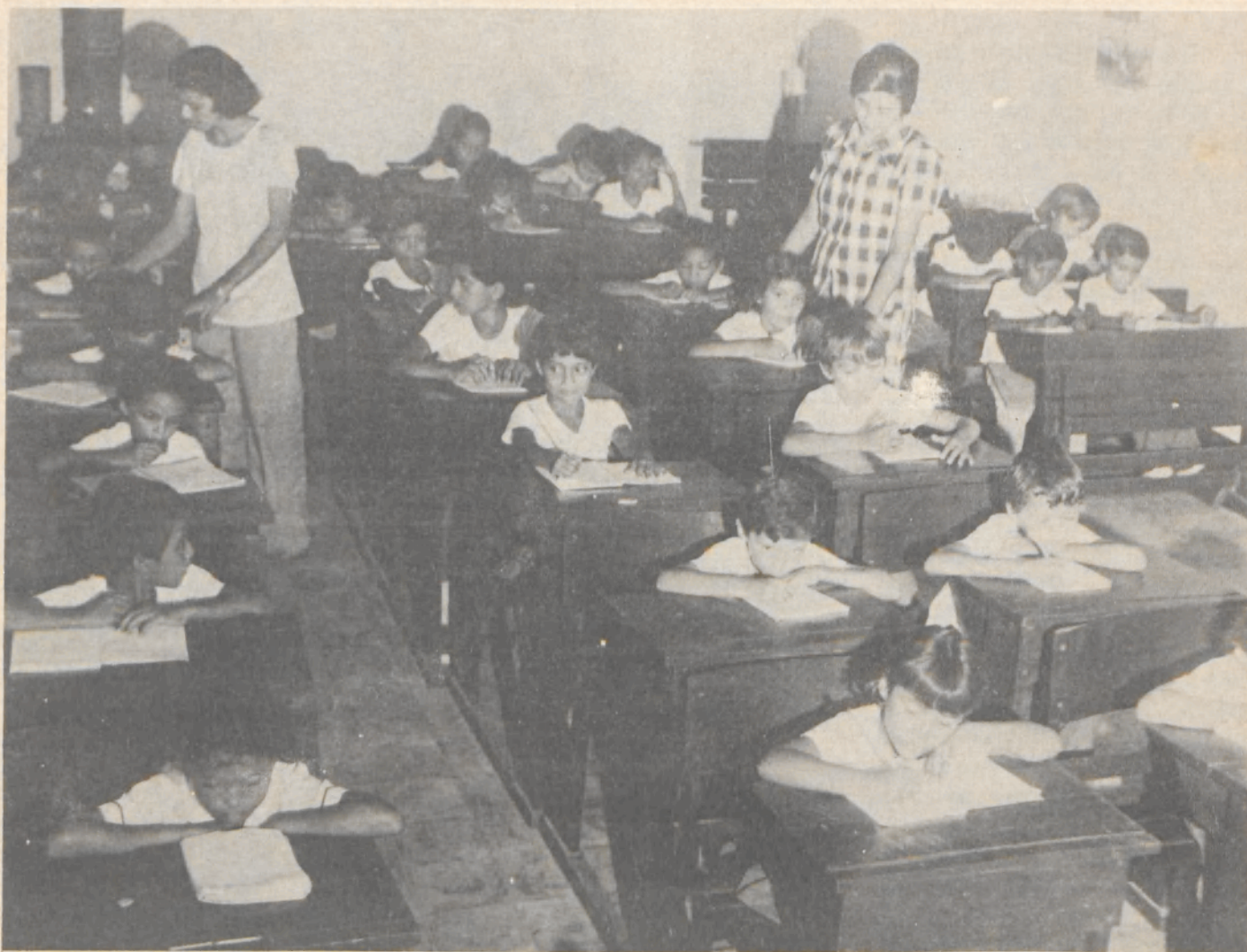
A partir dessas primeiras reformas, o movimento de abate do FRIGONORTE, que oscilava entre 50/60 cabeças de bovinos por dia (antes da atual diretoria) passou a girar atualmente numa média de 160 cabeças, mais do dobro da capacidade anterior. Com relação ao movimento de abate de caprinos, suínos e



O interior do FRIGONORTE é um modelo de higiene e limpeza



Máquinas para beneficiamento de carnes já estão operando plenamente



O FRIGONORTE mantém com seus próprios recursos uma escola para duzentos alunos.

ovinos, o número é quase que incalculável.

Salomão Borges aponta outras reformas:

“O problema da água foi outro trabalho crucial. Diariamente os atropelos eram penosos, uma vez que a CAERN apenas duas vezes por semana fazia chegar água ao FRIGONORTE. Revolvemos, então, recuperar o poço artesiano existente, trocando bombas e tubos por outros de maior capacidade. Solucionamos assim um dos mais graves problemas. No setor de fornecimento da energia elétrica, a fim de evitarmos os constantes cortes, que causavam transtornos no setor de matança, a empresa acaba de adquirir e

instalar um grupo gerador de 60 KVA, fato este que agradou sobremaneira aos marchantes, em geral os grandes prejudicados com a constante falta de luz”.

A salsicharia do FRIGONORTE é uma criação recente. Salomão explica os motivos que levaram à sua instalação:

“Como decorrência natural da ampliação da empresa, de sua expansão no mercado e do novo conceito junto aos fornecedores, a administração resolveu montar uma salsicharia, que vem funcionando desde dezembro do ano passado, fornecendo não somente aos Supermercados Nordeste e Minipreço, mas também aos clientes do interior,

toda sua linha de produtos: presunto, bacon, paio, costela salgada, mortadela, linguiças calabresa, pura, pernambucana, portuguesa e popular. Por força da grande procura dos artigos e tendo em vista a produção que não estava atendendo ao volume da demanda, adquirimos à Hermann, de São Paulo, novas máquinas, com financiamento da Rionorte, e já em fase de montagem aumentando assim o volume produtivo de 800 Kg diários, para 2.500. Também para o bom andamento da salsicharia foi necessária a construção de uma Câmara Frigorífica e cinco estufas, sendo quatro a gás e uma a carvão”.

Outra inovação introduzida

pelas reformas foi no campo da assistência social, médica e odontológica. Dada a falta dessa assistência aos funcionários, principalmente os magarefes, a nova diretoria da empresa conseguiu o auxílio do SESI para periódica assistência médica,



Salomão Borges explica a nova realidade da empresa

odontológica e social. Ampliou também sua faixa de atuação estendendo seus benefícios à área da educação: foram construídas duas salas de aula que hoje abrigam mais de 200 alunos, filhos de funcionários e das famílias necessitadas da vizinhança.

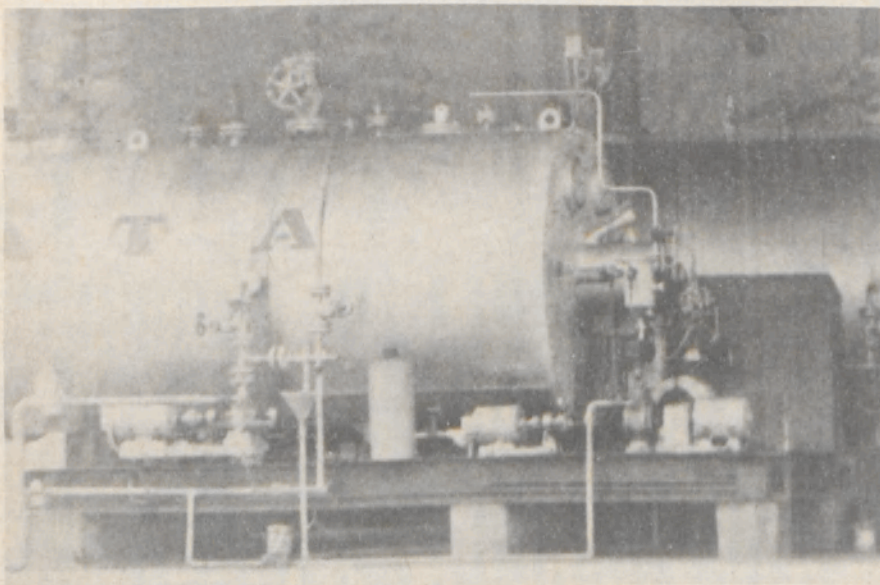
Salomão Borges não oculta o seu entusiasmo nesses três anos à frente da empresa. E repete o que disse antes sobre a batalha, detalhando:

“Nós encontramos isso aqui numa verdadeira calamidade. Tivemos de tomar medidas drásticas por orientação do Sr. Prefeito. A contenção das despesas foi a mais áspera, talvez. Mas foi necessário. Hoje o FRIGONORTE é realmente uma empresa. É um parque industrial em franca expansão. O que era sujo, imundo mesmo, nós conseguimos transformar num lugar limpo, sadio. O relacionamento funcionários-empresa era o pior possível: uma desordem, uma verdadeira anarquia. Hoje, funcionamos como uma empresa de fato deve trabalhar. Não há lugar para a ociosidade. Aqui, se trabalha mesmo. Das sete horas da manhã às seis horas da tarde. Quando a nova direção

assumiu, parecia impossível reerguer a empresa, tal era o fracasso administrativo em que se encontrava. Só o fato de termos restabelecido o seu crédito junto ao Banco Central, atesta a seriedade do trabalho de reerguimento. Outra coisa: hoje, a empresa goza de um real prestígio junto aos fornecedores do Estado. Quer os supermercados, quer os pequenos fornecedores, todos eles respeitam o FRIGONORTE. Nós pagamos todas as nossas contas em dia. Praticamente não devemos mais um centavo a quem quer que seja”.

Hoje, o FRIGONORTE S/A encontra-se numa situação bem diferente da anterior a julho de 75. O seu crédito foi recuperado e a sua receita conseguiu finalmente ser suficiente para cobrir as despesas.

Pela primeira vez em toda sua história, o FRIGONORTE apresenta o seu balanço anual (exercício 77) com lucro. O surpreendente lucro de Cr\$... 1.262.504,60. Isso mais claramente quer dizer que as histórias do passado nada mais são que o próprio passado. Apenas o passado — que, por sinal, já vai bem longe.



Caldeiras, geradores, máquinas diversas foram adquiridas nos últimos três anos, para que o FRIGONORTE atenda às exigências do mercado

INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES SPARTA — NORDESTE S/A

C.G.C. 08.045.668/0001-67

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo o que determina a Lei e os Estatutos Sociais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., os inclusos Balanço Geral e Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de janeiro de 1978, acompanhado do parecer do Auditor Independente.

Tais demonstrações são acompanhadas de notas explicativas, que acreditamos bem esclarecem a respeito dos princípios contábeis inovados e, bem assim, informam dos efeitos apresentados pela mudança de diretrizes.

Cumpre-nos aqui consignar que tal mudança decorreu da necessidade de nos adaptarmos aos dispositivos da Lei 6.404, conjugadamente com as normas tributárias estabelecidas pelo Decreto-Lei 1.598/77.

As cifras constantes das peças já citadas demonstram a situação da sociedade e os resultados dos negócios, entretanto, põmo-nos à disposição dos interessados para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

São Gonçalo do Amarante (RN), 11 de maio de 1978

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de janeiro de 1978

ATIVO		PASSIVO	
1. ATIVO CIRCULANTE	76.034.384	4. PASSIVO CIRCULANTE	37.939.370
DISPONIBILIDADES	3.353.541	CREDORES DIVERSOS	35.819.404
Bens Numerários à vista	112.655	Fornecedores	19.126.745
Bens Numerários em Bancos	2.613.397	Credores p/ Investimentos	192.783
Bens Numerários em Trânsitos	627.489	Instituições Financeiras	15.559.507
		Credores Diversos	940.369
CRÉDITOS REALIZÁVEIS	72.680.843	RESP. TRANSITÓRIAS	2.119.966
Estoques	41.064.157	Obrig. Soc. e Trabalhistas	1.470.146
Produtos Acabados	15.780.477	Obrigações Tributárias	649.820
Produtos em Acabamentos	8.397.964		
Materiais Diversos	16.885.716	5. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	58.044.725
Créditos	31.075.838	CREDORES DIVERSOS	58.044.725
Duplicatas a Receber	46.114.669	Fornecedores	16.213.034
(-) Títulos Descontados	19.334.476	Credores p/ Investimentos	754.635
(-) Prov. p/ Risco de Crédito	323.600	Instituições Financeiras	21.519.828
Outros Créditos e Valores	4.619.245	Empresas Coligadas	19.557.228
Diferido	540.848		
Despesas do Exerc. Futuro		6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.725.713
		CAPITAL SOCIAL	63.809.971
2. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.042.382	Capital Autorizado	110.189.238
CRÉDITOS REALIZÁVEIS	1.042.382	(-) Capital a Subscrever	46.328.935
Depósitos Compulsórios	38.823	Capital Subscrito	63.860.303
Empresas Coligadas	1.003.559	(-) Capital a Realizar	50.332
		RESERVAS DE CAPITAL	7.358.052
3. ATIVO PERMANENTE	123.633.042	Reservas de C. Monetárias	7.358.052
IMOBILIZADO	71.530.086	RESERVAS DE LUCROS	1.057.890
Ter. Obras Prel. e Compl.	2.182.021	Reserva Legal	52.884
Edificações	15.494.400	Reserva de Man. Cap. Giro	1.004.806
Máq. e Equip. Nacionais	4.425.943	OUTRAS RESERVAS	32.500.000
Máq. e Equip. Estrangeiros	9.048.438	Cred. Acionista p/ Aum. Cap.	32.500.000
Móv. e Equip. de Escritório	1.264.416		
Veículos	232.800	SUB-TOTAL DO PASSIVO	200.709.808
Instalações	5.636.909		
Obras em Andamento	155.799	7. COMPENSAÇÃO	19.334.476
Correção Monetária	42.301.024	Títulos Descontatos	500
(-) Fundos p/ Depreciações	9.211.664	Caução da Diretoria	29.634.000
INVESTIMENTOS	667.845	Títulos em Cobrança	48.968.976
Ações e Participações	667.539		48.968.976
Depósitos e Cauções	306		48.968.976
DIFERIDO	51.435.111	(-) Compensação do Ativo	200.709.808
Despesas Pré-Operacionais	51.435.111		
TOTAL DO ATIVO	200.709.808		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE JANEIRO DE 1978

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	96.476.183
1.1 Venda de Produto	96.476.183
(-) Imposto Faturado	3.672.755
2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	92.803.428
(-) Custo dos Produtos Vendidos	77.440.864
3. LUCRO BRUTO	15.362.564
4. DESPESAS OPERACIONAIS	16.089.658
(-) Despesas c/ Vendas	8.026.327
(-) Despesas Financeiras	2.663.516
(-) Despesas Administrativas	5.258.742
(-) Outras	141.073
5. DEPRECIACÕES	1.848.734
6. LUCRO OPERACIONAL	(2.575.828)
7. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	3.672.881
8. RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.097.053
9. PROVISÕES	
(+) Rev. Prov. p/ Devedores Duvidosos	284.237
(-) Constituição de Prov. p/ Dev. Duvidosos	323.600
10. RESULTADO A DISTRIBUIR	1.057.690
Reserva Legal	52.884
Reserva p/ Manutenção Capital de Giro	1.004.806

São Gonçalo do Amarante (RN), 11 de maio de 1978.

AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA
Diretor-Presidente

ALUIZIO ALVES
Dir. Vice-Presidente Executivo

FERNANDO LUIZ DE ALBUQUERQUE LIMA
Diretor Executivo

ROOSEVELT JOSÉ MEIRA GARCIA
Dir. Superintendente

AURÉLIO ADENOR VARELA DE GOIS
Bacharel em Ciências Contábeis
CRC (RN) 1.722

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

EXERCÍCIO FINDO EM 31.01.78

ORIGENS DOS RECURSOS 64.222.188

Lucro Líquido do Exercício	1.057.690
Depreciações e Amortizações	1.848.734
Outras Origens	2.911.080
Créditos de Acionistas p/ Aumento de Capital	32.500.000
Acréscimo de Exigível a Longo Prazo	17.924.487
Decréscimo de Investimentos Financeiros	7.980.197

APLICAÇÕES DOS RECURSOS 49.251.757

Imobilizado	31.754.724
Despesas de Implantação	16.454.652
Acréscimos de Realizável a Longo Prazo	1.042.381

**EXCEDENTE DE RECURSOS OBTIDOS REPRESENTANDO
ACRÉSCIMO DO CAPITAL DE GIRO**

AUMENTO DE CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FIM DO EXERCÍCIO	VARIÇÃO POSITIVA
Ativo Circulante	91.010.451	76.034.384	(—) 14.976.067
Passivo Circulante	67.885.868	37.939.370	(—) 29.946.498
Cap. Circulante Liq.	23.124.583	38.095.014	(+) 14.970.431

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Considerando que o Relatório e as contas da Diretoria, relativos ao exercício encerrado em 31 de janeiro de 1978, submetidos à nossa manifestação, como foi constatado, também, pelo Auditor Independente, espelham a real situação patrimonial, econômica e financeira da sociedade, somos pela sua aprovação.

São Gonçalo do Amarante (RN), 12 de maio de 1978.

JOSÉ LUIZ MOREIRA DE SOUZA
Presidente

AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA
Membro

GARIBALDI ALVES
Membro

NOTAS EXPLICATIVAS DE DIRETORIA SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE JANEIRO DE 1978

NOTA 01 — DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os principais procedimentos contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras anexas, estão a seguir destacadas:

01.01 — Apresentação das Demonstrações Financeiras

Elaboradas de acordo com os princípios contábeis da legislação em vigor, antecipando-se às exigências da Lei 6.404 (Sociedade por Ações) em que foram feitas adaptações e outros procedimentos no próprio exercício de acordo com a nova sistemática, classificando-os para fins compatíveis.

Os componentes do ativo estão avaliados e dispostos em ordem decrescentes de grau de liquidez, em que os direitos e as obrigações para com terceiros até 360 dias estão classificados como circulantes.

01.02 — Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo, portanto, ao custo de reposição.

01.03 — Provisão para risco de crédito

Constituída dentro do limite permitido, não utilizando o máximo admitido como despesa dedutível pela legislação do Imposto de Renda, cujo montante achamos suficiente para cobrir as possíveis perdas que poderão decorrer da realização de duplicatas a receber, excluídos as das Subsidiárias e Coligadas.

01.04 — Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, mais correção monetária, baseada em normas e coeficientes oficiais, opcionais do Dec. Lei 1.598/77, foi contabilizado aos preços vigentes em 31.12.77 — Correção Monetária Especial. O produto desta (1976) Cr\$ 2.607.511,87 e (1977) Cr\$ 131.408,09 foi levado às Reservas de Capital. A depreciação sobre o custo e correção monetária é computada pelo método linear e absorvida no custo da produção e implantação, ou diretamente nos resultados.

01.05 — Despesas de Implantação

Deverão ser amortizadas pelo método linear com base em 10 anos e absorvidas diretamente nos resultados, tão logo seja elaborado o seu quadro final pela SUDENE, considerando a plena capacidade.

01.06 — Manutenção do Capital de Giro

Constituída com base na legislação em vigor.

01.07 — Imposto de Renda

Nos termos da Lei 4.239/63, a empresa goza até o exercício de 1978, inclusive, da redução de 50% do Imposto de Renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria, devendo, todavia, cons-

tituir reserva pelo valor equivalente ao da isenção e utilizá-la em aumento de capital.

NOTA 02 — RESULTADOS FUTUROS

A partir do exercício social de 1978, as demonstrações financeiras deverão refletir os princípios estabelecidos pela Lei 6.404/76 e Dec. Lei 1.598/77, os quais ocasionarão reflexos nos resultados daquele exercício e dos futuros, devido principalmente à contabilização dos efeitos da inflação sobre o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido contábil antes da apuração dos resultados do exercício.

NOTA 03 — CAPITAL SOCIAL

O capital integralizado em 31 de janeiro de 1978 está representado por 14.935.969 ações ordinárias, 38.674.002 ações preferenciais classe "A", 8.700.000 ações preferenciais classe "B" e 1.500.000 ações preferenciais classe "C", todas no valor nominal de Cr\$ 1,00. O capital autorizado é de Cr\$ 110.189.238,00.

NOTA 04 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O valor de Cr\$ 37.079.334,00 representam empréstimos concedidos em moeda nacional e estrangeira para capital fixo e circulante, com garantia hipotecária, penhor mercantil, alienação fiduciária e aval de diretores.

Concedidos por Bancos Oficiais, às taxas normais praticadas no mercado, estando os valores atualizados segundo os Índices de correção monetária e variação cambial.

A demonstração é a seguinte:

Prazo	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Curto	15.559.506	444.300
Longo	<u>21.519.828</u>	<u>825.310</u>
	37.079.334	1.269.610

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ilmos. Srs. Diretores
Indústria de Confecções Sparta-Nordeste S/A

Examinando o Balanço Patrimonial da Indústria de Confecções Sparta-Nordeste S/A, levantado em 31 de janeiro de 1978, as correspondentes demonstrações do Resultado, Origem e Aplicação de Recursos do exercício findo, nessa mesma data, efetuei o exame consoante padrões reconhecidos de Auditoria e de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil, incluindo revisão parciais dos livros e documentos de Contabilidade, bem como, aplicando outros processos técnicos de Auditoria na extensão que julguei necessário, segundo as circunstâncias.

Em minha opinião, o que foi objeto de exame está em conformidade

com os princípios de contabilidade, sou portanto de parecer que as demonstrações financeiras demonstram fidedignamente adequação da posição financeira da Indústria de Confecções Sparta-Nordeste S/A, em 31 de janeiro de 1978, do resultado das operações do patrimônio líquido, Origem e Aplicação de Recursos do exercício findo, de conformidade com princípios geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

São Gonçalo do Amarante (RN), 10 de maio de 1978.

IVANILDO ALVES MESSIAS
Auditor Independente
Bacharel em Ciências Contábeis
CPF 011.438.754-00
CRC 681-RN RAI/PF 04-RN

Pinheiro, Chacon & Cia.

COM A INAUGURAÇÃO DA NOVA

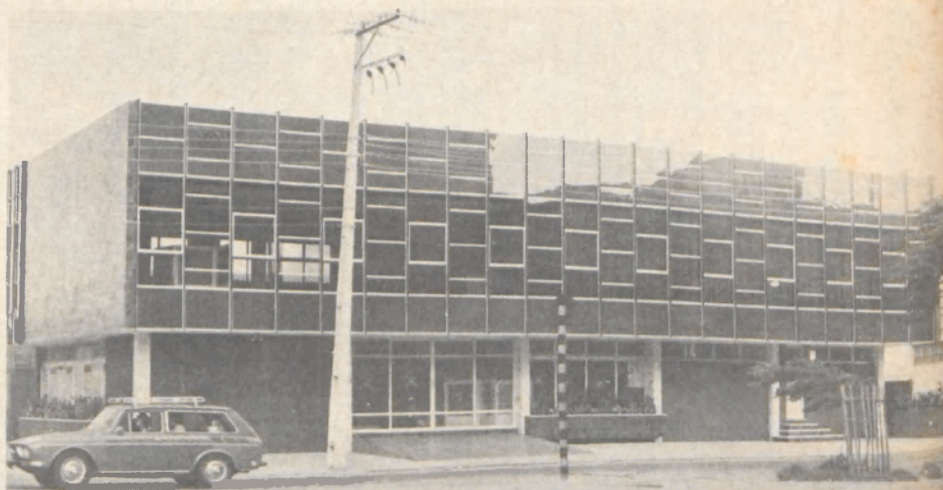
Os natalenses ganharam a mais categorizada loja de materiais para construção e produtos para acabamento e decoração de interiores, com a inauguração das novas instalações de **Pinheiro, Chacon & Cia.**, na avenida Duque de Caxias, esquina com a Esplanada Silva Jardim, no bairro da Ribeira.

Num prédio de dois pavimentos e ocupando uma área coberta de 700 metros quadrados, Pinheiro, Chacon & Cia. além das modernas e confortáveis instalações está diversificando a sua linha de forração e revestimento nobre e oferecendo os serviços de uma equipe de instaladores treinada nas próprias fábricas.

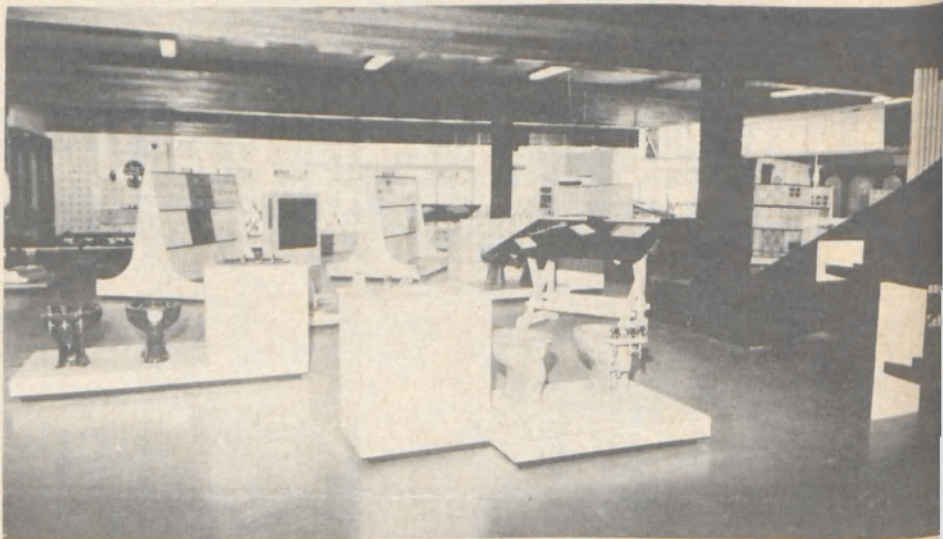
A nova loja, que veio dar maior dinâmica ao comércio da Ribeira, está oferecendo uma linha fina de cerâmica e azulejos e modernas linhas de louças e ferragens sanitárias, aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores para suítes e purificadores de ar.

Segundo Ezequiel Fonseca, um dos seus diretores, dentro de poucos dias a sua loja, que há vinte anos vem se aperfeiçoando na prestação de bons serviços aos potiguares, vai oferecer linhas de modulados e cortinas.

EXPANSÃO — Para Rubens Chacon, Presidente da empresa, a meta agora é expandir os negócios, concentrando as suas atividades na Ribeira, bairro em que sempre acreditou e que, com



A nova loja, com 700 m² de área construída, é a mais categorizada de Natal, no seu ramo.



a nova loja da Duque de Caxias, ganha uma força de valorização comercial.

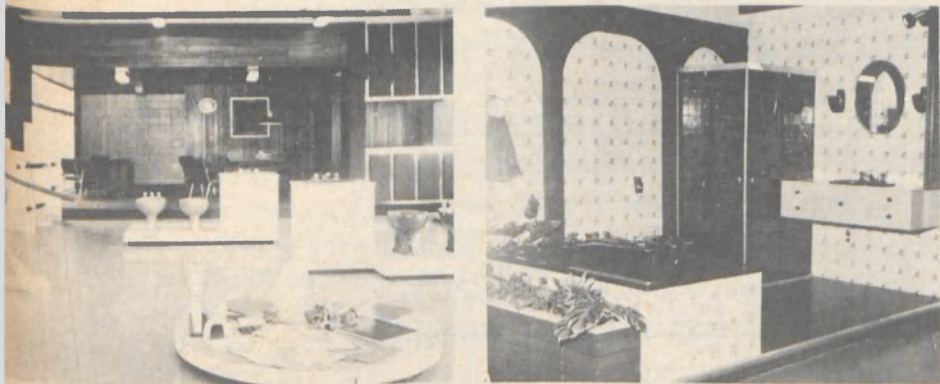
Ainda este ano, **Pinheiro, Chacon & Cia.** estará atingindo o interior do Estado, com a inauguração de uma filial em Mossoró, oferecendo a mesma linha de Natal e permitindo que os mossoroenses possam dispor do que existe de mais fino em tapetes, revestimentos para piso e pare-

des, louças sanitárias e modu- lados.

Uma loja especializada em decoração de residências e ambientes vai surgir em Natal, sendo mais uma diversificação de **Pinheiro, Chacon & Cia.**, e se localizará na Avenida Salgado Filho esquina com a Avenida Capitão Mor Gouveia, bem próximo ao Estádio Castello Branco. A sua inauguração deverá ocorrer dentro de mais dois anos.

Chacon & Cia.

DOJA O INÍCIO DE UM NOVO TEMPO



O bom-gosto é a tônica predominante na loja que foi construída com materiais que ela mesma vende ou representa.



À inauguração estiveram presentes as mais destacadas figuras do mundo empresarial do Estado.



INAUGURAÇÃO — No dia 12 de maio, às 18 horas, Rubens Chacon e Ezequiel Fonseca receberam homens de empresa e de Governo, além de convidados especiais para mostrar e inaugurar o seu moderno e bonito prédio, projetado pelo arquiteto José Figueiredo Milfont e construído pela Construtora Rebelo Flor.

No térreo, a loja oferece seus stands com material de construção e acabamento, enquanto na sobreloja se encontram os produtos de forração e revestimentos nobres, além do setor administrativo, com salas para os diretores, sala de reuniões, setor de contabilidade, copa, etc.

A inauguração da loja contou com as presenças do Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Benivaldo Azevedo; Presidente do Banco do Rio Grande do Norte, José Dantas; vice-Presidente da Federação das Indústrias, Ronald Gurgel; Presidente da Federação do Comércio, Reginaldo Teófilo; Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Natal;

Airton Costa; além dos empresários Miguel Oliveira, Wellington Lucena, Fernando Bezerra, José Valter, Luciano Toscano, Charles Birch, Luiz Arnaud Flor, Telmo Barreto, e arquitetos Moacir Gomes, José Milfont, Airton Vasconcelos, entre outros.

BICHO-DA-SEDA — AINDA É CEDO PARA FALAR

O projeto do bicho-da-seda parou? Ainda se realiza alguma experiência no sentido de provar a viabilidade da sericicultura no Rio Grande do Norte?

Quem procurasse respostas para estas perguntas dificilmente iria encontrá-las, pois o projeto anda meio esquecido e seus executores não têm o apoio financeiro.

Ainda assim, o projeto existe, embora atrasado no tempo e tendo mudado de espaço. Odorico Ferreira de Souza, coordenador dos trabalhos, informa o que se passa.

Idealizado nos últimos anos do governo de Cortez Pereira, o projeto de implantação da cultura do bicho-da-seda no Rio Grande do Norte até hoje não apresenta nenhum desenvolvimento, chegando mesmo a cair no esquecimento da imprensa. Às razões disso são várias. E a maior delas parece ser a falta de recursos suficientes para o prosseguimento de experiências, conforme afirmam os atuais dirigentes do projeto.

A esta falta de verbas, alia-se a possível impropriedade dos terrenos que, no início da pesquisa, foram escolhidos para o plantio das amoreiras, plantas que servem de *habitat* para a lagarta que produz os fios tão importantes para a fabricação da seda. Como os terrenos não permitiram o crescimento das amoreiras no nível desejado, o projeto teve de ser retardado, sendo mesmo deslocado do município de Nísia Floresta para o de Canguaretama, onde as condições de solo e clima parecem mais favoráveis.

DE MÃO EM MÃO — À época de sua implantação, o projeto da sericicultura foi saudado, a exemplo do projeto-camarão, como uma nova alternativa para a economia do Rio Grande do Norte. Provando-se a viabilidade da produção do bicho-da-seda, a agricultura do Estado poderia mesmo passar por

uma verdadeira revolução, pois essa atividade permitiria o aproveitamento de muitas áreas de terras pouco produtivas em termos agrícolas, mas propícias à sericicultura, cuja rentabilidade é bastante elevada.

No começo, o projeto ficou sob a coordenação e supervisão do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — BDRN, que para desincumbir-se da tarefa formou uma equipe técnica comandada com empolgação pelo agrônomo João Feijão Neto, então diretor do órgão.

Depois, o projeto passou para as mãos da Secretaria da Agricultura do Estado, sendo confiada a sua coordenação a Antonio Rodrigues do Monte Neto, que apesar de ter se empenhado a fundo em incrementar sua execução, não pôde dar um ritmo efetivo às experiências por falta de meios. Mesmo assim, chegou-se a ter quase a certeza de que o bicho-da-seda seria uma cultura válida, em termos econômicos.

No decorrer das experiências, algumas larvas apareceram e alguns casulos foram recolhidos, produzindo



A experiência do bicho-da-seda, sem apoio político, está desprestigiada e esquecida.

do um fio de ótima qualidade. Mas, até agora, nada se pode dizer acerca do programa de uma forma concreta. Os resultados estão demorando e a possível exploração comercial do bicho-da-seda ainda é apenas um sonho. O projeto da sericicultura continua apenas um projeto.

MUDANÇAS — O agrônomo Odorico Ferreira de Souza, que desde a segunda fase da experiência dela participava como coordenador-técnico, é atualmente o coordenador geral do projeto. Com 69 anos de idade e possuindo longa folha de serviços prestados à agricultura po-



Odorico Ferreira de Souza é hoje quem coordena o projeto

tuar, Odorico não quis assumir essa função sem antes realizar um curso de especialização em São Paulo, onde se desenvolve um programa bem mais amplo de criação do bicho-da-seda, com utilização das técnicas mais avançadas sobre o assunto.

Ao explicar a demora de afirmação da sericicultura no RN, ele afirma que o projeto teve de vencer algumas barreiras, decorrentes de, na sua primeira fase, quando era vinculado ao BDRN, as coisas não terem sido bem dimensionadas. Após a sua passagem para o comando da Secretaria da Agricultura, o projeto teve de ser totalmente reformulado, passando a ter bases mais

A HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DO BICHO-DA-SEDA

A utilização da seda como tecido é um dos costumes mais antigos da humanidade e originário da velha China, sendo famosos no mundo inteiro os tecidos produzidos naquele país. No mundo atual, no entanto, quem mais desenvolveu o processo de produção foram os japoneses, que trouxeram as larvas da China, passaram à pesquisa e chegaram à condição de melhor aproveitamento. No Brasil, particularmente em São Paulo, já existe um trabalho sério e em ritmo industrial de produção do fio da seda. Este trabalho recebe a orientação e o apoio da Secretaria de Agricultura daquele Estado, que desenvolve trabalhos de pesquisa e extensão.

Apesar disto tudo, a produção de São Paulo ainda é pequena e nos demais Estados brasileiros somente algumas experiências isoladas vêm acontecendo, tanto assim que os fabricantes de tecidos, particularmente os que fazem a seda, vivem em constante ligação com o Rio Grande do Norte, procurando saber como anda o projeto da

sericicultura aqui, já que precisam de maior produção do fio da seda para desenvolverem seus negócios.

O BICHO DA SEDA — A seda é produzida por uma lagarta que se aloja nos galhos da amoreira e que se alimenta com as folhas dessa planta. Esta espécie de lagarta vem de uma borboleta que somente existe em determinadas regiões da China e Japão e que tem a capacidade de produzir cerca de 650 ovos, para logo em seguida morrer, com pouco mais de vinte dias de vida após a postura. Esta borboleta (*Bondyx mori*) tem aproximadamente um ciclo vital de 30 dias, quando então já se pode colher o casulo. Este ciclo inclui a eclosão do ovo, o desenvolvimento da larva (passa por cinco fases de vida e somente vai ao galho das amoreiras em sua quinta fase) a formação do casulo, com a crisálida no interior, até o aparecimento da nova borboleta, isto se não se utilizar para fins industriais, quando a última fase é interrompida e se

retira o casulo, para o aproveitamento do fio.

Cada larva transformada em lagarta pode produzir um casulo com 800 a 1.500 metros de fio, que será aproveitado posteriormente para as indústrias produzirem a seda. Cada quilo de fios é suficiente para a produção de 8 metros de tecido.

Quanto aos custos da instalação de uma criação de bicho-da-seda, o que representa maior investimento é a preparação do local onde os mesmos irão ficar instalados, conhecido como sirgaria, pois os preços dos ovos, vendidos por alguns institutos especializados existentes em São Paulo (ou quando houver interesse em melhor qualidade genética trazidos do Japão), são realmente baratos. A grama do ovo produzido no Brasil custa em torno de Cr\$ 8,00. O detalhe importante é que, em cada grama de ovos da complicada **Bondyx mori**, uma borboleta que inclusive não se alimenta, contém cerca de 2.000 larvas, que podem representar até 2 milhões de metros de fio.

científicas para contar com o apoio financeiro da BRASCAN e do CNPq. Com esse apoio, as verbas que faltavam já estão sendo esperadas. E quando elas estiverem disponíveis, se poderá iniciar uma fase mais agressiva de trabalho, pois com os recursos atuais o máximo que se pode fazer é não deixar o projeto se acabar.

COMO FOI O COMEÇO — Iniciado em 1973, o projeto se instalou na fazenda Boa Cica, no município de Nísia Floresta. Ali, foram plantados 16 hectares de amoreiras. No entanto, alguns problemas com a qualidade do solo (problemas que estão sendo devidamente estudados) fizeram com que apenas dois hectares de plantações alcançassem a fase de crescimento desejada. Essa dificuldade fez com que os dirigentes da experiência pensassem na mudança da localização, surgindo então a alternativa de se instalar nas dependências e nas terras da antiga Escola de Experimentação e Iniciação Agrícola, próxima à cidade de Canguaretama, às margens da

BR-101. Ali, segundo Odorico Ferreira de Souza, já foram plantados mais quatro hectares de amoreiras, em condições bem mais favoráveis do que na fazenda Boa Cica. Isto porque a temperatura ambiente na região nunca ultrapassa os 30 graus centígrados e a umidade relativa do ar está sempre acima de 60%, pré-condições ambientais para o sucesso da cultura. Com isto, espera o coordenador que até 1979 o trabalho já possa apresentar os seus primeiros resultados práticos.

MERCADO PARA A SEDA — Mesmo sem ter se aprofundado no estudo do mercado para o fio da seda, tanto que não tem idéia de quanto custa o produto no mercado, até porque o projeto na fase em que está se preocupa apenas com a pesquisa e só vai entrar no aspecto econômico mais adiante, Odorico Ferreira de Souza acha que a sericicultura oferece ótima rentabilidade ao produtor. Como justificativa para essa declaração, ele aponta a situação de São Paulo, onde um quilo de "casulo verde" até com cinco dias de nascido, é vendido por Cr\$ 45,00.

Com este preço, fazendo o cálculo do que se pode obter numa área de 4 hectares (até porque a cultura não exige espaços maiores), diz ele que o rendimento bruto fica em torno de Cr\$ 12 mil, por hectare.

Estes números, e principalmente as condições exigidas para o cultivo, deixam o agrônomo certo de que a produção de fios de seda será, dentro em breve, uma realidade no Rio Grande do Norte. As únicas coisas que poderiam obstacular essa perspectiva seriam a falta de continuidade das experiências e a falta das verbas esperadas.

Em 1979, quando o projeto estiver em sua fase de evolução industrial, será a vez da introdução da fase de extensão, quando se abrirá oportunidade para que as pessoas interessadas obtenham larvas necessárias ao desenvolvimento de criações particulares do bicho-da-seda. Se tudo correr bem, o RN que já produz o melhor algodão, poderá produzir em larga escala o fio da seda, matéria-prima para a fabricação de um dos melhores e mais valorizados tecidos do mundo.

O PROJETO DO BICHO-DA-SEDA VISTO E COMENTADO POR QUEM O VIU NASCER

Ao tempo em que assessorou o agrônomo João Feijão Neto na coordenação do Projeto de Sericicultura, ainda na administração Cortez Pereira, o mossoroense Júlio Rosado iniciou um árduo trabalho de coleta de informações sobre a criação do bicho-da-seda, especialmente no Nordeste brasileiro. Para isso, ele manteve correspondência com instituições nacionais e estrangeiras, fez entrevistas com pessoas daqui e de outros Estados, juntou documentos interessantes e se deteve, especialmente, na análise das experiências de sericicultura rea-

lizadas no Rio Grande do Norte e Estados vizinhos. Seu trabalho, se bem que inaproveitado pelos que hoje estão envolvidos com o projeto, possui méritos que valem ser destacados. E ele, embora afastado do setor, tem opiniões seguras sobre vários dos seus problemas.

GEISEL E O BICHO-DA-SEDA — Homens públicos com visão de futuro já tentaram, no passado, entender ao Nordeste a atividade econômica da produção do fio da seda. No Rio Grande do Norte, coube a Juvenal Lamartine essa idéia. Nos

idos de 1929, ele mandou realizar experiências de sericicultura nos terrenos hoje ocupados pelo Colégio Agrícola de Jundiá, em Macaíba.

Porém, o trabalho de maior vulto foi feito na Paraíba, pelo agrônomo italiano Giuseppe Calzavara, que recebeu notável apoio do então secretário-geral do Estado, tenente Ernesto Geisel. Júlio Rosado, que se deslocou à João Pessoa e pôde, com permissão da família, recorrer aos arquivos desse técnico italiano, chegou mesmo a localizar, entre outros documentos, uma fotografia

que mostra o então ministro Juarez Távora assinando um convênio com o governo paraibano para incentivar a cultura do bicho-da-seda. O detalhe importante é que nela aparece Ernesto Geisel, ao lado do diretor do Instituto Sérico da Paraíba, o agrônomo Calzavara.

Folheando relatórios técnicos nos arquivos do estudioso italiano, afirma Júlio Rosado ter sido surpreendido com o volume de informações precisas sobre os resultados da sericicultura em nossa região, muitas delas comprovadas através de documentário fotográfico. Foi Calzavara o fundador e diretor do Instituto Sérico da Paraíba, que concentrou a experiência sobre o bicho-da-seda em João Pessoa, décadas atrás, expandindo-a depois para a região do Brejo. Na cidade de Pilões, ele chegou a implantar uma cooperativa de sericicultura. Seu idealismo e os longos estudos o levaram mesmo a obter melhoramentos genéticos nos insetos, encontrando meios de fazê-los mais adaptáveis às exigências ecológicas locais.

A VEZ DA MAMONA — Lendo uma obra do historiador Vingt-un Rosado acerca do naturalista francês Louis-Jacques Brunet (considerado um dos maiores estudiosos da flora e da fauna nordestina), Júlio Rosado encontrou referências a uma criação de bicho-da-seda tendo como *habitat* a folha da mamona. Brunet fez essa inusitada experiência no sertão pernambucano, com resultados positivos. Em vista disso, e como a mamona tende a ser uma importante opção agrícola para o Rio Grande do Norte na atualidade, Júlio iniciou uma série de intercâmbios com instituições que se dedicam ao estudo do bicho-da-seda, a procura da espécie *Philosomia cynthia Boisduval*, que era a utilizada por Brunet para desenvolvimento na folha da carrapateira. Após dezenas de tentativas, uma teve êxito: a Universidade Rural de Tóquio confirmou existir no Japão a espécie buscada. Mas logo veio uma decepção

para o esforçado Júlio. Ele tentou convencer a direção do projeto a importar ovos do bicho-da-seda que se adapta à mamona, porém seu pleito não foi atendido.

Mas Júlio Rosado não é de perder as esperanças. Embora hoje se dedique a outras atividades, sempre que pode continua estudando o bicho-da-seda, sem esquecer nunca a possibilidade nova que a mamona oferece à experiência. Diz ele:

“Parece-me que, agora, a idéia da importação dos ovos do bicho-da-seda da mamona ganha uma nova oportunidade, graças à implantação no Rio Grande do Norte de uma indústria produtora de óleo desse vegetal. O Grupo Salha, proprietário dessa indústria, está estimulando o plantio da euforbiácea que lhe serve de matéria-prima. Por isso, sempre



Júlio Rosado viu tudo desde o início e se transformou num estudioso



Quando era Secretário-Geral da Paraíba, o então Tenente Geisel deu total apoio a um projeto de criação do bicho-da-seda. Na foto acima, ele aparece ao lado de Juarez Távora, quando era assinado um convênio que garantia recursos para a sericicultura.

que eu me encontro com Nagib Salha e Genário Fonseca, diretores da empresa, lembro-lhes a possibilidade da criação do bicho-da-seda da mamona, e fico pensando que algum dia eles vão terminar fazendo essa experiência''.

O QUE ESPERAR DO PROJETO? — Demonstrando uma certa preocupação com relação aos rumos atuais do Projeto da Sericicultura, Júlio Rosado observa que não está existindo agora o necessário apoio financeiro em quantidade que tranquilize os técnicos que se dedicam à experiência.

Júlio viu tudo com os seus próprios olhos, desde a plantação da primeira amoreira no Núcleo Experimental de Boa Cica, em Nísia Floresta, em 9.4.73, até a colheita dos primeiros casulos, com seda de excelente qualidade. E ele faz, com

a identidade de quem esteve *in loco* participando do trabalho, a seguinte observação:

''Uma pesquisa, por sua própria natureza, não pode ser um trabalho apressado; só se sedimenta lentamente e precisa ser feita com muita autenticidade. Conseqüentemente, seus resultados levam tempo para serem alcançados.

Seria racional que existisse no Estado um órgão para avaliar o desempenho dos programas de pesquisa. Se essa avaliação fosse feita para o Projeto da Sericicultura, creio que ficaria evidente o mérito dos resultados obtidos pelas suas administrações, especialmente das duas últimas — pelo muito que fizeram diante de tanta dificuldade enfrentada, principalmente a falta quase completa de recursos''.

Por último, ele comenta a transferência do Núcleo Experimental do Bicho-da-Seda de Nísia Floresta

para as dependências do antigo Colégio Agrícola de Canguaretama, no município do mesmo nome, e

afirma que o microecossistema daquela área tem se mostrado mais favorável, principalmente ao melhor desenvolvimento da amoreira. E

reflete que, para a concretização dos objetivos imaginados e perseguidos pela experiência, basta que o gover-

no do Estado, através da sua Secretaria da Agricultura, lhe empreste

maior apoio político, pois com tal tipo de apoio o projeto conseguirá jun-

to ao Governo Federal, facilmente, o respaldo financeiro que sempre lhe faltou.

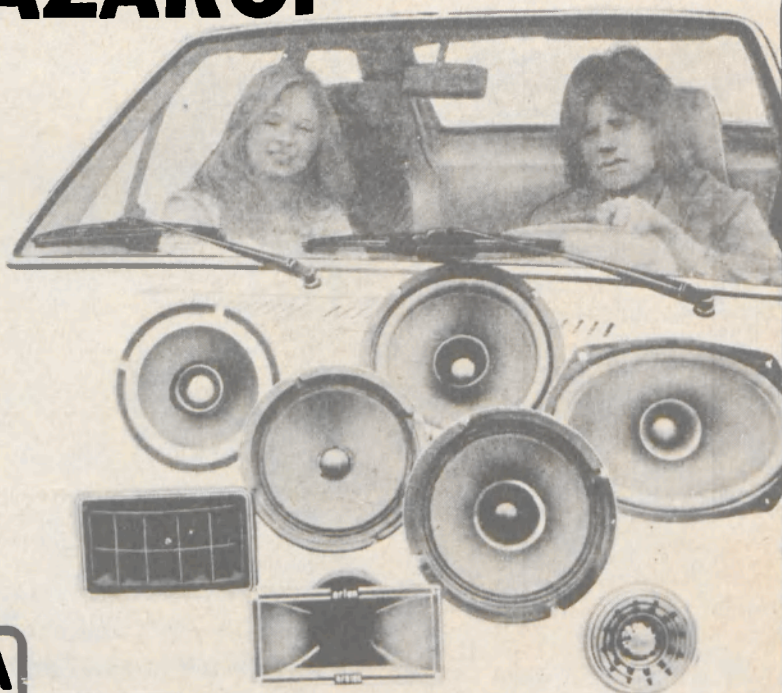
O SOM DO SEU CARRO ESTÁ NA LÁZARO.

COM AMPLIFICADOR



AMPLICAR 1160

A TECNOLOGIA A SERVIÇO DE SUA AUDIÇÃO. E AUTO-FALANTES **AIRLEN** A QUALIDADE QUE SE OUVE.

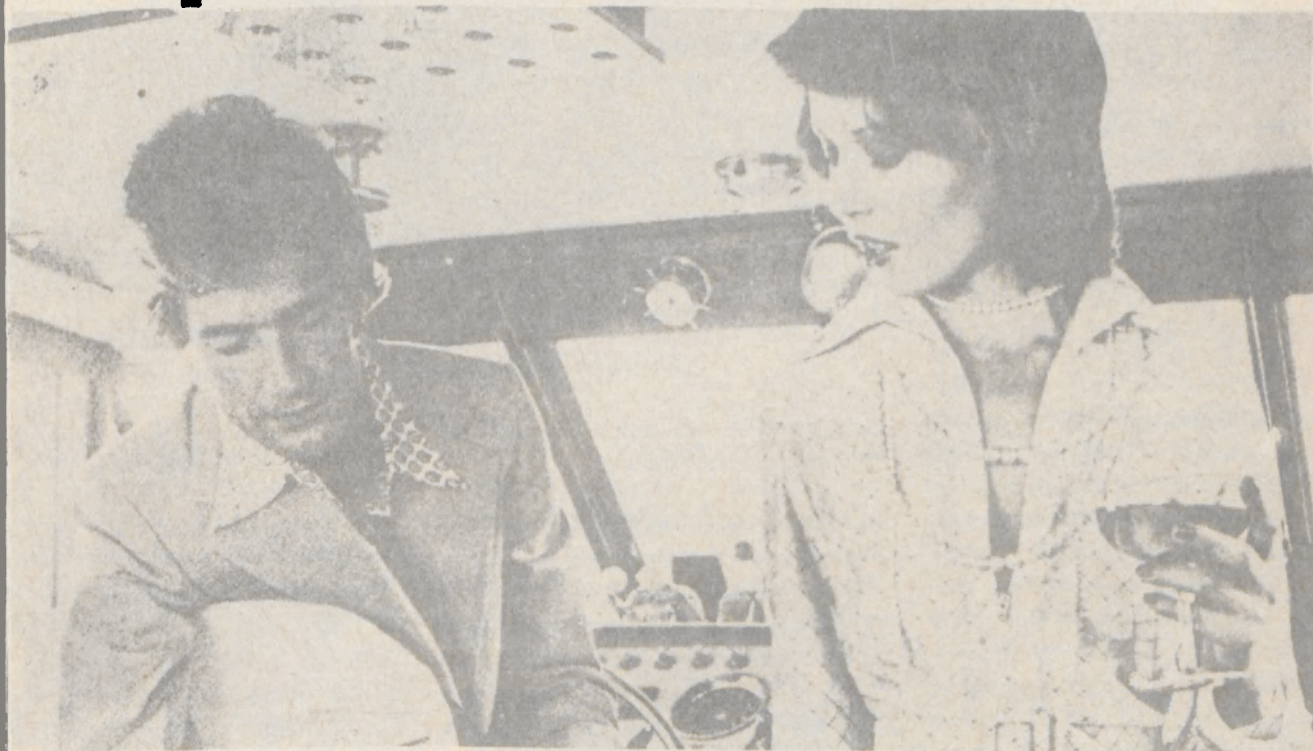


EQUIPADORA LÁZARO

O MÁXIMO EM ACESSÓRIOS.

Avenida Deodoro, 431 — telefone (DDD 0842) 222-0284
Natal-RN.

Quem tem um Banco não tem problemas



Quando você é cliente de um banco que é seu, os problemas acabam.

Da rapidez no atendimento ao bom tratamento recebido, tudo muda.

Para abrir uma conta ou, apenas, pagar impostos, contas de água, luz e telefone, a melhor solução é procurar um banco que você conhece e onde você é conhecido.

Seja cliente do Banco do Estado do Rio Grande do Norte. Ele é do seu Estado. É seu.

bandern

o banco do amanhã, hoje mesmo.

GOVERNO DO ESTADO DEFINE E DELIMITA AS POTENCILIDADES DO RN

Toda e qualquer atividade de mineração no Rio Grande do Norte está, a partir de agora, submetida a uma ordem de prioridade estabelecida pelo governo estadual. O Cadastramento das Ocorrências Minerais do Estado — entregue ao governador Tarcísio Maia no início do mês — deu origem a um Plano Quadrienal de Mineração que, dentro de dois meses, será concluído pela Companhia de Desenvolvimento dos Recursos Minerais — CDM/RN. Este plano, ao lado do Cadastramento e da definição de prioridades na exploração de minérios (prioridades que serão atribuídas pelo governo a cada ocorrência) é o início da nova política de mineração dos próximos quatro anos. Joir Valle (diretor-presidente) e Wellington Neri (diretor-técnico), ambos da CDM, falam dos projetos, do plano e da atividade mineradora no Estado.

Já a partir deste mês o governo do Rio Grande do Norte porá em prática sua política de extração mineral. Essa política implica na ordenação das prioridades exploráveis em termos de minérios, definição e delimitação desses materiais, além de serem medidas as quantidades e capacidades exatas dessas jazidas. A CDM/RN (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais) é a responsável direta por esta série de medidas que resultaram na elaboração do Cadastramento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte, entregue no início de maio ao governo e que deu origem à criação do Plano Quadrienal de Mineração, documento que conterà todas as diretrizes da política de mineração do Estado. O plano estará pronto num prazo de dois meses e dará maior poder de orientação dos investimentos em minérios, uma vez que o Cadastramento permitiu uma avaliação das possibilidades de todo e qualquer trabalho de mineração a nível industrial. Desdobrou, ao mesmo tempo, para outros filões o tipo de pesquisa e exploração predomina-

tes no RN, até então voltado em maioria para a scheelita.

DIMINUIR RISCOS — Joir Valle, diretor-presidente da CDM/RN e Wellington Neri, diretor-técnico, subscreveram o Cadastramento e prepararam (através de uma equipe) o Plano Quadrienal. O Cadastramento das ocorrências, unido às diretrizes do Plano, estabelecerão as prioridades de investimento, numa manobra que visa evitar — pelo menos é essa a pretensão dos estudos e cálculos que estão sendo feitos — prejuízos tanto ao investidor como ao governo.

Ambos vêem o cadastramento como uma planificação necessária. Joir Valle encara o trabalho como uma “racionalização operacional positiva”. Diz ele:

“Primeiro, seria preciso relacionar todas as ocorrências de minérios no Rio Grande do Norte. Principalmente para facilitar a ação da Companhia na pesquisa e no trabalho de campo. Com a listagem dessas ocorrências, especificadas, e com todas as projeções possíveis de serem feitas fica muito mais prático

e fácil opinar sobre a viabilidade dos investimentos nessa ou naquela região”.

Wellington Neri, por sua vez, complementa:

“Sabendo-se exatamente o que se tem, além da scheelita, que é o mineral “típico” do Estado e o que detém maior número de investidores; sabendo-se, repito, o que se tem, ficará muito mais tranqüilo estabelecer o quê e quanto poderá ser explorado ali ou acolá. Esse procedimento economiza o tempo do próprio investidor que já vai fazer o pedido de exploração sabendo o que procurar e quais são as possibilidades reais da jazida. O Cadastramento registrou 700 ocorrências minerais em todo o Estado. Já se sabe quantas existem e de que tipo são. Unindo-se esse Cadastramento ao mapa geológico completo, está-se elaborando também o Plano Quadrienal, que será concluído possivelmente daqui a dois meses”.

OUTROS PLANOS — Paralelamente, desenvolvem-se outras iniciativas como os chamados “Planos Específicos”. Esses planos (que en-



Joir Valle diz que o Governo do Estado quer ordenar os investimentos na atividade mineral.

volem principalmente scheelita) definem a ação do Estado na região de Cerro Corá, "Mina Bodó", em Santana do Matos. A Bodó esteve parada há vinte anos (desde 58) com suas jazidas exauridas. A liberação de recursos da ordem de Cr\$ 31 milhões possibilitou a estruturação de um grande projeto de medição das reservas. Esse projeto de reabertura da mina tem participação da CPRM, Banco do Nordeste e Bodominas, empresa subsidiária da CDM/RN criada especificamente para explorar a Mina Bodó.

Outro projeto é o da "Mina Boqueirão", em São Tomé, pronto até outubro/novembro, também com a participação da Bodominas. Esses dois projetos já estão incorporados ao Cadastro e ao Plano Quadrienal.

No Finep, outro plano está em andamento. Trata-se do Estudo Tecnológico da Diatomita, que terá preocupações no campo da quantificação e classificação dos depósitos do Estado para posteriormente ser desenvolvido (numa segunda etapa do programa) um novo processo tec-

nológico do aproveitamento do minério. Atualmente o uso mais comum da diatomita é na fabricação

de tijolo branco quando na verdade seu uso real deve ser na filtragem, nos isolantes e nas tintas.

Wellington Neri esclarece que a diatomita "tem sido muito mal aproveitada no tijolo quando a função nobre dela é quase que ignorada só porque não existe no Brasil um processo tecnológico de beneficiamento". A finalidade do estudo, a cargo do CTA de São Paulo e do CEPED da Bahia, é definir as possibilidades de implantação desse processo industrial do beneficiamento. O estudo seria estendido principalmente à Mina Bodó e abrangeria também molibdênio e tungstênio.

A CDM, no momento, encontra-se pesquisando a existência de ouro, em Caicó, com equipe técnica própria posta a serviço dos médios mineradores, pelo governo. Esta pesquisa já se prolonga por dois meses.

PREOCUPAÇÃO COM AS ÁGUAS — Um dos projetos do governo (via CDM) considerado prioritário é o Estudo Hidrogeográfico do RN, encomendado ao CEPED, e que envolverá recursos da ordem de



O mapa hidro-geológico do Rio Grande do Norte já está concluído. É um trabalho da maior validade.

Cr\$ 70 milhões. A participação da CDM será unicamente na execução dos serviços de perfuração dos poços, ao final do trabalho de descrição da quantidade de água existente na bacia sedimentar, assim como as possibilidades de uso, se industrial ou agropecuário. O início do projeto está fixado para julho, e prevê 12 meses de trabalho na perfuração de 300 poços em todo o Estado, nas regiões de sedimento, cristal e aluvião de rios.

O diretor-técnico da CDM explica o porque da importância do projeto:

“O poço é um investimento

muito barato. Dos mais baratos possíveis. No entanto, a maior parte das pessoas não atribui à água seu devido valor. Sai muito mais barato abrir um poço (150 mil cruzeiros) do que encomendar uma pesquisa de scheelita, coisa que sempre sai por um mínimo de Cr\$ 15 milhões. Quinze milhões para 150 mil é uma grande diferença para quem se diz investidor. Esse estudo Hidrogeológico dará condições ao proprietário e à Companhia de estabelecerem condições mínimas de segurança nas previsões e expectativas”.

Um outro projeto relacionado com pesquisa e instalação de poços



Wellington Neri: “O cadastramento registrou 700 ocorrências minerais no RN”

está sendo elaborado pela CEPLAN para cobrir as regiões não beneficiadas pela COSERN. Na Serra de Martins a CPRM executa o “Scheelitão” (Martins, Currais Novos, São Tomé e Parelhas) e pelo RADAM há o projeto de minérios pesados em aluviões, financiado pelo DNPM.

O Cadastramento, a definição de um perfil geológico do Estado e o Plano Quadrienal, asseguram as fontes da CDM, possibilitarão uma orientação segura ao investidor, tanto o nacional como o internacional, que poderá desenvolver sua tarefa de exploração (uma vez que a CDM funciona como órgão de consultoria técnica de alto nível) já com balizamentos e ordem de prioridades que o Governo Estadual estabelecerá, sempre tendo por base esses estudos.

Com recursos recebidos do FUNDEMINAS, através do SIC, a BODOMINAS (já enquadrada no novo Plano por exemplo) teve seu capital integralizado de Cr\$ 15 mil para Cr\$ 2.016.500, de um Capital Autorizado de Cr\$ 5 milhões.



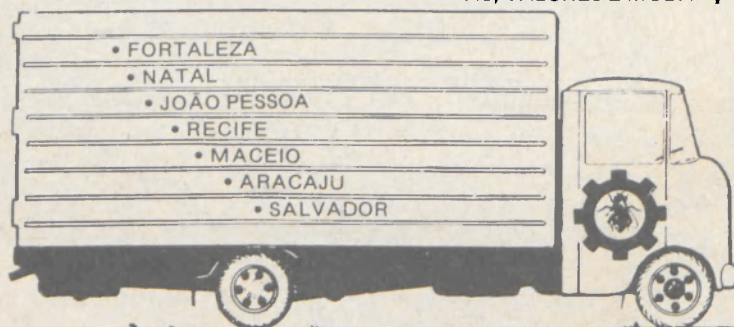
**ESTA MARCA
REPRESENTA
A SOLUÇÃO
PARA O SEU
PROBLEMA.
NÃO IMPORTA
QUAL SEJA ELE.**

SOMOS UMA EMPRESA DE SERVIÇOS A SERVIÇO DAS GRANDES EMPRESAS, ATUANDO EM 11 ESTADOS COM:

- SERVIÇOS MÉDICOS E PARAMÉDICOS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS
- ENGENHARIA AGRO-PECUÁRIA

- ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
- SEGURANÇA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
- IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS
- LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA E ESPECIALIZADA

- MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA
- LIMPEZA INDUSTRIAL
- TRANSPORTE DE ENCOMENDAS; VALORES E MUDANÇAS



embraSel

EMPRESA BRASILEIRA DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

RUA FLORIANO PEIXOTO, 422 — FONES: 222-4604 — 222-4287
— NATAL-RN

FINALMENTE O RN VAI TER ELETRIFICAÇÃO RURAL

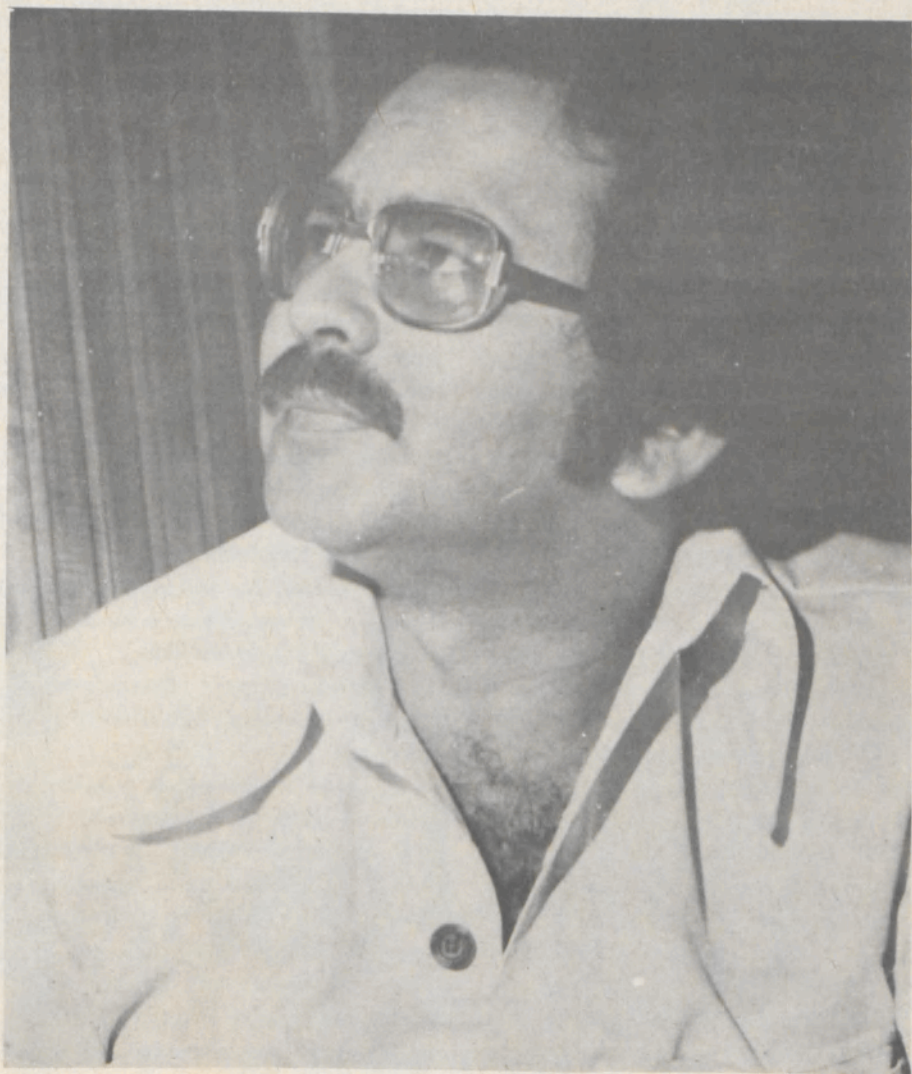
O maior sonho da população rural do Estado poderá, em breve, ser uma realidade. A COSERN está partindo para um plano total de eletrificação rural cujo maior atrativo é o financiamento de todas as operações e serviços em um prazo de 12 anos. São cinco etapas a serem vencidas e que, já na primeira fase (iniciada em ritmo acelerado), possibilitará a mais de 900 propriedades os benefícios da eletrificação. Darlan Nóbrega de Faria, Diretor de Planejamento da Companhia, explica o projeto, define áreas de atuação, sistemática de controle e os efeitos da iniciativa.

Milhares de propriedades rurais do Rio Grande do Norte serão beneficiadas a curto e médio prazo com o novo plano de eletrificação elaborado pela COSERN. A execução acelerada desse plano aparece como uma espécie de resposta à demora e aos tropeços que há mais de 10 anos vêm sendo a característica principal de todos os programas e idéias relacionados com a extensão dos benefícios da eletricidade aos contingentes da população rural do Estado.

Darlan Nóbrega de Faria, Diretor de Planejamento da Companhia de Serviços Elétricos do RN e, portanto, responsável direto pela aplicação do novo projeto, fala entusiasmado sobre o programa da empresa cuja estratégia possibilitará financiamento em 12 anos de todos os serviços de eletrificação rural, o que assegurou logo de início a assinatura de contratos com mais de 900 proprietários interessados em eletrificar suas fazendas. Isso apenas na primeira fase de um trabalho que ainda deverá cumprir mais quatro etapas.

O novo projeto utiliza subsídios de um plano anterior, realizado ainda no governo Cortez Pereira. Darlan Nóbrega critica o antigo plano e aponta as novas diretrizes do atual projeto:

“O que foi anteriormente elabo-



Darlan Nóbrega: “Na primeira fase do programa de eletrificação rural a COSERN beneficiará 941 propriedades”.



Os agricultores pagarão os custos da eletrificação das suas fazendas em 12 anos, com 2 de carência, com juros de 12% a. a. sem correção monetária.

rado em termos de projeto no Governo Cortez Pereira não passou de um plano. Não foi um projeto. Resultou apenas de uma pesquisa feita nas regiões rurais do Estado e que foi devidamente catalogada num manual. Além disso, o plano anterior foi muito superficial, preocupou-se com deficiências de saúde, agricultura, pecuária. Tem muita coisa de arquivo. No âmbito da eletrificação rural propriamente dita, o estudo foi feito sem uma base financeira sólida. Seria um projeto muito oneroso e que não daria para ser executado pela COSERN. Minha opinião pessoal, como engenheiro é que realmente o plano anterior era inviável".

O novo projeto considera algumas áreas apontadas no plano anterior como prioritárias, em determinadas regiões, sem tomar o primeiro documento como guia técnico. No plano anterior, por exemplo, propunha-se a criação de sete subestações que abasteceriam, por sua vez, regiões fixas, formando aglomerados de distribuição — os tecnicamente chamados "pés de galinha".

As modificações (ou alterações) do projeto inicial segundo Darlan, são:

"No projeto atual estudamos as regiões prioritárias e iniciamos por elas. Tudo foi traçado de modo a termos no final da execução um total de 941 propriedades rurais eletrificadas. A COSERN passou por um período crítico de recursos. Investiu muito e o mercado não correspondeu no retorno aos investimentos feitos. Paramos então todos os investimentos durante dois anos, numa tentativa de manter o equilíbrio financeiro. O mais importante foi prosseguir a eletrificação das sedes, adiando-se o projeto de eletrificação rural, esse que já está sendo iniciado".

Falando sobre o financiamento em 12 anos, Darlan não contém o entusiasmo:

"Desse projeto novo o mais importante para o consumidor será, sem dúvida, a modalidade de pagamento. O plano será excelente. Financiado em 12 anos, com dois de carência durante os quais o proprietário beneficiado não pagará nada, nem mesmo juros, e terá 10 anos para pagar o financiamento, dividido em 40 prestações trimestrais. Além disso, será pago o valor dos serviços executados a preços de hoje, adicionando-se apenas 12 por cento

ao ano, sem correção monetária. Calculamos que daqui há dois anos a prestação trimestral para cada proprietário atingirá no máximo dois mil cruzeiros".

EXECUÇÃO POR ETAPAS — A operação do projeto espelha-se em cinco etapas a serem vencidas. No entanto o cronograma geral dos serviços já prevê o final de todos os trabalhos para janeiro, ou mais tarde, fevereiro de 79.

O primeiro termo vencido (que já foi iniciado em ritmo acelerado) possibilitará a eletrificação de 100 propriedades, com recursos liberados pela Eletrobrás, no valor de Cr\$ 5 milhões. A COSERN participará com recursos próprios da ordem de Cr\$ 4.151.000,00 para completar o orçamento total que, nesse primeiro termo foi fixado em 9 milhões e 151 mil cruzeiros. Os benefícios, nesse estágio, atingirão propriedades rurais nos municípios de Macaíba, São José de Mipibu, São Vicente, Florânia, Lagoa Nova, Cerro-Corá, Extremoz, São Gonçalo do Amarante.

No segundo termo do projeto, os serviços irão para os municípios

de Jardim de Piranhas, São Fernando, Jucurutu, Apodi, São José de Mipibu (trecho), e Nísia Floresta. Duzentas e cinquenta propriedades serão beneficiadas, tendo sido assinado contrato que assegurará recursos da ordem de Cr\$ 16.750.000,00. Mais uma vez a *Eletrobrás* dará o seu apoio financeiro, que será de Cr\$ 13,4 milhões, sendo que os restantes 3 milhões e 350 mil virão de recursos próprios da COSERN.

Para o terceiro termo os recursos serão do *Polonordeste* e sua fase inicial terá como base a Serra do Martins estendendo-se aos municípios de Martins, São Miguel e Luís Gomes, atingindo também os povoados de Salva-Vidas, Padre Gomes, São Bernardo e Major Sales. Serão aplicados nesta fase 3 milhões e 975 mil cruzeiros, isto pelos cálculos atuais, podendo esses recursos sofrerem atualização trimestral. Para este termo há verba destinada a um projeto paralelo de irrigação para Caicó, Cruzeta e Pau dos Ferros, no valor de 3 milhões e 417 mil cruzeiros.

O quarto estágio envolverá recursos do *Rural-Norte* e beneficiará os municípios de Jardim de Piranhas (trecho), Serra Negra do Norte e Jucurutu (trecho), absorvendo um total de 13 milhões e 767 mil cruzeiros — já liberados 5 milhões, pelo *Rural-Norte*, para início das obras.

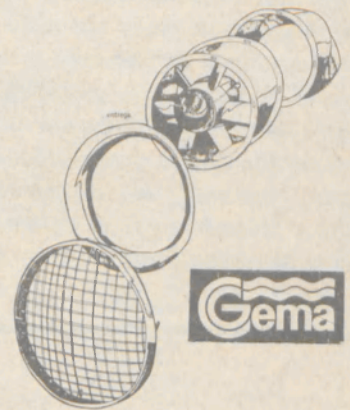
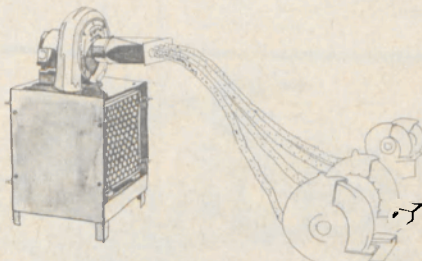
O último termo será executado com recursos (também já obtidos) do *GEER (Grupo de Eletrificação Rural)*, órgão ligado ao INCRA, com apoio financeiro do *BID*. As quatro fases que se desenvolverão nesse último termo já estão no período de aprovação, em Brasília. Os municípios a serem beneficiados são: Serriinha, Santo Antônio, Açu, Carnau-

bais, Ipanguaçu, Alto do Rodrigues, Macaíba, São José de Mipibu (trecho), Monte Alegre, Vera Cruz, e Eduardo Gomes. Os serviços desta fase serão desenvolvidos numa área cuja ação pertence a duas cooperativas de eletrificação rural: a *CERPAL (Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Parnamirim)* e a *CERVAL (Cooperativa de Eletrificação Rural*

VOCÊ JÁ PENSOU EM MELHORAR O AMBIENTE DE SUA EMPRESA? CÉSAR S/A RESOLVE ESSE PROBLEMA!

VENTILADOR-EXAUSTOR TUBO AXIAL

Modelo GEMA RAG — especialmente construído para renovação de ar, ventilação, exaustão de gases, fumaças, vapores etc.
Instalação fácil e rápida. Pronta entrega.



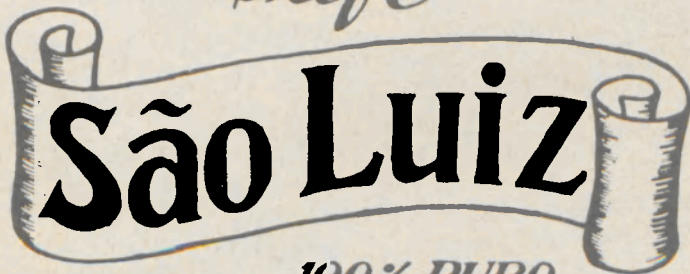
CONJUNTO CX
Coletor e Separador de Pó
Especialmente para captação de pó em máquinas do tipo retífica, esmeris etc.

CESAR S/A Comércio e Representações
RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

Tome



Café



100% PURO

LUIZ VEIGA & CIA. LTDA.
TORREFAÇÃO E MOAGEM "SÃO LUIZ"
40 anos de tradição e bem servir — NATAL-RN

do Vale do Açu). A primeira comparecerá com recursos no valor de 14 milhões, 342 mil e 845 cruzeiros. A segunda, com recursos fixados em 4 milhões, 838 mil e 456 cruzeiros.

Darlan Nóbrega explica a mecânica a ser usada pela COSERN diante do consumidor:

“Já foi elaborado um cadastramento de todos os proprietários de terras cuja eletrificação rural vai beneficiá-los e, atingindo 961 que deverão assinar seus contratos dentro de mais alguns dias, uma vez que a Companhia já está de posse desse cadastramento e estudando os pedidos encaminhados. Procuramos seguir um plano de ação que visa beneficiar unicamente o maior número possível de propriedades dentro de uma linha traçada de modo a tornar a ação economicamente viável, evitando os desperdícios. Vinte e cinco municípios foram considerados prioritários e serão total-

mente beneficiados. Eletrificaremos nada menos que 600 quilômetros onde deveremos investir, com recursos já todos eles obtidos, um montante de Cr\$ 57 milhões, soma esta que será atualizada trimestralmente”.

EFEITOS E CONQUISTAS —

Com a eletrificação planejada, os efeitos podem ser sentidos de imediato, na incrementação de recursos primários de grande valia — esta é pelo menos a previsão da COSERN. Os setores básicos da agricultura, o aproveitamento da tecnologia agrícola, a substituição da energia importada (motores próprios), utilização de máquinas, irrigação, abertura de poços tubulares, e uma possível mudança no aspecto sócio-econômico-cultural das regiões atingidas pelo projeto.

Francisco Canindé de Oliveira, proprietário das Fazendas Belo Ho-

rizonte e Santa Teresa (município de Bento Fernandes) encara o novo projeto de eletrificação rural como uma “oportunidade”:

“É tudo que desde muito tempo vínhamos precisando. A eletrificação rural vai possibilitar a mim, e a todos os outros, a oportunidade de realizar aquilo que sonhamos: irrigação, uso de novas máquinas e, acima de tudo, um pouco de conforto para quem muito trabalha e não goza dos privilégios da eletrificação numa propriedade do campo. Será a oportunidade, hora e vez de multiplicar a minha atuação, e pelo visto, será coisa possível de obter, uma vez que teremos financiamento em prazo e condições, de acordo com as nossas possibilidades. Só resta esperar, com impaciência, que ele seja totalmente executado para podermos então usufruir dos benefícios”.



Foi feito para você.



REVENDEDOR AUTORIZADO

Natal Veículos e Peças S/A

BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1226 e 222-0198 — Natal-RN

ALGODOEIRA SÃO MIGUEL S/A

C.G.C. 08.412.124/0001-96

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Em respeito à Lei e aos dispositivos estatutários, submetemos à apreciação de Vv. Ss. o relatório das atividades desenvolvidas por esta sociedade durante o exercício de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1977, bem como o Balanço Geral e a respectiva demonstração da conta de "Lucros e Perdas", referente ao mesmo período.

Permanecendo à disposição de Vv. Ss. para quaisquer esclarecimentos considerados necessários, agradecemos a confiança recebida, certos de haver cumprido com o nosso dever.

Natal, 25 de Fevereiro de 1978.

aa) CHARLES GRAY BIRCH — Diretor
JOHN ROYSTON SHEPHERD — Diretor-Adjunto

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO			PASSIVO		
IMOBILIZADO			NAO EXIGIVEL		
Terrenos	215.678,88		Capital — Residentes no Exterior	46.945.800,00	
Valor de Aquisição	<u>1.378.803,08</u>	1.594.481,96	— Residentes no País	<u>474.200,00</u>	47.420.000,00
Reavaliação			Reserva Legal		2.962.765,49
Edifícios	1.029.453,34		Reserva p/ aumento Capital		1.832.525,86
Valor de Aquisição	<u>4.937.752,53</u>	5.967.205,87	Fundo de Depreciação =		
Reavaliação			Edifícios	573.869,29	
Muros, Ruas, Pátios	73.352,54		Muros, Ruas, Pátios	63.791,12	
Valor de Aquisição	<u>524.795,44</u>	598.147,98	Máquinas e Acessórios	1.707.142,21	
Reavaliação			Veículos	617.052,89	
Maquinismo e Acessórios	435.059,55		Móveis e Utensílios	<u>198.973,50</u>	3.160.629,01
Valor de Aquisição	<u>7.658.662,33</u>	8.093.721,88	Correção Monetária de Investimento		6.745.420,00
Reavaliação			Correção Monetária das Depreciações		8.361.218,78
Veículos	913.095,15		Correção Monetária a Utilizar		6.616,58
Valor de Aquisição	<u>1.110.046,71</u>	2.023.141,86	Provisão para Contas Incobráveis		105.283,68
Reavaliação			Lucros e Perdas	<u>16.727.420,64</u>	87.321.880,04
Móveis e Utensílios	279.329,19				
Valor de Aquisição	<u>696.716,09</u>	976.045,28	EXIGIVEL		
Reavaliação			Contas à Pagar		34.495.700,25
Obras em Andamento		<u>305.546,48</u>	Despesas à Pagar		8.422.177,57
		19.558.291,31	Contas Correntes		16.857.326,95
			Titulos Descontados	<u>18.949.499,90</u>	78.724.704,67
DISPONIVEL			COMPENSAÇÃO		
Caixa	197.243,33		Depósito da Diretoria		150,00
Bancos	<u>2.760.945,70</u>	2.958.189,03			
REALIZAVEL					
Estoques	105.406.647,51		TOTAL DO PASSIVO		
Contas Correntes	18.963.052,66				
Investimentos Compulsórios	5.879,20				
Contas a Receber	115.090,11				
Depósito e Taxas Recuperáveis	245.710,24				
Depósito SUDENE — Lei 4239	532.435,00				
Investimento ELETROBRAS — Lei 4150	335.544,73				
Investimento TELERN — Port. N° 911/70	5.000,00				
Ações de Outras Empresas	<u>16.979.444,00</u>	142.588.803,45			
PENDENTE					
Pagamentos Antecipados		941.300,92			
COMPENSAÇÃO					
Ações em Caução		<u>150,00</u>			
TOTAL DO ATIVO		<u>166.046.734,71</u>			<u>166.046.734,71</u>

CHARLES GRAY BIRCH — Diretor

JOHN ROYSTON SHEPHERD — Diretor-Adjunto

GERALDO DE ALBUQUERQUE PIRES — Contador — CRC N° 899 — RN

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

DÉBITO		CRÉDITO	
Juros	6.005.130,41	Saldo do exercício anterior	23.514.394,85
Despesas Gerais	8.921.803,72	MENOS = Distribuição Autorizada pela Assembleia Geral realizada em 18.04.1977	
Serviços Sociais	4.263.720,91	Dividendos	2.500.000,00
Taxas e Impostos	18.364.982,45	Aumento de Capital	<u>21.014.394,85</u>
Prêmio de Seguros	2.737.950,39	Produto das operações sociais com mercadorias	60.368.851,93
Depreciação	652.505,79	LUCROS DIVERSOS	
Imposto de Renda	3.970.773,00	Dividendos recebidos	1.839.079,71
Reserva Legal	880.390,56	Comissões	373.486,69
Reserva p/ duvidosos	70.277,38	Saldos Devedores cancelados e rec.	3.000,00
Saldo Deste Exercício	16.727.420,64	Propriedades substituídas	<u>10.536,92</u>
TOTAL DO DÉBITO		TOTAL DO CRÉDITO	
	<u>62.594.955,25</u>		<u>62.594.955,25</u>

CHARLES GRAY BIRCH — Diretor

JOHN ROYSTON SHEPHERD — Diretor-Adjunto

GERALDO DE ALBUQUERQUE PIRES — Contador — CRC N° 899 — RN

O RIO GRANDE DO NORTE NO ROL DOS CAFEICULTORES

A cultura do café já é uma realidade no Rio Grande do Norte. A cada dia, mais agricultores da região serrana no Estado se interessam pela nova cultura, diante dos bons resultados obtidos nas experiências de Martins e Portalegre, onde os cafezais alcançam boa safra.

Muito embora ainda não possa ser catalogado com destaque entre os produtos agrícolas produzidos no Rio Grande do Norte, o café vem pouco a pouco conquistando um lugar na nossa agricultura, já existindo uma pequena comercialização do produto, muito embora a experiência de seu cultivo na região Oeste tenha pouco mais de quatro anos.

Apesar do pouco tempo de plantado, o café do RN já demonstra possuir as condições exigidas e necessárias a um desenvolvimento comercial, alcançando uma produtividade média entre 5 e 7 sacas de 60 quilos por mil covas, média considerada excelente e idêntica à que se consegue nas plantações do Sul do País.

O programa de implantação do café no Estado teve início em fins de 1973, num convênio entre o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e a Secretaria de Agricultura do Governo do Estado. Depois de estudos, foi escolhida como área de implantação as Serras de Martins e Portalegre, localizadas onde o clima e as condições do terreno se assemelhavam às encontradas no Sul e preenchiam as exigências técnicas já que têm uma altitude superior a 650 metros. Logo em seguida outras regiões eram testadas com plantio de diversas mudas, de modo que mais de 120 hectares de terras foram cultivados com quatro variedades do café (Icatu, Iarana, Novo Mundo e Catuaí, das quais as duas últimas mostraram

maior adaptabilidade à região), distribuídas em cerca de 200 mil mudas.

O desenvolvimento da nova cultura foi tão bom e de tanta importância para a região, que mesmo sem estarem participando do convênio inicial entre o IBC e Secretaria da Agricultura, muitos foram os proprietários de terras daquela região que resolveram partir para o plantio do café, utilizando para isto diversas linhas de financiamentos de bancos oficiais, ao ponto de existirem trabalhos específicos tanto no Banco do Brasil (Agência de Umarizal) como no Banco do Nordeste (Agência de Pau dos Ferros). Outros, vendo a

possibilidade futura, partiram para uma política de compra de terra na região, a preços mais baixos, para, com o êxito da cultura do café ali, venderem-na a preços altos. Hoje, pouco mais de quatro anos depois, esta política especulativa mostra seus resultados. De fato, as terras subiram muito de preço na região serrana, preço que deve aumentar mais ainda com a introdução, este mês, de um grande projeto agrícola do Governo do Estado, denominado Projeto Serrano.

Mas, se os cafezais começavam a crescer e a deixar nos técnicos a certeza de que era plenamente viável a introdução do café como alternativa



Os campos de café começam a crescer e a deixar os técnicos certos da sua viabilidade.

agrícola para o Estado, os proprietários de terras em Martins e Portalegre, municípios em que as experiências começaram, e mais São Miguel, Jaçanã, Luiz Gomes e Coronel Ezequiel, passaram a ver uma outra coisa muito importante: o café é uma cultura de natureza perene, não exige o replantio depois de cada safra e apenas dois anos depois de plantado começa a produzir. Se não bastasse isto, o grande problema que afeta as plantações de São Paulo e Paraná não existem no Rio Grande do Norte, onde não acontecem as geadas. Somente um problema poderia ocorrer: no caso, as variações climáticas, mas que, segundo os agrônomos que trabalharam na implantação e os que atualmente dão assistência ao Programa, é fator de pouca importância, pois as plantas mostraram perfeita adaptabilidade a esse fenômeno.

SISTEMÁTICA — A sistemática para a iniciação de uma área com café continua sendo a mesma da época da implantação do programa, com a escolha do terreno e consequente análise dos técnicos da Secretaria da Agricultura/IBC, que para tanto mantêm um escritório em Martins. Depois, a fase seguinte é o plantio, com distribuição de cerca de 2.500 pés em cada área de 3 hectares, distribuídos em 1.250 covas.

A parte de plantio e cultivo, até a produção, é toda ela financiada pelos bancos oficiais, exatamente dentro deste convênio IBC/SAG-RN.

Depois de feito o acordo, toda a responsabilidade é da parte do IBC, que desmata o terreno e orienta o plantio, a adubação e os tratamentos culturais, até a colheita, cabendo toda a safra ao proprietário. Na verdade, o resultado tem sido dos melhores e a maioria dos agricultores da região já pensa em partir para o plantio do produto em larga escala, muito embora até aqui os financiamentos e trabalhos do IBC só estejam dirigidos às plantações de Portalegre e Martins.

Muito dinheiro já foi utilizado nestas experiências, porém dinheiro com retorno certo, já que as safras têm sido consideradas boas, a ponto de garantir o sucesso de uma segunda fase, a de comercialização. Para tanto, já existe em pleno funcionamento uma Cooperativa em Martins, que vai assegurar ao produtor a perfeita distribuição do que ali for produzido.

SITUAÇÃO ATUAL — Enquadrado atualmente entre os programas mais importantes do Nordeste e merecendo a atenção do Polordeste, o Programa de Plantio do Café está merecendo novos estudos no RN, no sentido de tornar cada dia mais viável a cultura da rubiácea, transformando-se em mais uma fonte de rendas para um Estado considerado dos mais pobres da região.

Novos programas de plantio e cultura estão sendo estudados. Também novas maneiras de se conseguir financiamentos têm merecido a atenção dos responsáveis pelo programa, que estiveram reunidos nos dias 7 e 8 do corrente, para uma tomada de posição. A reunião foi em Martins e dela participaram José Flávio Jabour — Coordenador Regional do IBC, Geraldo Pedro Cavalcanti — Coordenador Geral da Secretaria da Agricultura, Francisco Ciro Nogueira — Coordenador da Coagro, José Barbosa de Oliveira Filho, este último o executor do convênio IBC/SAG-RN, além de grande número de plantadores e representantes das carteiras especializadas dos bancos do Brasil e do Nordeste.

Esta reunião e os exames efetuados nos pés de café da região deixaram os dirigentes do Acordo satisfeitos e com a certeza da viabilidade do cultivo. A mesma certeza que têm os novos cafeicultores, como Nelson Filho e Portinho, que contam com as maiores áreas cultivadas e esperam plantar café em todas as suas terras, localizadas entre Martins e Portalegre.

Para estes agricultores, uma das razões do sucesso deste cultivo é a

Philco Split System.

O ar condicionado que você não vê, não ouve, mas sente.

As vantagens do ar condicionado central são conhecidas.

Sabemos também que os sistemas convencionais são caros e de difícil instalação.

Por isso a Philco lançou o **SPLIT SYSTEM**. Um ar condicionado projetado para escritórios, lojas, restaurantes e residências.

Sua instalação é simples e fica fora do ambiente, invisível. Seu preço é 40% menor do que os demais sistemas.

Chame a **SUMMA ENGENHARIA**. Nós daremos assessoria técnica que você desejar.

Projeto
Venda
Instalação e
Manutenção com
garantia da fábrica



SUMMA
ENGENHARIA LTDA.
AR CONDICIONADO
COMERCIAL RESIDENCIAL
INDUSTRIAL

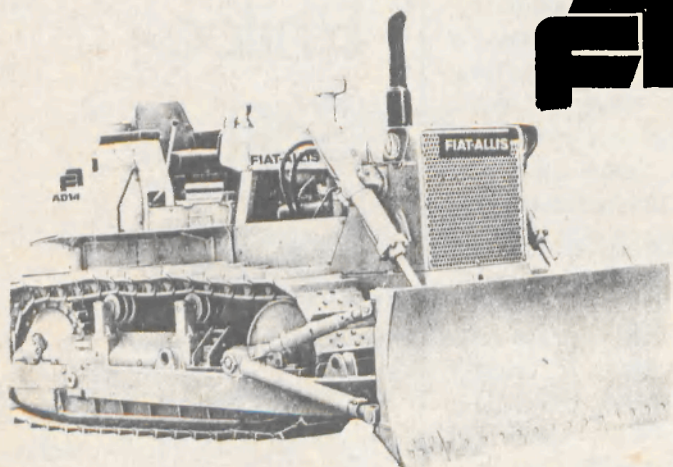
Rua Fabrício Pedroza, 46 - Fone: (084) 2225857
.. Cx. Postal, 15 - Natal-RN
Rua Salvador de Sá, 398 - Fone: (0812) 222267 -
Recife-PE

Revendedor Autorizado

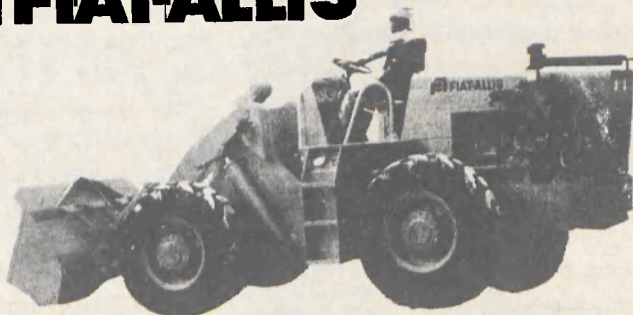
PHILCO

A TURMA DA PESADA

FIAT-ALLIS



TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



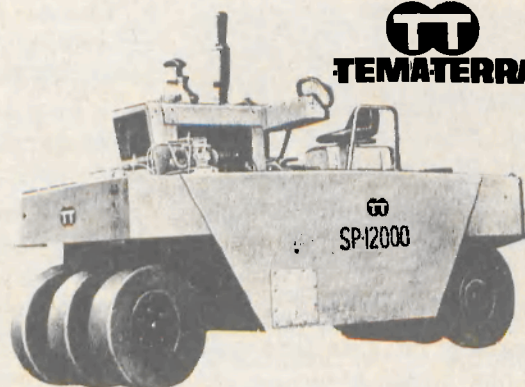
Galion



GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS



TEMA-TERRA



ROLOS COMPACTADORES "TEMA-TERRA"



FIAT-DIESEL

CAMINHÕES MÉDIOS E PESADOS
"FIAT-DIESEL"



VALMET



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADEIRAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

AV. DUQUE DE CAXIAS, 50 FONES 222-1525 222-3778 222-4180 222-1554 NATAL
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 FONE 321-5186 MOSSORO R.N.

organização que se deu ao mesmo e a orientação do IBC, evitando-se, deste modo, que acontecesse como em outras culturas que são plantadas de maneira intuitiva e muitas vezes erradas, vindo, tempos depois, a criar problemas para os plantadores. Lembram eles que, tempos atrás, o café já havia sido plantado no Rio Grande do Norte, mas sem organização e sem apoio, de modo que não conseguiu se consolidar como cultura. Outro ponto importante para esta cultura é o apoio do IBC, este em nível nacional, para a diversificação das áreas plantadas com o café, de modo a garantir a continuidade do produto e sua presença na balança comercial brasileira, mesmo quando as principais plantações estiverem sofrendo problemas climáticos, como vem sucedendo frequentemente com as culturas do Paraná e São Paulo.

Dentro desta problemática, ainda recentemente o presidente do IBC, Camilo Calazans, foi alvo de severas críticas da parte dos produtores do Sul do País, que exigiam até mesmo a sua demissão, por considerarem que ele vinha favorecendo a outras áreas, em prejuízo de áreas tradicionais de plantio de café. Os plantadores de São Paulo e Paraná chegaram a organizar uma marcha para Brasília, onde foram expor o problema ao Ministro da Indústria e Comércio.

No entanto, só o anúncio desta tentativa de pressão serviu para despertar nos plantadores nordestinos o interesse e a certeza do apoio do IBC para as novas plantações. Imediatamente os plantadores da Bahia, onde existem municípios que já estão provando todo o acerto da medida de expansão nos polos de plantação de café, se movimentaram e responderam com um manifesto a favor de Calazans, que terminou saindo-se muito bem do episódio e com total apoio do Ministro Ângelo Calmon de Sá.

ERRADICAÇÃO — O café já foi plantado no Nordeste do Brasil e até com muito sucesso. Época houve em que as plantações de Garanhuns e outras áreas de Pernambuco eram destacadas e elogiadas como produtoras de café de excelente qualidade. No entanto, os problemas de vendas externas e o armazenamento de excedentes de café nos grandes centros produtores deram origem a medidas que trouxeram grandes prejuízos para plantadores de café das áreas fora do Centro-Sul do País. Assim, é que se iniciou, por volta de 1963, uma campanha de erradicação da cultura cafeeira nos demais Estados brasileiros, incentivando-se o agricultor a mudar de ramo.

Esta política só deixou problemas que, mais tarde, viriam a ser detectados, quando as geadas e outras alterações climáticas, como também algumas pragas, atingiram as plantações de São Paulo e Paraná e o Brasil não tinha outras localidades em condição de oferecer o produto tão necessário à pauta de comércio exterior. Daí, as mudanças e a nova tentativa de se plantar café em outros Estados, com a inclusão do Rio Grande do Norte, que depois do algodão, do sal, scheelita, barri-lha e petróleo, terá outra opção econômica, e, quem sabe, a saída da situação incômoda de um dos Estados mais pobres do Brasil.

Gráfica
RN—ECONOMICO



Dez anos na frente!

Rua Dr. José Gonçalves, 687
a cem metros da Av. Salgado Filho
Telefone: 222-0706 e 222-4455

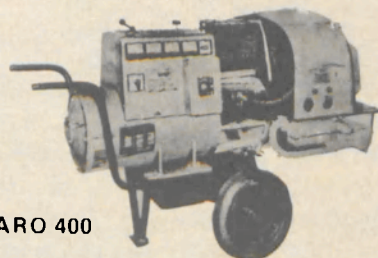
COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.



HOOS

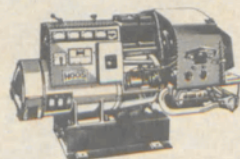
GRUPO GERADOR A GASOLINA — 20 kVA



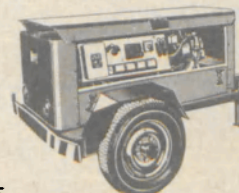
ARO 400



MOTOR INDUSTRIAL



ESTACIONARIO



ARO 15

COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

AV. SALGADO FILHO, 2000 • FONES 231-1549
231-2725 — 59.000 — NATAL-RN

SISAL AINDA LONGE DO PONTO DE EQUILÍBRIO

Durante alguns anos o sisal tem sofrido queda de preço no comércio exterior, mas nem por isso os que cultivam e industrializam o produto se deixaram abater, mesmo com prejuízo do rendimento industrial e problemas de ordem financeira. O preço variou entre 900 dólares em 1974 e apenas 290 dólares, atualmente, por tonelada. Agora, o sisal começa a reagir, apesar de se saber que esta reação não fará a cotação subir aos níveis dos velhos tempos.

Considerada uma das mais importantes culturas agrícolas do Nordeste e de grande aproveitamento industrial, o sisal tem vivido nos últimos anos uma fase de crises constantes, trazendo problemas para as empresas e agricultores que se dedicam ao seu cultivo e interferindo na queda das exportações do Estado, já que a maior parte da produção é para o consumo do mercado externo. Na verdade, esta crise vem se arrastando desde 1974, data em que aconteceria o grande pulo no mercado e o preço atingiria o maior pique, beirando a casa dos 900 dólares por tonelada de fibra. Daquele ano até agora o preço só tem caído, chegando a apenas 290 dólares.

Apesar de tudo as empresas que compram e exportam e as que utilizam o produto industrialmente têm conseguido manter o funcionamento, muito embora prejudicadas em seus rendimentos industriais e até com problemas de ordem financeira. No momento atual, o sisal passa por uma pequena reação e começa a apresentar um preço melhor que o de anos anteriores, embora não chegue nem perto das cotações de 1974.

Três grandes empresas se dedicam ao trabalho com o sisal no Rio Grande do Norte: a Companhia Agro-Industrial Zabelê, com seus campos de plantação no município de Touros e atingindo grandes áreas



O sisal continua assegurando muitos empregos, embora seja uma atividade problemática.

de outros municípios próximos; a CISAF — Companhia Industrial de Fibras; e a Cia. Brasileira de Sisal — CIBRASAL, esta a mais recente e que se dedica à fabricação de *baler twine*. A CISAF é a que tem

maior participação no mercado do agave, também realizando o beneficiamento do produto.

PROBLEMAS & CRISES — Francisco Dantas Guedes é o presi-

dente da Câmara de Sisal do Rio Grande do Norte, além de dirigente da CISAF e um dos maiores conhecedores do mercado sisaleiro. Recentemente participou, em Roma, de encontro em que diversos aspectos da cultura do agave foram debatidos e analisados. Disse Dantas Guedes que vários são os fatores que prejudicam o mercado sisaleiro no Brasil, um deles e talvez o principal seja a instabilidade dos preços do mercado, o que gera problemas na produção e manutenção dos campos de plantio. As indústrias, por sua vez, também sentem o problema, pois a instabilidade dos preços interfere diretamente nas suas condições de aproveitamento industrial das fibras.

Com isto, o mercado sofre uma retração, pois o industrial teme que as alterações o façam comprar o produto muito caro e não tenha, posteriormente, condições de concorrer no mercado. Muitas vezes tem acontecido de uma indústria adquirir o sisal por um preço e, pouco tempo depois, seu concorrente adquirir por um preço muito inferior. Esta variação do preço do produto bruto vai interferir diretamente no preço do produto industrializado, que por sua vez vai sentir a retração do consumidor, que fica na expectativa de que os preços baixem.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS — Também, o preço do sisal do México é citado como um dos fatores que preocupam. No entanto, Dantas Guedes prefere dizer que existe um acordo entre o Brasil e o México, e que aquele país só comercializa com o produto industrializado, ao contrário do Brasil que comercializa a fibra ainda como matéria-prima. *“No entanto — acrescenta Dantas Guedes — este acordo que estabelece preços unificados, é constantemente desrespeitado. Por este acordo, o preço de um quilo de baler twine deveria ser vendido a Cr\$.... 10,00, com o fardo de 18 quilos chegando ao mercado americano por um preço mais ou menos de 11 dólares. No entanto, o México vende fre-*



Dantas Guedes, diretor da CISAF, aponta fatores internacionais que interferem no preço do sisal brasileiro.



João Bosco Carvalho: *“a crise existe e é contínua desde 1974”*.

qüentemente por 8 dólares o fardo”.

Outro aspecto importante destacado por Dantas Guedes, foi o do financiamento que é concedido ao plantador de sisal, orientado de uma maneira que não vem agradando aos agricultores. O desgosto é por con-

ta da exigência da erradicação total de outras culturas no terreno onde se deseja plantar o agave. Junto a isto, tem de se levar em consideração que o agave só vai produzir 36 meses depois de plantado, de forma que o plantador perde a receita da área er-

radicada. Por conta disto, muito pouco sisal tem sido plantado no Estado, já que os plantadores preferem culturas que deixem remuneração mais rentável.

Este assunto foi debatido na Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura, que está realizando estudos para tentar uma solução para o problema. Também em Roma, onde esteve recentemente Dantas Guedes, o assunto das fibras foi bastante debatido bem como as tentativas para descoberta de soluções. Este encontro é realizado anualmente e tem o patrocínio da FAO — órgão das Nações Unidas ligado à alimentação e à agricultura. Desta reunião participaram 36 países, com o Brasil mandando 7 representantes. A próxima reunião deverá ser em janeiro de 79, em Salvador, no Brasil.

A SITUAÇÃO DAS EMPRESAS — Além da crise, reconhecida por todos e com muitas tentativas para encontrar uma solução, o sisal vive ameaçando a estabilidade das empresas que lidam no mercado. Um bom exemplo da instabilidade que pode gerar a exploração comercial/industrial do sisal é a da CIBRASAL, empresa instalada recentemente e pertencente a um grupo dirigido por Alberto Benaihom. Realizando apenas a industrialização do produto, a CIBRASAL teve de conceder férias coletivas aos seus operários passando cerca de dois meses sem produzir.

Hoje, conforme explicações da dirigente Maria Vânia Vilela Silva Maia, tudo já está normalizado e a fábrica produzindo normalmente, com seus 148 empregados trabalhando nas horas normais e com cerca de cinco mil fardos da *baler twine* sendo exportados. No entanto, em fins do ano passado a situação andou difícil.

Para os dirigentes da CIBRASAL, a maior parte do sisal empregado em sua indústria vem da Parai-



Maria Vânia Maia diz que hoje está tudo normalizado na CIBRASAL, antiga Sainte Germaine.

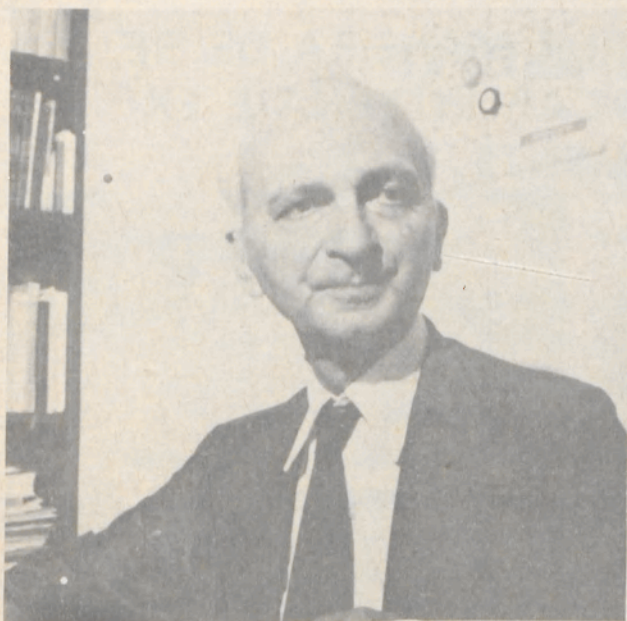
ba, principalmente das cidades de Picuí, Nova Floresta e Cuité, com o preço do quilo oscilando, para a compra, em torno dos Cr\$ 5,80.

Outra empresa que reclama da crise e que teme que as coisas continuem como estão, é a Zabelê Agro-Industrial, empresa pertencente ao grupo dirigido pelo industrial pernambucano Fernando Rodrigues, o mesmo do Grupo TAA e das Usinas Treze de Maio e Serro Azul, recentemente interditadas pelo IAA. Em Natal a Agro-Industrial Zabelê é dirigida pelo agrônomo João Bosco de Carvalho, um homem que teve passagem em diversos projetos agropecuários do Estado, inclusive, como diretor-técnico da CIDA na fase de implantação das Vilas Rurais, à época do governador Cortez Pereira.

INCERTEZAS — Para João Bosco, a crise existe e é contínua desde 74, ano em que o produto teve seu preço em alta. No mais, diz que o subsídio oferecido pelo governo mexicano é um dos fatores que mais contribuem para o agravamento da nossa crise, pois impede que o produto brasileiro dispute em pé de igualdade no mercado internacional.

Lembrou João Bosco um problema que existiu durante muito tempo e que está paulatinamente sendo superado, que é o do plantio e do corte errados, de maneira que a fibra não ficava com um tamanho adequado. Para estes problemas, ensinamentos estão sendo realizados nos campos e já se começa a notar as melhoras. Também a escolha de terras onde o cultivo não existia e que podem render melhor vem acontecendo, numa luta dos produtores para a reabilitação do mercado. Terras onde se plantava agave há mais de 12 anos, estão sendo abandonadas por outras que melhoram o rendimento.

Na fazenda Zabelê, uma das maiores propriedades em terras contínuas do Rio Grande do Norte, com 14 mil hectares, cerca de 5.400 estão plantados com sisal, num trabalho cujos frutos podem aparecer no futuro, principalmente por conta da crise do petróleo. Mas, como o sisal é uma faca de dois gumes, esta ênfase ao seu plantio também pode vir a significar o sacrifício de mais uma empresa, pois, conforme admite João Bosco de Carvalho, se o estado de crise persistir, muitas das empresas ligadas ao mercado sisaleiro não conseguirão sobreviver.



PRINCÍPIOS DA INDÚSTRIA NAVAL NO RN

Hélio Galvão

Estudioso da História do Rio Grande do Norte, o advogado Hélio Galvão desenvolve incansáveis pesquisas sobre costumes e tradições do povo. Recentemente, ele encontrou documentos que comprovam já ter havido no Estado uma tentativa de implantação de uma indústria naval, há cerca de 300 anos atrás. Neste artigo, ele relata sua descoberta.

Em fins do século XVI se estabeleceu em Portugal uma família de livreiros, os Craesbeecks, de procedência flamenga. Pedro van Craesbeeck, natural de Lavinha instalou sua tipografia em Lisboa, logo depois de ali ter desembarcado, 1592. Sucedeu-o o filho Paulo Craesbeeck, que deu maior impulso à editora, imprimindo os livros mais notáveis do seu período de atividades, nomeado impressor régio. A edição de "Os Lusíadas", de 1644, saiu de sua tipografia. Morto em 1660, foi substituído também por um filho, Antonio Craesbeeck. E este deu impulso maior à oficina, editando livros ainda hoje considerados primor da arte gráfica.

Eu sabia que os Craesbeecks não tinham sido outra coisa senão livreiros-impressores. Mas andava eu em busca de notas sobre Antonio Vaz, que governou a capitania do Rio Grande a partir da restauração portuguesa depois da

ocupação holandesa, por um longo período, 1654-1663. E depois de junho de 1672 a maio 1677.

Antonio Vaz pode ser com justiça considerado como o homem que restabeleceu a capitania, sacudida por tantas lutas, devastada na sua produção e praticamente despovoada. Talvez o êxito de seu governo explique a longa permanência e outra nova investidura.

Os historiadores não puderam elucidar outros fatos da vida desse ilustre administrador colonial. A figura fascinante de Antonio Vaz merecia que alguém se desse ao trabalho de indagar além dos dados fáceis que estão na Carta Patente de sua nomeação.

O nome completo (Antonio Vaz Gondim) não aparece senão duas ou três vezes nas cartas patentes. Ele assinava apenas Antonio Vaz, em boa letra. Sua mulher, Dona Brites, abreviatura

de Beatriz, não sabia ler nem escrever. No livro de onde extrai estas notas (coleção de manuscritos do Instituto Histórico), ele aparece em vários atos notariais e não acrescenta o Gondim à sua assinatura. Sempre e somente: Antonio Vaz.

Creio poder afirmar que Antonio Vaz, deixando pela última vez o Governo da Capitania, daqui não mais saiu, fixando residência em Natal. Era proprietário de muitas terras, principalmente na Ribeira do Potengi (Macaíba, São Gonçalo, São Paulo do Potengi).

A 8 de janeiro de 1670 ele vende a Pedro de Abreu Soares uma parte de terra na Ribeira do Potengi, que o Padre Leonardo Tavares de Melo tinha doado a uma sua filha de nome Dona Antonia, ainda de menor idade e por isto os pais se declaram procuradores dela. Esta parte de terra pertencera antes a Luiz da Mota. Assinou a rogo de Dona Brites o capi-

tão Manoel de Abreu Soares e serviram de testemunhas Antonio da Cunha e Fernão de Sousa.

Em 1669, 11 de janeiro, Antonio Vaz vende ao capitão Manoel Abreu Soares "uma sorte de terras na Ribeira do Potengi" que tinha adquirido por compra a Luzia de Albuquerque, 1.200 braças de comprido e 2.000 braças de largo, 1.000 para cada lado do riacho Upabuna, afluente do Potengi, por 16\$250. Testemunhas, Antonio Coelho Machado e André Filipe da Veiga. Por Dona Brites assinou o Padre Leonardo Tavares de Melo. O ato realizou-se nas casas de morada dos vendedores em Natal.

Agora as coisas se encontram, para justificar a nota introdutória sobre os Craesbeecks. É que Antonio Vaz, deixando o Governo, além da atividade agrícola, andou em negócios, com a primeira tentativa de indústria náutica no Rio Grande, a que se associa um descendente dos livreiros de Lisboa, Pedro Crasbeque, o nome assim aportuguesado. Encontrei uma escritura de contrato de venda de um quarto do navio da invocação de "Nossa Senhora da Conceição e Santo Antonio das Almas". O ato é de 26 de dezembro de 1677, em casa do Padre Leonardo Tavares de Melo. A história está contada assim:

"E logo pelo dito capitão mor Antonio Vaz foi dito (...) que ele tinha feito neste porto do Rio Grande um navio novo, o qual estava preparado pera carregar ao Recife, levando-o Deus a salvamento pera com ajuda de Deus seguir viagem pera o Reino de Portugal, em o qual tinha metido o dito Padre Leonardo Tavares de Melo a quantia de dinheiro que por contas ajustadas constar, o qual dinheiro meteu o dito Padre Leonardo Tavares no dito navio em virtude de um papel de contrato que entre ambos fizeram pera principiar e fabricar o dito navio pela qual razão estavam ambos contratados na maneira seguinte: que o dito Padre Leonardo

A MELHOR MANEIRA DE SE COMUNICAR INTERNA E EXTERNAMENTE.

O grupo executivo GTE é um sistema que chegou para revolucionar a comunicação interna e externa de casas ou apartamentos, de maneira fácil, rápida e econômica. Possui capacidade para 2 linhas externas e mais 10 ramais. Pense nesta moderna solução e procure César S/A. Você vai preencher um item muito importante em sua vida: a comunicação.



CÉSAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

No RN já se construiu navio

Tavares de Melo ficava sendo senhor e possuidor de um quarto do dito navio pera o que seria obrigado o dito Padre Leonardo Tavares a assistir com a quantia que emportar a quarta parte de todos os custos que por as contas do dito capitão mor constar se despendeu com o dito navio, descontando-se ao dito padre o que pelas suas mostras ter metido e despendido e por quanto foi necessario comprar-lhe ao capitão Pedro Crasbeque a fabrica necessaria pera o dito navio e o fizera o dito capitão mor Antonio Vaz constava de uma assinatura que com o dito capitão Pedro Crasbeque fizera".

A escritura continua, o capitão Crasbeque declarando os custos do navio, inclusive com empréstimo que teve de levantar em Pernambuco a Domingos Soares, a 50%, e a Miguel de Sousa Ferreira, a 35%. Foram testemunhas o capitão Miguel Rodrigues Valcazer e o capitão Antonio Gonçalves Ferreira.

Por força das obrigações assumidas, logo a seguir vem o docu-

mento emitido por Antonio Vaz e pelo Padre Leonardo em favor de Pedro Crasbeque:

"Devo a Pedro Crasbeque que me deu em dinheiro para pagamento de dívidas que devia de jornais do navio cento e oito mil e novecentos e sessenta réis, os quais leva a risco com o prêmio de mais dinheiro e condições dêle como consta da escritura que lhe fiz de declaração dela. E para lembrança lhe assino êste. Cidade do Natal, 28 de dezembro de seiscentos e sessenta anos. Antônio Vaz — Leonardo Tavares de Melo".

E assim fica contado o primeiro capítulo da tentativa de implantação da indústria náutica no Rio Grande.

Outros dados podem ser extraídos para por em melhor luz a figura exponencial de Antonio Vaz, o nome de sua esposa e de uma de suas filhas, bem como sua permanência em Natal, com terras e casas de moradia, índices de fixação definitiva.

O TREM URBANO SERÁ UMA BOA SOLUÇÃO PARA NATAL

Os problemas de crescimento de Natal (taxa de 7% ao ano) produziram um caos generalizado na estrutura de transportes de massa da cidade. O sistema coletivo (ônibus) revelou-se obsoleto e, pior, trazendo sérios transtornos aos moradores das áreas suburbanas.

Revelando-se inviável qualquer reforma no sistema viário, partiu-se para uma solução diferente: o Trem Urbano. Projeto de 2 milhões de cruzeiros, financiado pela EBTU. Antônio Ferreira de Melo (secretário do Planejamento) e Celso Pinheiro (DCTTRAN) falam: o primeiro do Projeto, e o segundo do tráfego inviável da capital.



A utilização do trem como meio de transporte de massa em Natal significa uma solução inteligente, barata e rápida.

Natal chegou (ou está chegando) a um ponto em que seu crescimento registra uma taxa de 7% ao ano. Isto significa apenas uma coisa: que a cidade está tentando se expandir em todas as direções. Essa expansão, conseqüentemente, gera a demanda por vias urbanas e sistema de transportes coletivos bem distribuídos. A pergunta então é no

âmbito desse sistema de transportes. Será que existe um projeto de transportes coletivos harmonizado com os números do crescimento da cidade?

O secretário do Planejamento da Prefeitura, Antônio Ferreira de Melo, já está de posse de um. E explica como:

“Após os entendimentos preli-

minares que mantivemos com a direção da Rede Ferroviária Federal, onde obtivemos total apoio ao nosso plano de conseguir colocar um trem suburbano para servir como transporte de massa à população da Capital e adjacências, partimos para apresentar este plano à EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) juntamente com uma

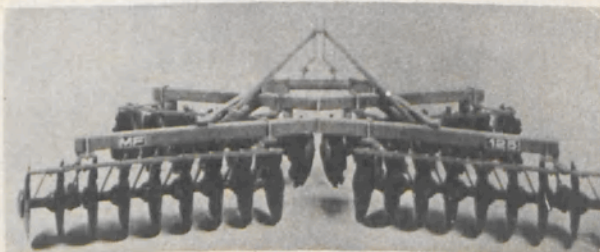
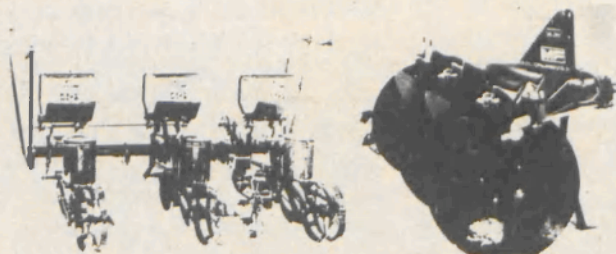
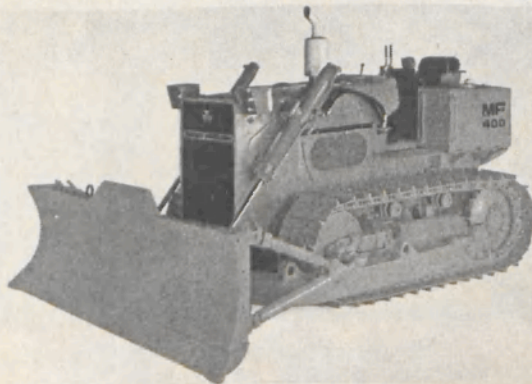
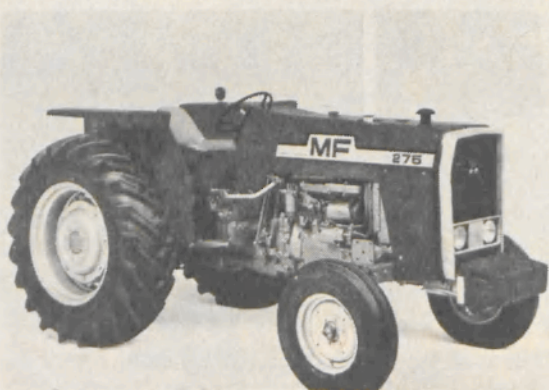
solicitação de financiamento para o mesmo, uma vez que a Prefeitura não tinha condições de arcar com tais despesas. Após exame do plano, a EBTU autorizou que mandássemos confeccionar um projeto por uma firma especializada, com financiamento total do projeto cabendo à própria EBTU. Os trabalhos foram confiados à ORPLAN, vencedora da concorrência para confecção do projeto e que, trabalhando rápido, fez entrega nos primeiros dias de maio do trabalho totalmente concluído”.

ARGUMENTOS — Antônio Ferreira de Melo recebeu o projeto e encaminhou-o à EBTU onde agora ele está sendo cuidadosamente analisado. Após o exame, acredita o secretário do Planejamento, serão iniciados os primeiros movimentos práticos do projeto desafogador do transporte de massa, ou coletivo, em Natal. E apresenta argumentos, se-



Antônio Ferreira de Melo aguarda a aprovação do projeto na EBTU.

COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE
FILIAL: Rua Alfredo Fernandes, 4
MOSSORÓ — RN

gundo ele, convincentes:

'O trabalho da ORPLAN é realmente digno de nota. As pesquisas feitas do deslocamento da população para todos os setores da cidade, os erros estruturais da atual rede principal de transportes coletivos da cidade, os novos itinerários que poderiam ser cumpridos, os locais ideais para melhor escoamento da população usuária de transportes coletivos, e muitos outros aspectos registrados e analisados, dão mostras da seriedade do trabalho que foi feito, bastando dizer que este planejamento resultou de um projeto que atenderá às necessidades da população usuária de transportes de massa até o ano 1996. O projeto (denominado PAITT) vê toda a integração do transporte de massa no município natalense, sendo o primeiro tecnicamente feito em nossa capital'.

Os efeitos da aplicação prática do trem urbano (como única medida solucionadora do desajuste viário da cidade) também estão previstos pelo secretário do Planejamento. E ele os explica:

"Se este projeto fosse para implantação, creio que no momento seria inviável; mas acontece que temos apenas que efetuar pequenas modificações, utilizando as novas técnicas das ferrovias federais. Já temos as linhas montadas, o que reduz tremendamente os custos. E mais ainda: a Rede Ferroviária tem equipamentos ociosos de transporte de massa, que serão obviamente colocados em operação, facilitando em muito o desenvolvimento do projeto".

Ao lado das previsões a preocupação com custos também já foi definida. Antônio Ferreira de Melo admite que para essas despesas se possa contar com a ajuda do Fundo de Desenvolvimento de Transportes Urbanos (FDTU), que por sinal já foi solicitada. No início da execução o projeto estabelece uma marca de trabalhos em torno dos seis meses, ou mais. Na primeira fase seriam

feitos dois trajetos: Eduardo Gomes/Natal e Natal/Extremoz. Custo total: dois milhões de cruzeiros (financiados pela EBTU uma vez que a Prefeitura não participou dos orçamentos).

O TRÁFEGO INVIVÍVEL — Os problemas que começaram a afligir a Prefeitura e culminaram com a resolução criando o Trem Urbano têm sua raiz na situação viária da capital. O Departamento de Concessão de Trânsito enfrenta sempre os mais diversos problemas, dos quais o mais difícil é na área interna do próprio departamento: é ligado diretamente a motorista e cobradores que dia a dia estão sendo advertidos e punidos, devido a questões de uniforme, troco e mudança de itinerário.

O departamento tem sido rigoroso nesses casos e pune diariamente com multas (empresas) e cassação de carteiras (motoristas e cobradores).

Se na área interna os problemas existem nesta seqüência, na área de controle dos fluxos viários não são menores. A Prefeitura, através do Departamento de Concessão de Trânsito (DCTRAN) fez até agora concessão para três empresas de transportes coletivos em nossa capital. Estão atuando nas 22 linhas existentes 262 ônibus pertencentes às empresas concessionárias. Para uma empresa adquirir a concessão que lhe dá direito de explorar determinadas linhas da cidade é necessário que cumpra as exigências feitas pelo DCTRAN. Para obter concessão é necessário possuir um mínimo de 10 ônibus em perfeito estado



Júlio Pinheiro informa que a população reclama permanentemente contra o problema de transporte coletivo na cidade.

de funcionamento, além de ser pessoa jurídica.

De uma forma ou de outra, os abaixo-assinados não param de chegar ao DCTRAN. Simultaneamente, novos conjuntos residenciais são inaugurados. A cidade se alarga e o tráfego se confunde. Celso Pinheiro, diretor do DCTRAN observa que o Departamento sempre procura estar atento à criação de novas linhas coletivas. Afirma ele:

“Agora mesmo, após estudarmos detidamente a viabilidade econômica e social, elaboramos um projeto para a implantação de uma nova linha de transportes coletivos visando beneficiar os futuros moradores dos conjuntos Pirangi e Ponta Negra, que brevemente estarão sendo inaugurados e que certamente em suas 4 mil casas colocarão no mínimo 15 mil pessoas, que terão

de se deslocar diariamente para os mais diversos setores da cidade.

O projeto já foi encaminhado ao prefeito e após o despacho de aprovação as empresas interessadas na concessão da nova linha poderão procurar o nosso departamento”.

NOVAS LINHAS — Se Ponta Negra e Pirangi estão com um projeto específico para elas, tradicionais e conceituados balneários da cidade, áreas suburbanas como Quintas,

Igapó, Cidade da Esperança, Bom Pastor e Neópolis ainda não têm uma estrutura de transportes que possibilite aos seus moradores atingir, com rapidez, o Centro da Cidade ou mesmo os bairros do cinturão urbano (Tirol e Petrópolis). A situação fica mais difícil quando os moradores dessas áreas suburbanas desejam ir para o Campus Universitá-

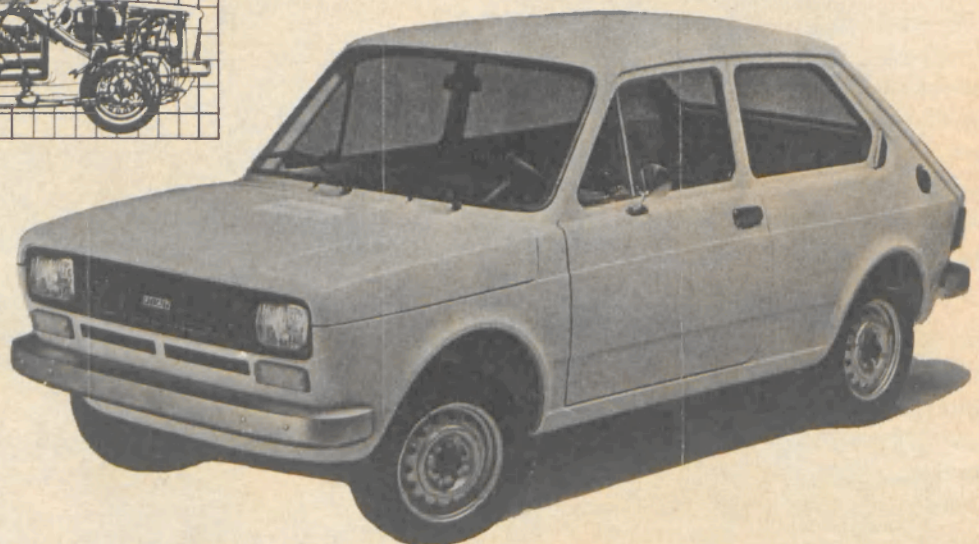
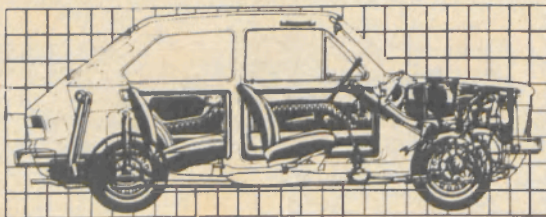
rio. A demora exagerada e os dois coletivos compulsórios são alvo de críticas constantes e reclamações seguidas.

Celso Pinheiro justifica:

“Não é de agora que tentamos resolver este problema. Vários projetos temos feito tentando encontrar um meio que satisfaça a população atualmente prejudicada. No momento estamos com um projeto pronto de uma linha circular, que teria seu trajeto definido: Rocas, Alecrim, Mário Negócio (Quintas), Bernardo Vieira (entrando pela Cidade da Esperança), Hermes da Fonseca (via Campus), Petrópolis, Cidade e Rocas”.

As expectativas, no entanto, voltam-se para o trem, uma vez que o tráfego e o transporte coletivo feito em ônibus estão apresentando problemas que os tornam tecnicamente inviáveis como uma solução para o transporte de massa em Natal.

Já temos o FIAT 147 que você tanto deseja, pelo preço que sua mulher estava querendo.



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

Participe conosco do desenvolvimento do nosso estado. Estamos empenhados neste trabalho há 46 anos.

MAIS DE 15 MIL ARTIGOS EM ESTOQUE.

— Consulte-nos pelo telefone.

— Solicite a presença do nosso vendedor.

— Use a contracapa do catálogo telefônico.

GALVÃO MESQUITA
FERRAGENS S.A.

FERRAGENS EM GERAL
MATERIAL P/CONSTRUÇÃO
FERRO

Bronze · Cabos de Aços e
Acessórios · Chapas · Tubos
Artigos para Indústrias
BOMBAS HIDRAULICAS e
MOTORES ELETRICOS
Tudo para Piscinas.

NOVA FILIAL
SUPERMERCADO
DE FERRAGENS
E MATERIAS
DE CONSTRUÇÃO
FONE:
Rua Segunda Mundial, 551 - Natal - RN

FINANCIAMOS SUA COMPRA

SUAS AMIGAS DESDE 1932
TRADIÇÃO QUE SE MODERNIZA
COMPRANDO BEM PARA VENDER MELHOR

FINANCIAMOS SUA COMPRA

GALVÃO MESQUITA

MATERIAS ELETRICOS EM GERAL
TINTAS YPIRANGA E CORAL
LUSTRES · PLAFONS PENDENTES
ARANDELAS · LUMINARIAS
FLUORESCENTES E
ARTIGOS P/PRESENTES

MATRIZ: Rua Dr. Beroto, 194/200 - FONES: 1222-0048
1222-3008
FILIAL: Av. Rio Branco, 643 - FONES: 1222-2841
1222-3034
Natal - RN

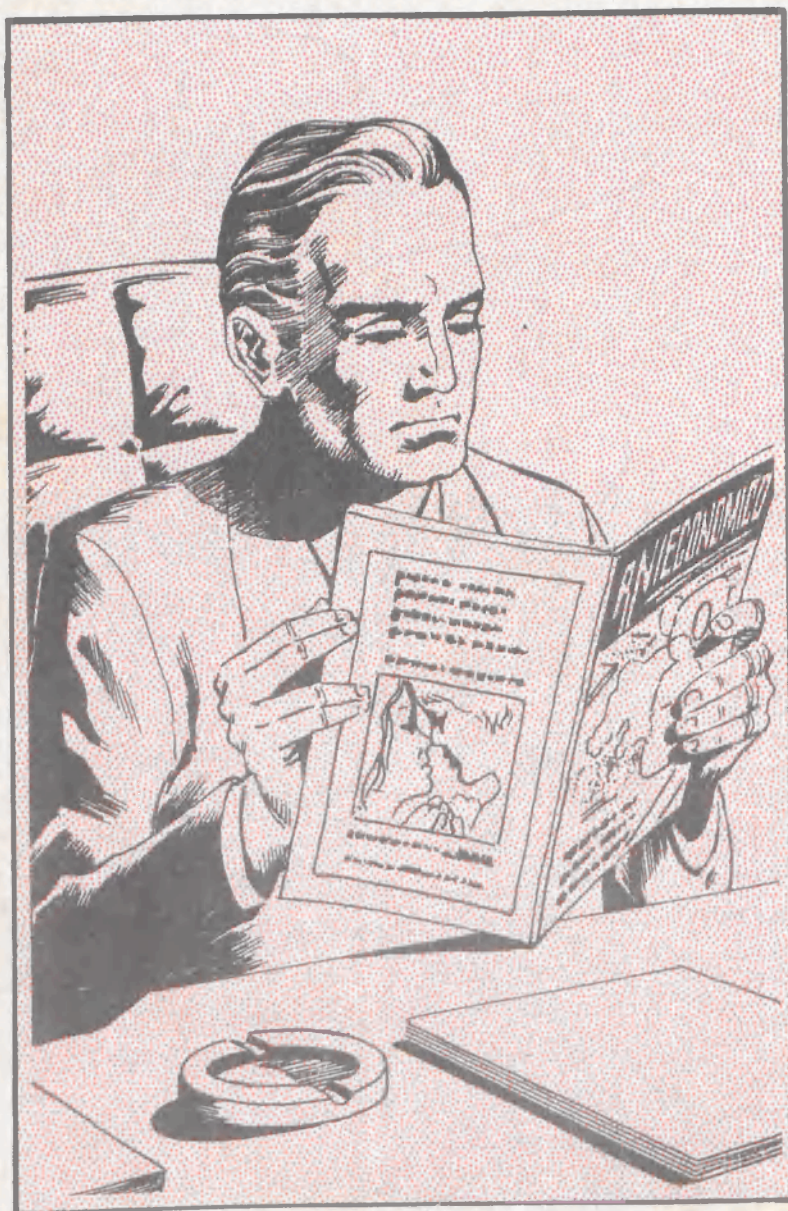
Galvão Mesquita Ferragens S/A
Supermercado da construção.

Casa Lux S/A
Material elétrico,
tintas e presentes.

6 LOJAS

Ribeira, Cidade, Barro Vermelho e Alecrim.

Ser assinante de RN/ECONÔMICO não é mais do que uma questão de status!



Quem comprova isto é o
nosso próprio fichário:

- 72% dos assinantes da revista têm nível de educação superior
- 64,5% são dirigentes de empresas e órgãos públicos, ou ocupam funções que permitem o exercício do poder de decisão
- 39% são profissionais liberais de alto nível, como advogados, engenheiros, médicos, economistas, agrônomos, contadores, etc.
- 66,2% têm renda familiar mensal acima de Cr\$ 18 mil e 16% acima de Cr\$ 36 mil

Estes resultados foram obtidos através de pesquisa junto a 200 assinantes, cujos nomes foram obtidos ao acaso dentre as 3.981 pessoas que possuem assinaturas de RN/ECONÔMICO em Natal.